CARTOGRAFIAS FRENTE AO DESASTRE-CRIME DA SAMARCO, VALE E BHP BILLITON

Paula Guimarães

Paula Moreira Guimarães

CARTOGRAFIAS FRENTE AO DESASTRE-CRIME DA SAMARCO, VALE, BHP BILLITON NO RIO DOCE

BELO HORIZONTE
2018

Paula Moreira Guimarães

CARTOGRAFIAS FRENTE AO DESASTRE-CRIME DA SAMARCO, VALE, BHP BILLITON NO RIO DOCE

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, da Escola de Arquitetura, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço

Orientadora: Profa. Dra. Natacha Silva Araújo Rena

BELO HORIZONTE
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

G963c Guimarães, Paula de Moreira.
Cartografias frente ao desastre-crime da Samarco, Vale e BHP Billiton [manuscrito] / Paula de Moreira Guimarães. – 2018.
172 f. : il.

Orientadora: Natacha Silva Araújo Rena.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Desastres ambientais - Teses. 2. Crime - Teses. 3. Rio Doce, Bacia - Teses. 4. Territoriedade humana - Teses. 5. Geografia humana - Teses. I. Rena, Natacha Silva Araújo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 910

Vanessa Marta de Jesus - Bibliotecária - CRB/6-2419

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU – da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 9 de julho de 2018 pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Natacha Silva Araújo Rena (Orientadora-EA/UFMG) _____

Profa. Dra. Karine Gonçalves Carneiro (UFOP) _____

Profa. Dra. Karina Oliveira Leitão (FAU-USP) _____

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Natacha Rena pelas conversas cotidianas. Por impulsionar esta pesquisa com suas ideias.

À Karine Gonçalves pela gentileza das caronas e conhecimentos compartilhados.

À Claudia Mayorga por assumir no direcionamento da Pró-reitoria de extensão da UFMG o empenho de construção de uma Universidade que não se limita em si.

À Marcela Silviano Brandão pelas contribuições na banca de qualificação.

Aos companheiros do Mobiliza Rio Doce pelas inquietações e empenhos coletivos.

Aos bolsistas de extensão, Raul, por seguir junto nesta pesquisa, fazendo das motivações dela muitas vezes também suas e ao Artur, pelo apoio neste último ano.

Aos atingidos e ao Movimento dos Atingidos por Barragens pela receptividade em que me acolheram no território. Agradeço especialmente a Marcia, seu Nilton, Regiane e Letícia, por confiarem nos meus anseios e por cederem seus conhecimentos.

Ao grupo de pesquisa INDISCIPLINAR e a todos os pesquisadores indisciplinados por inspirarem o encontro entre pesquisa e resistência.

Aos meus colegas de mestrado pelo aprendizado coletivo. Especialmente a Natália, pela leitura à algumas linhas desta dissertação.

Ao meu pai por nutrir em mim a importância do aprendizado e a ação política. À minha mãe, pelo cuidado e pela força que nunca falha. À Maria por vibrar comigo sempre.

Às minhas tias Lúcia e Gogó, por me receberem com a casa e o coração abertos.

Aos amigos pela alegria dos encontros.

À Juliana, Carol e Bia por fazerem de Belo Horizonte lar.

À PROEX-UFMG pela bolsa concedida no último ano para realização das atividades de extensão vinculadas a esta pesquisa.

.

Resumo

Com esta dissertação busca-se investigar as estratégias empresariais de controle sobre o território atingido pelo desastre-crime em curso na bacia do Rio Doce, deflagrado pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), de propriedade da Samarco (Vale/BHP Billiton), no dia 5 de novembro de 2015. Neste contexto, entende-se que o colapso da barragem se desdobra em outras rupturas nas relações entre as pessoas, os modos de vida e o território, agenciando processos de desterritorialização, isto é, na perda de controle de alguns sobre seus espaços de vida (HAESBAERT, 2004). Tais cisões são frequentemente acirradas pelas práticas e políticas institucionais de controle sobre o processo de reparação, que concomitantemente, reterritorializam os fluxos e relações sociais e materiais sob a lógica empresarial, a partir da articulação de um sistema privado de gestão do desastre. Diante deste panorama, o intuito é cartografar estas estratégias, a fim de expor com maior clareza a sua engrenagem, para que se possa desarticulá-las em prol da garantia de saídas viáveis, que fortaleçam o protagonismo democrático dos atingidos nos espaços de decisão. Para tanto, mais do que uma abordagem analítica acerca dos sujeitos e dos fenômenos pré-estabelecidos, a temática em estudo demanda a compreensão de sua dimensão movente e por isso, sujeita a atravessamentos, subsidiada pelo método cartográfico (DELEUZE, GUATTARI, 1995). Resulta deste processo investigativo, o entendimento das múltiplas *des-reterritorializações* sobre os contextos, geográfico e institucional, que perfazem o controle empresarial sobre o território atingido.

Palavras-chave: desastre-crime; Rio Doce; controle territorial; desterritorialização.

Abstract

This masters dissertation aims to investigate the corporate control strategies over the territory affected by the ongoing crime disaster in the Rio Doce (Doce River) basin, triggered by the rupture of the Fundão dam, owned by Samarco (Vale/BHP Billiton), in Mariana (MG) on November 5, 2015. In this context, it is understood that the collapse of the dam unfolds in multiple fragmentation in the relations between people, ways of life and territory, leading to processes of deterritorialization, that is, the loss of control of some over their living spaces (HAESBAERT, 2004). Such boundaries are often deepened by institutional practices and control policies over reparation processes, that concomitantly, reterritorializes the flows and social and material relations under the business logic, from the articulation of a private disaster management system. Given this context, this masters dissertation intends to map strategies, in order to expose their structure more clearly, aiming to dismantle them in order to guarantee viable exits that strengthen the leadership of those affected in the decision-making spaces. Thus, more than an analytical approach about the subjects and the pre-established phenomena, the problematic under investigation demands the understanding of its dynamic dimension, subsidized by the cartographic method (DELEUZE, GUATTARI, 1995). The results from this investigative process are the understanding of the multiple deterritorializations - socio-spatial and institutional - that make up the corporate control over the affected territory.

Keywords: crime disaster, Doce River, territorial control

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALES - Assembleia Legislativa do Espírito Santo ES - Espírito Santo

AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

AHOBERO - Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues

CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

CIF - Comitê Interfederativo

COMPAT - Conselho Municipal do Patrimônio Cultural

COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental

DPES - Defensoria Pública do Espírito Santo

DPMG - Defensoria Pública de Minas Gerais

DPU - Defensoria Pública da União

ES – Espirito Santo

FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Minas Gerais

FAPES - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo

FMI – Fundo Monetário Internacional

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

GEPSA - Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais

GEPPEDES - Grupo de Estudo e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IEMA-MG - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Minas Gerais

IEMA-ES - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAM - Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração

MAR - Movimento latino-americano de Afetados por Represas

MG – Minas Gerais

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MPF - Ministério Público Federal

MPES - Ministério Público do Espírito Santo

MPMG - Ministério Público de Minas Gerais

MPT - Ministério Público do Trabalho

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ORGANON-UFES - Núcleo de estudo, pesquisa e extensão em mobilizações sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espirito Santo

PND - Plano Nacional de Desestatização

PoEMAS - Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade

RJ- Rio de Janeiro

SEMAD-MG - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SP – São Paulo

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TAP - Termo de Ajustamento Preliminar

TTAC - Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O percurso da pluma de rejeitos 33

Figura 2 – Organização interna dos projetos de extensão desenvolvidos pelo *Indisciplinar* 44

Figura 3 - Frente de Ação *Cartografias do Rio Doce*..... 45

Figura 4 – Parceiros..... 46

Figura 5 – Relatório de Atividades..... 48

Figura 6 - (1) Assembleia dos atingidos em Paracatu de Baixo; (2) Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Espírito Santo; (3) Balanço de 1 ano do rompimento da barragem de Fundão; (4) Reunião do Fórum Capixaba do Rio Doce; (5) Reunião junto ao Grupo de Trabalho no MPF, em Belo Horizonte; (6) Reunião de deliberação das comissões locais do Fórum Capixaba em defesa do Rio Doce; (7) Encontro Versos de outras lutas: Diálogos entre o desastre de Bhopal/Índia e o desastre de Mariana/Rio Doce; (8) Encontro de Formação de Base do MAB, em Campo Grande, São Matheus; (9) Encerramento do Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens. 52

Figura 7 – Eu e Cláudia Orduz, na marcha em Colatina-ES (31/10/2016) e no Ato Unificado em Defesa da Soberania Nacional (03/10/2017) 55

Figura 8 – Mapa do Percurso da Marcha..... 55

Figura 9 – Marcha em Regência Augusta, Linhares-ES (31/10/2016)..... 57

Figura 10 – Janta coletiva durante a marcha na linha férrea (31/10/2016) 57

Figura 11 - Margens do lago da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (02/11/2016) 58

Figura 12 – Marcha pelo centro urbano de Colatina-ES (31/10/2016) 60

Figura 13 – Morador tenta realizar travessia de Cachoeira Escura para São Lourenço (01/11/2016) 61

Figura 14 – Escolta Policial a ferrovia da Vale em Cachoeira Escura (01/11/2016) 62

Figura 15 – Chegada em Barra Longa (02/11/2016)..... 63

Figura 16 – Cartazes pregado na porta de comércio de Mariana-MG..... 64

Figura 17 – Oficina em Maria Ortiz, comunidade ribeirinha em Colatina. A matriarca da comunidade junto a outras atingidas conta como era a vida antes do desastre-crime. 65

Figura 18 – Organização do ato antes de sair em marcha;"Ala" do Movimento dos Afetados por Represas (MAR); Lula discursa em frente ao prédio da Petrobrás, no Rio de Janeiro (RJ) 66

Figura 19 - Aula com o convidado, Joceli Andrioli da coordenação nacional do MAB, sobre apontamentos acerca da conjuntura geopolítica que tange o desastre-crime.67

Figura 20 - À esquerda, Igreja de Paracatu de Baixo e à direita, Escola de Paracatu de Baixo..... 68

Figura 21 - À esquerda, aviso de restrição de acesso às construções soterradas e à direita, conversa durante visita de campo. 70

Figura 22 –Reunião na UFOP 71

Figura 23 – Diagrama de rede realizado na disciplina UNI 009 (não finalizado)..... 72

Figura 24 – *Frames* do vídeo animação 72

Figura 25 – Capa do texto Com cartão, sem cartão: as fragmentações como estratégia de controle do território pela Samarco (Vale-BHP)" no blog InDebate 73

Figura 26 – *Printscreen* de replicações dos texto-denúncias no *Facebook* ®..... 75

Figura 27 – Convite do evento e mesa dos atingidos 77

Figura 28 – Fotografias da exposição..... 78

Figura 29 - Texto de Curadoria e Ficha Técnica 79

Figura 30 - Texto de Curadoria e Ficha Técnica 80

Figura 31 - Banner sobre os Desdobramentos Institucionais 81

Figura 32 – *Printscreen* de Fragmento da planilha Excel do banco de dados da linha do tempo. As cores de cada linha da tabela correspondem às categorias adotadas que serão detalhadas a seguir 83

Figura 33 - Rede de conversas no Twitter® sobre o rompimento da barragem da Samarco (Vale-BHP) em dezembro/2015. Desponta nesse gráfico o alcance do G1, Folha de São Paulo e Estadão..... 85

Figura 34 – Quadro explicativo sobre as categorias adotadas na Linha do Tempo 86

Figura 35 – *Printscreen* da linha do tempo gerada na plataforma Knight lab..... 87

Figura 36 – Proposta de diagramação..... 88

Figura 37 – Proposta de diagramação transescalar..... 89

Figura 38 – Plataforma Cartografias do Rio Doce (em desenvolvimento) 90

Figura 39 - Quadro de autos de infrações aplicados por órgãos ambientais 105

Figura 40 - Diagrama das Definições do Acordo 111

Figura 41 - Diagrama do sistema organizativo do desastre-crime estabelecido no TTAC 113

Figura 42 - Diagrama da organização interna da Fundação Renova, com as respectivas indicações de composição 118

Figura 43 – Foto aérea de Maria Ortiz, em Colatina (ES) e mapa chave de localização de Colatina..... 126

Figura 44 - Diagrama dos encaminhamentos institucionais envolvendo o TTAC..... 129

Figura 45 – Municípios Capixabas atingidos 140

Figura 46 – Pescador de Maria Ortiz mostra os objetos de pesca, hoje objetos de memória. Ao fundo está o Rio Doce, o quintal de todas as casas na comunidade. 141

Figura 47 - Localização das casas alugadas na cidade de Mariana. 142

Figura 48 - Impedimentos a entrada em Bento Rodrigues e avisos de segurança para não ultrapassar a área demarcada 147

Figura 49 – Foto aérea do Complexo de Barragens de Germano e identificação da localização dos diques S3 e S4 e da localização de Bento Rodigues 147

Figura 50 – Alagamento de parte do povoado de Bento Rodrigues pelo Dique S4 149

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: INQUIETAÇÕES E CAMINHOS **12**

Referenciais teóricos **20**

PARTE I - O PERCURSO: A CARTOGRAFIA FRENTE AO DESASTRE - CRIME NO RIO DOCE E LITORAL ATINGIDO **28**

CAPÍTULO I - A INVESTIGAÇÃO NO CONTEXTO DO DESASTRE-CRIME **28**

2.1 A processulidade do desastre-crime nas vidas atingidas e na investigação **28**

2.2 A dimensão incerta espaço-temporal do desastre-crime **32**

2.3 O método cartográfico **36**

CAPÍTULO II - CAMINHO CARTOGRÁFICO DA FRENTE DE AÇÃO CARTOGRAFIAS DO RIO DOCE **43**

2.1 Aproximações iniciais: a Marcha dos atingidos por Barragens **53**

2.2 Disciplina UNI 009 – Cartografias emergentes **67**

2.3 Transbordar a Universidade **76**

2.4 A linha do tempo como dispositivo articulador entre pesquisadores **82**

PARTE II - *DES-RETERRITORIALIZAÇÕES* E CONTROLE TERRITORIAL FRENTE AO DESASTRE-CRIME DA SAMARCO (VALE-BHP BILLITON) .. **94**

CAPÍTULO III – *DES-RETERRITORIALIZAÇÕES* INSTITUCIONAIS **95**

CAPÍTULO IV - *DES-RETERRITORIALIZAÇÕES* DO CONTEXTO GEOGRÁFICO **137**

4.1 Cercamentos e encobrimento dos rastros do desastre-crime **145**

CONSIDERAÇÕES FINAIS - DESDOBRAMENTOS **152**

REFERÊNCIAS BIBILIOGRÁFICAS **155**

ANEXOS **170**

ANEXO 01: Linha do tempo **171**

INTRODUÇÃO: INQUIETAÇÕES E CAMINHOS

Retrospectivamente, o presente estudo emerge de um projeto de pesquisa que tinha como pretensão investigar alternativas de desenvolvimento local frente ao rompimento da barragem da Samarco (uma empresa *joint venture*[1] da Companhia Vale e da Anglo Australiana BHP Billiton) em Fundão, no município de Mariana (MG), ocorrido no dia 05 de novembro de 2015. O recorte territorial pré-definido situava-se próximo às comunidades ribeirinhas da foz do Rio Doce, no munícipio de Linhares (ES). Pretendia-se uma abordagem transdisciplinar, enfocando as relações socioespaciais e o aprofundamento dialético entre teoria e prática, orientado pela observação-participante.

A aproximação com o grupo de pesquisa *Indisciplinar*[2] e com o território atingido[3], mudaram alguns rumos da perspectiva de atuação. Por distanciamento e ingenuidade, ao iniciar a pesquisa – em agosto de 2016, 09 meses após o colapso da barragem -, pressupus que as questões consideradas emergenciais e preliminares, como auxílio emergencial, delimitação da área atingida, diagnósticos socioambientais e as diretrizes de reparação, que naquele momento estavam minimante delineados. Assim, de pronto, poder-se-ia pensar alternativas de desenvolvimento e de resgate dos enlaces locais, frente a um território devastado.

Entretanto, a aproximação com a realidade, clareia, que longe de estarem solucionados, muitos dos encaminhamentos preliminares e determinantes dos rumos dos processos de reparação e compensação, encontram-se em aberto e em disputa. Tais indefinições permanecem não só após os 09 meses da ruptura das estruturas de rejeitos, quando inicio o mestrado, como ainda, muitos deles perduram após os 32 meses que marcam o final desta pesquisa de dissertação.

---

[1] O modelo societário de *joint venture* designa uma associação entre duas empresas independentes dotada de personalidade jurídica. Atualmente, a composição acionária da Samarco é dividida igualitariamente pela Vale (50%) e a BHP Billiton Brasil Ltda. (50%) (SAMARCO MINERAÇÃO, 2015). Entretanto, sob o formato de *non operate joint venture*, a responsabilidade jurídica sobre as operações recai exclusivamente sobre a Vale (MANSUR et al, 2016).

[2] No Capítulo 2: Caminho cartográfico da frente de ação Cartografias do Rio Doce contempla maiores informações sobre a rede em que se apoia esta pesquisa.

[3] Compreendemos o território a partir da conceituação do geógrafo Rogério Haesbaert (2004) como a mediação espacial do poder, que carrega uma dupla conotação material e simbólica, expressa na relação de "dominação e apropriação sociedade-espaço que se desdobra ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica". Considerações sobre a definição do território atingido pelo colapso da barragem estão dispostas no capítulo seguinte.

Passados mais de dois anos do dia 05 de novembro de 2015, as incertezas quanto ao porvir permanecem nas vidas atingidas, com a negação de direitos e com o aprofundamento da fragilização socioespacial, devido ao empenho das empresas, em controlar o território atingido e adiar os processos de reparação. Neste rumo, os procedimentos de resposta ao colapso da barragem, adotados pelas empresas, com aval do Estado, configuram um desastre-crime[4], isto é, um processo em curso, de vulnerabilização socioesapacial.

Enfaticamente retomo as datas, pois é a partir da compreensão da extensão em que avança o desastre-crime no tempo e no espaço sob a forma de processo, que se refaz alguns rumos da pesquisa.

O primeiro desvio da proposta inicial foi repensar o objetivo. Antes de propor alternativas para o desenvolvimento local, a realidade solicita dar um passo atrás, a fim de compreender o que impede que os encaminhamentos tidos como emergenciais estejam solucionados, prolongando o sofrimento daqueles que aguardam pelo reestabelecimento dos modos de vida, de trabalho e das relações socioespaciais descontinuadas com o desastre.

De certo, ao longo desse percurso, as empresas causadoras do desastre-crime têm se valido de um conjunto de políticas e práticas que as permitem controlar o processo de reparação e o território atingido, a despeito da imprescindível primazia dos atingidos sobre estes. Tais práticas perpassam o uso de instrumentos e aparatos legais, valendo-se da apropriação do Estado, da fragmentação socioespacial, da articulação de uma rede de agentes com interesses controversos, como também, se amparando na produção de discursos e narrativas.

Observa-se que até hoje, o maior dos êxitos corporativos é a concatenação de um arranjo de governança sob a égide empresarial, privatizando a gestão do desastre-crime. Este sistema de gestão constitui-se em sua linha de frente por uma fundação de direito

[4] Esta designação do fenômeno, com base na literatura crítica a mineração, parte em primeira medida do entendimento que as consequências vivenciadas, não cessam no evento agudo, mas solicita o alargamento do horizonte temporal conforme aponta o conceito de desastre. (VALENCIO, 2010; ZHOURI, Et Al., 2016). Adicionalmente, busca-se lançar mão da noção de "crime" diante do reconhecimento da culpabilidade das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton pelo desastre, como sinalizado pelo indiciamento de 7 executivos e 3 empresas por crime ambiental pela Polícia Federal (O TEMPO, 2016). Ademais, o acionamento desta categoria pelos atingidos busca enfatizar a falta de legitimidade da atuação empresarial sobre o processo de reparação.

.

privado, a Fundação Renova, instituída em 2016 objetivo de implementar as medidas de reparação previstas nos programas socioambientais e socioeconômicos estabelecidos pelo Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, conhecido como acordão, assinado por representantes da União, dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as empresas. A entidade privada é controlada pelas empresas Samarco, Vale e BHP Billiton e, fiscalizada e monitorada pelo Comitê Interfederativo, composto pelo poder público. Através desse sistema organizativo atribuiu-se amplo poder às empresas causadoras do desastre-crime, que por meio da Fundação Renova determinam critérios, metodologias, recursos aportados e prazos para execução de ações de reparação da bacia do Rio Doce.

Diante deste panorama, fundamenta-se como objetivo deste trabalho visibilizar quais são as estratégias que permitem às empresas, o domínio sobre o território e os processos de reparação frente ao desastre-crime, a fim de expor com maior clareza a sua engrenagem, para que se possa desarticulá-las em prol da garantia de saídas viáveis, que fortaleçam o protagonismo democrático dos atingidos nos espaços de decisão.

Frente às incertezas sociais, políticas, econômicas e conjunturais, o contexto do desastre-crime demanda desta pesquisa, a abertura de possibilidades e a intervenção na realidade para com o objetivo de efetivar direitos. Estes anseios ético-políticos pretendidos com a investigação, encontram esteio no modo de atuação do *Indisciplinar*, onde seus pesquisadores investigam, interagem e atuam junto à pessoas e grupos, nos conflitos territoriais. Não se trata nesta prática investigativa, de observar para conhecer, mas sim, agir para conhecer, e vice-versa, pois "há transformação de experiência em conhecimento e de conhecimento em experiência, numa circularidade aberta ao tempo que passa" (BARROS, KASTRUP, 2010). A partir desta confluência acredita-se que a abordagem referente ao método, transita da observação-participante, para a pesquisa-intervenção, sob a perspectiva do método cartográfico.

"Cartografar é acompanhar processos" traduzem Laura Pozzana de Barros e Virgínia Kastrup, em texto do livro *Pistas do método da cartografia* (2010), cuja publicação, é uma referência importante para pensarmos o método nesta pesquisa. O desastre-crime como objeto-processo exige um método investigativo igualmente processual e esta processualidade nos acompanha em todas as etapas - coleta de dados; pesquisa bibliográfica e trabalho de campo; discussão de resultados -, indissociando teoria e prática.

Ademais, frente a um "objeto" de pesquisa que é movente, há também uma preocupação metodológica para que o processo investigativo dê conta das frequentes atualizações que são impostas por um contexto dinâmico. Muito embora os encaminhamentos não tenham alcançado as condições satisfatórias de recuperação, não significa que nada tenha acontecido nesse tempo. Pelo contrário, é recorrente que, estrategicamente, as empresas conduzam as negociações de forma morosa, a fim de exacerbar os dissensos, prolongando o processo de reparação e desencadeando uma sequência exaustiva de reuniões.

No âmbito institucional, neste percurso de 02 anos de pesquisa, atravessamos um longo processo de negociação. Iniciou-se com um acordo assinado entre representantes da União, dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as empresas, resultante de uma ação civil pública protocolada pelo poder público. O acordo gerou incontáveis manifestações de descontentamento através de atos públicos, notas de repúdio e denúncias, bem como, deu-se partida à Ação Civil Pública nº 0023863-07.2016.4.01.3800 ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) em maio de 2016, exigindo a impugnação do acordão e a condenação das empresas em R$ 155 bilhões, para total reparação dos danos sociais, ambientais e econômicos causados pelo desastre (MPF, 2016). Por sua vez, essa ação civil pública abriu um processo de negociação entre o MPF e as empresas, que culminou em propostas de adequação das medidas implementadas através do acordo anterior. Este processo já gerou 2 outros acordos, o Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) e o Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar (Aditivo ao TAP) e, recentemente, vem se delineando um terceiro, o Termo de Ajustamento de Conduta sobre a Governança (TAC-Governança).

Visto a numerosidade e complexidade de documentos e acontecimentos, que perfazem as negociações e seus desdobramentos, se coloca como desafio à cartografia, acompanhá-los em tempo real. Em termos práticos, isto só foi possível devido a processualidade da pesquisa e sobretudo, pelo trabalho colaborativo empreendido através de ações de ensino, pesquisa e extensão, que foram articuladas pela frente de ação *Cartografias do Rio Doce* (IND_RioDoce) do *Indisciplinar*, envolvendo bolsistas de extensão, diversos alunos de graduação, professores e pesquisadores de diversas unidades da UFMG e de outras universidades. Assim, as reflexões aqui levantadas, fazem parte de um processo coletivo e por isso, é coerente que a escrita transpareça todos "nós" aqui envolvidos, a partir da conjugação em primeira pessoa do plural, que pode configurar

agrupamentos e redes variadas de pesquisadores dependendo do movimento e da situação.

Diante de uma proposta de atuação e pesquisa, que se pretende não estática, aberta a atravessamentos e construída de maneira colaborativa, fez-se necessário abrir o recorte territorial, para permitir delineá-lo em consonância com as redes de investigação-atuação gestadas ao longo do processo. Esta definição se esboçou por meio da primeira imersão no território, durante a *Marcha de 1 ano de Lama e Luta* em novembro de 2016, organizada pelo *Movimento dos Atingidos por Barragens* (MAB). Experiência esta que desestabilizou alguns rumos dessa investigação[5].

De antemão a ideia era escolher uma localidade atingida, aproximar, acompanhá-la, e assim compreender a complexidade dos processos globais sob a lente daquela localidade. De certo, esta escolha nos permitiria vivenciar a fundo as formas particulares que assumem as estratégias empresariais em determinada comunidade.

Entretanto, ao percorrer em marcha a bacia da foz do Rio Doce, em Regência, no município de Linhares (ES) a Mariana (MG), ficou latente a recorrência de determinadas práticas empresariais de controle territorial, sobretudo, referente a criminalização das resistências e aos critérios arbitrários adotados para concessão dos direitos, como por exemplo, o auxílio financeiro emergencial concedido através de um cartão-benefício. Em contrapartida, o tratamento diferencial entre localidades, adotado pelas empresas para questões similares, também são estratégicos e integram as políticas de gestão do "risco social corporativo", explicitados por Henri Acselrad (2013) e Raquel Giffoni Pinto (2016).

No mais, também recorrentes foram os questionamentos relativos ao cerceamento dos atingidos à participação nos espaços de decisão sobre a recuperação do território atingido[6]. Questão essa que se fundamenta como central, inclusive nos objetivos da Marcha.

---

[5] Sublinhamos aqui alguns pontos dessa experiência, mas retomaremos o relato de forma expandida ao longo do trabalho, principalmente, no "Capítulo 2: Caminho cartográfico da frente de ação Cartografias do Rio Doce" no eixo 1.

[6] Os atingidos foram alijados tanto do processo de negociação que deu origem ao Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (o acordão), como também a tratativa não prevê instrumentos de controle social, restringindo a participação dos atingidos a espaços de caráter meramente consultivo (MILANEZ, PINTO, 2016).

Este ponto de vista das práticas empresariais que operam, ora por diferenciação, ora por padronização, associadas à falta de controle que tangenciam todo o contexto, nos direcionaram a uma ampliação do enfoque territorial. Soma-se a este direcionamento, o fato que muitos dos relatos traziam a multiplicidade de ações que ressoam em contestação ao acordo, que partiram não só de manifestações de articulação nacional como a Marcha, como também de ações locais e em âmbito internacional, à exemplo da denúncia apresentada na ONU em maio de 2016 (MEDEIROS, 2016).

Cartografar estas estratégias corporativas que disputam e sitiam o controle sobre os processos de reparação, incluindo seus desdobramentos, nos coloca diante de um processo que é de natureza transescalar. Isto significa que o processo não está contido numa escala geográfica isolada, nem mesmo na dicotomia local-global. As escalas que o permeiam se apresentam de maneira relacional, numa dinâmica de retroalimentação entre diversos platôs escalares.

Em uma breve contextualização - aquém da complexidade que assume na realidade e explorada ao longo dessa pesquisa -, a problemática envolve empresas transnacionais, com ativos, reputação e imagem agenciados em âmbito mundial. As ações das empresas no território nacional geram processos específicos em escalas local e regional, de onde por vezes, partem ações localizadas ou articuladas nacionalmente, que repercutem sobre decisões de abrangência nacional e comprometem os valores negociados no contexto internacional.

Em atenção a isto, nos ocupamos nesta pesquisa em visibilizar de forma ampliada o *modus operandi* das empresas no território atingido, sendo necessário ter em vista o quadro amplo, e aproximar os processos específicos que o perfazem, fundamentais para acompanhar o conjunto. Posto isso, foi nosso interesse a busca por táticas investigativas transescalares, por meio de dispositivos cartográficos que permitam a conexão entre escalas. Nos concentramos no desenvolvimento de uma plataforma de visibilização das questões que perfazem o desastre-crime, articulando mapas, diagramas, textos e linha do tempo, de forma a tornar possível uma leitura sistêmica e transescalar. Reconheceu-se atores, discursos e artefatos jurídicos-estatais, recorridos nos processos de reparação e que compõem os dispositivos corporativos de domínio territorial.

No entanto, este enfoque, nem sempre localizado, traz consigo o risco de criar narrativas desencarnadas, ou seja, sem sujeitos, ocultando a voz daqueles que deveriam

ser os protagonistas deste processo. Sintonizados com essa preocupação, o método investigativo pressupõe a dissolução dos lugares de pesquisador e contexto pesquisado, entendendo que o conhecimento é produzido a partir da aproximação e da troca. Isto se faz por meio da oitiva centrada nas experiências coletivas e engajamento em plúrimos espaços (institucionais, acadêmicos e de ação direta), articulando aos relatos considerados em pesquisas e relatórios que trazem essa experiência local.

Frente ao desafio de realização de uma pesquisa engajada no recorte proposto, retiro (verbo aqui conjugado em primeira pessoa do singular, porque é uma facilidade pessoal) proveito da conexão prévia e do trânsito frequente que realizo entre os dois estados que compõem a bacia do Rio Doce - Minas Gerais e Espírito Santo[7].

Ao longo do mestrado, esta dinâmica me permitiu o acesso às atividades institucionais que muitas vezes ocorrem em Belo Horizonte e de forma mais eventual àquelas que acontecem no epicentro do desastre-crime, em Mariana (MG) e Barra Longa (MG) - localizados respectivamente a 120 km e 170 km da capital), como também viabilizou a participação em eventos e atividades acadêmicas no Espírito Santo, em algumas reuniões do Fórum Capixaba em Defesa da Bacia do Rio Doce que normalmente se sucedem em Vitória (ES), e também a permanência em espaços de luta, organizados pelo MAB e que me aproximaram dos atingidos. De fato, a proximidade com o médio Rio Doce *in loco*[8] se deu de forma pontual, ressaltando a importância da rede de atuação e da análise documental para o alinhavo do território atingido, como proposto.

A rede também se delineou a partir da marcha, que foi o ponto de partida para uma aproximação com os atingidos, organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens. Articulação esta que tem sido fundamental, por permitir o acompanhamento das discussões que tangenciam o território de forma ampliada, já que o movimento popular[9] atua tanto em âmbito local, a partir dos grupos de base, como em âmbito

[7] Até antes do ingresso no mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU-UFMG), que exigiu a minha mudança para Belo Horizonte (MG), eu residia em Vitória (ES), onde mantenho ligações afetivas e de pesquisa que me colocam em constante regresso.

[8] Uma outra forma de acessar as experiências que permeiam esta localidade é a partir de encontros com os atingidos do médio Rio Doce em ações fora da localidade, como no Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens em outubro de 2017, Audiências Públicas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, atos públicos e eventos acadêmicos.

[9] Adotamos essa designação nos apropriando da perspectiva colocada por um importante coordenador nacional do Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), João Pedro Stédile (SUL21, 10/05/2018). O uso desta categoria circunscreve a linha de ação a perspectiva da luta de classes, divergindo da crescente onda de movimentos ditos "sociais" ligados à direita, que adotam uma postura genérica, a serviço da ofensiva neoliberal.

nacional, articulando as questões locais que envolvem o macro contexto do desastre-crime. Igualmente articulador é o papel do movimento de promover a conexão da agenda dos atingidos pela Samarco (Vale-BHP), com a conjuntura geopolítica em que se insere, politizando o debate e trazendo a pauta da soberania nacional.

A Marcha foi também um movimento de confluência entre pesquisadores de diversas áreas do conhecimento da UFMG, dando início ao grupo de trabalho *Mobiliza Rio Doce*. Por meio das trocas de experiências e do trabalho colaborativo de coleta de dados empreendidos no grupo *Mobiliza*, conseguimos reunir informações que dão conta do processo de forma ampliada e transdisciplinar. Além disso, juntos construímos oportunidades ímpares de disseminação de informação, vizibilização da problemática e diálogo com os atingidos, fazendo com que a Universidade assumisse o lugar de resistência.

Este posicionamento político no âmbito acadêmico assumiu relevância ainda maior, diante do assédio das empresas causadoras do desastre-crime sobre as universidades atuantes[10], a qual interpretamos como uma tentativa de cercear as nossas críticas. Posto isto, é central neste trabalho, a defesa da pesquisa acadêmica situada a partir da legitimação dos métodos, produtos acadêmicos e formas de atuação que a prefigura, em relutância aos interesses empresariais recostados no tecnicismo acadêmico e na falsa ideia de neutralidade científica.

Dada a dificuldade, que muitas vezes encontramos em reconhecer uma gama de ações como produção acadêmica, para além do texto teórico enfatizo que é importante considerar o trabalho de imersão e articulação em rede, bem como a sistematização de dados em linha do tempo, diagramas e plataformas, para compreender o potencial de

[10] O assédio das empresas sobre os grupos de pesquisa e universidades atuantes veio à tona com as investidas da Fundação Renova em criar vínculos direto com as três universidades integrantes do Observatório Interinstitucional da Bacia do Rio Doce, UFES, UFOP e UFMG, que não se efetivou. Em 06/06/2017,a diretora executiva da Fundação Renova afirmou em palestra Tragédia no Rio Doce: O que está sendo feito?', proferida na Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente que já estavam em diálogo para criação de "parcerias" com as Universidades. Somado a isto, anteriormente, em 16/05/2017 foi criado o acordo de cooperação técnica entre a Fundação Renova, a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). Tais preocupações também permearam o debate na mesa "O desastre de Mariana: Como a universidade pode intervir", coordenada pela professora Claudia Andréa Mayorga Borges (UFMG) em diálogo com as palestrantes, Raquel Oliveira Santos Teixeira (UFMG), Cristiana Losekann (UFES) e Carolina Machado Saraiva de Albuquerque Maranhão (UFOP). A questão que objetivamos levantar é que ao travar vínculos diretos através de cooperações técnicas, a própria Fundação participa da composição dos editais e dos direcionamentos das linhas de pesquisa contempladas, possibilitando que privilegie áreas e pesquisas mais consensuais a sua atuação.

invenção de linhas de fuga que reside nesta dissertação (DELEUZE, GUATTARI, 1995). Foi a partir de textos-denúncia em jornais, produção gráfica e exposição que conseguimos ao longo desse processo suscitar denúncias, visibilizar o desastre-crime e promover uma leitura complexa e situada do processo. Todavia, a base teórica foi também indispensável, nos servindo de caixa de ferramentas (DELEUZE, 2006, p.267), alimentando as nossas ações, enquanto também se construiu a partir delas.

Com tantas redefinições em relação ao projeto de pesquisa inicial, permanece o enfoque teórico sobre as dinâmicas territoriais, o qual será delineado a seguir.

Referenciais teóricos

Os referenciais teóricos percorridos ao longo dessa dissertação, podem ser agrupados em dois conjuntos: o primeiro relativo ao desastre-crime e seus desdobramentos judiciais, associados a uma literatura crítica da mineração, direcionado pelas ideias apresentadas em (MILANEZ; LOSEKANN, 2016; MILANEZ, PINTO, 2016; ZHOURI et al., 2016; ZONTA, TROCATE, 2016; ORDUZ, PEREIRA, 2017). Os apontamentos trazidos por estes trabalhos nos trazem dados relativos ao contexto do desastre-crime, que são remontados no corpo dessa dissertação.

Já o segundo grupo é pertinente aos conceitos de acúmulo por despossessão (HARVEY, 2005), desterritorialização (DELEUZE, GUATTARI, 1972; HAESBAERT, 2004), interligados à concepção de neoliberalismo (LAVAL, DARDOT, 2016) recorridos para compreender o funcionamento do controle territorial desempenhado pelas empresas sobre o território atingido.

De partida, esta discussão é assumida neste trabalho por meio do conceito de "acúmulo por despossessão" proposto pelo geógrafo materialista David Harvey (2005), traduzido como um processo de expropriação dos bens comuns, imprescindível à expansão de capital. Esta formulação desponta da atualização do conceito marxista de acumulação primitiva de capital, relativa à ruptura entre produtores e meios de produção, a partir do cercamento dos bens comuns. Diferentemente da concepção marxista, que entende tais processos como um pressuposto histórico e primitivo à lógica da acumulação capitalista, Harvey avança enfatizando o caráter intermitente destes mecanismos para o capitalismo avançado em seu atual paradigma financeiro. Esta dinâmica é exacerbada

com o desastre-crime em questão, bem como, caminha lado-a-lado ao golpe em curso no país, que sob à égide neoliberal alavanca uma nova rodada de privatização dos bens comuns e instituições públicas.

Todavia, ao se deter a uma concepção de território funcionalista e estritamente econômica, esta formulação deixa, por vezes, escapar a dimensão subjetiva que também é expropriada nesta dinâmica. Perspectiva esta contemplada por uma noção de território, integradora, que articula as dimensões políticas, econômicas e culturais que o perfazem. De acordo com essa perspectiva ampliada, o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2004, p. 235) define o território "como fruto da relação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação) ".

Avançando sobre esta lacuna referente a dimensão subjetiva em relação aos processos de acumulação capitalista, no livro *O Anti-Édipo*, os pensadores pós-estruturalistas Deleuze e Guattari (1972), em diálogo com a concepção marxista, explicam tais cisões originárias das relações de produção capitalistas como um processo de desterritorialização relativa[11]. Neste contexto histórico, a desterritorialização se traduz na criação de um distanciamento entre as sociedades tradicionais e a terra, reduzindo-a a espaço de mediação das relações sociais. Entretanto, para a efetivação da acumulação capitalista não basta que haja um processo de desterritorialização e descodificação, dissolvendo os fluxos sociais e materiais preestabelecidos. Depende de que concomitantemente ocorra a reterritorialização e recodificação, reorganizando estes fluxos sob sua lógica.

Não obstante, a contaminação da bacia do Rio Doce pela lama de rejeitos da mineração, resulta na ruptura entre povos e comunidades tradicionais e a natureza, elemento central na constituição da territorialidade, referente a como as pessoas utilizam o espaço, se organizam sobre e por meio dele e, ainda, atribuem significado a ele (HAESBAERT, 2004). Somada à precarização territorial, os procedimentos de resposta

[11] A desterritorialização relativa difere da desterritorialização absoluta. Com base nos três teoremas sobre a desterritorialização apresentado pelos filósofos Deleuze e Guatarri, o geógrafo Rogério Haesbaert (2004, p. 130) sintetiza que "[…] esta desterritorialização [relativa] é o abandono de territórios criados nas sociedades e sua concomitante reterritorialização. A desterritorialização absoluta remete-se ao próprio pensamento, à virtualidade do devir e do imprevisível. No entanto, [...] os dois processos se relacionam, um perpassa o outro".

ao desastre-crime, condicionados por uma gestão empresarial, os permitem atribuir significado à grande parte do território atingido, garantindo a expansão dos interesses empresariais sobre a bacia.

Tal concepção de desterritorialização diverge da noção atribuída por Harvey em *A Condição Pós-Moderna* (1992). O geógrafo marxista faz referência a quebra das barreiras espaciais e da crise do Estado-nação, resultante do processo de globalização. Nesta dinâmica, a compressão tempo-espaço propiciada pelo avanço nos sistemas de transporte e informação implica em fluxos financeiros, comerciais e de informação cada vez mais independentes das bases territoriais, configurando o capitalismo de acumulação flexível. Por conseguinte, seguindo esta teorização, a nossa experiência no espaço é transformada pela velocidade do fluxo do capital.

No entanto, Haesbaert (2004, p. 165-169), com quem concordamos neste aspecto[12], traz algumas considerações sobre essa conceituação, a qual classifica como "desterritorialização de ênfase econômica". A primeira relativa a leitura equivocada da desterritorialização como "fim dos territórios" (HAESBAERT, 2004), associada ao enfraquecimento da mediação espacial, ignorando a "emergência de novos processos que reenfatizam uma base geográfica, como a questão ecológica, o acesso a recursos naturais, a delimitação de novas fronteiras, novos regionalismos etc." (TONUCCI FILHO, 2013, p. 41).

Na segunda consideração, partindo do diálogo com a também geógrafa Doreen Massey (2000), Haesbaert aponta que a dinâmica do capital é insuficiente para compreender a nossa vivência sobre o espaço, por não considerar outras dimensões como gênero e raça, e por ocultar a forma desigual de inserção de indivíduos e grupos sociais nas redes de fluxos que pressupõe o processo de globalização. Esta diferenciação é traduzida por Massey (2000) no conceito de "geometria de poder da compressão de tempo-espaço" explicando que,

> diferentes grupos sociais têm relacionamentos distintos com essa mobilidade diferenciada: algumas pessoas responsabilizam-se mais por ela do que outras;

[12] No entanto, a divergência com Harvey em torno deste conceito não nos impede de confluir com ele em algumas linhas de pensamento. Mais à frente, as ideias acerca do sistema neoliberal se constroem a partir de suas contribuições no livro "O Neoliberalismo", bem como foi requerida as formulações dele para compreender o caráter intermitente da dinâmica de acumulação primitiva. No mais, embora a sua conceituação de desterritorialização não precise o caráter desigual que engendra, Harvey em sua trajetória não é alheio a produção de desigualdades pelo capitalismo.

> algumas dão início aos fluxos e movimentos, outras não; algumas ficam mais em sua extremidade receptora do que outras; algumas são efetivamente aprisionadas por ela [...] não se trata simplesmente de uma questão de distribuição desigual, de que algumas pessoas movimentem-se mais do que outras e que alguns tenham mais controle do que outros. Trata-se do fato de que a mobilidade e o controle de alguns grupos podem ativamente enfraquecer outras pessoas. A mobilidade diferencial pode enfraquecer a influência dos já enfraquecidos. A compressão de tempo-espaço de alguns grupos pode solapar o poder de outros (MASSEY, 2000, p. 178-179).

Assim, para as mineradoras transnacionais, este processo implica em maior flexibilidade locacional de implantação dos seus centros informacionais, enquanto, a atividade de exploração mineral é circunscrita pela disposição geográfica dos recursos naturais, embora tal escolha também seja construída pela ação política, que se traduz na alocação de investimentos públicos e desregulações. Para as elites empresariais, como os executivos das mineradoras, a fluidez globalizacional reflete na mobilidade "opcional", sem que, no entanto, haja uma desterritorialização, visto que mesmo deslocados de sua origem, continuam inseridos num sistema de espaços, serviços e códigos a que estão habituados, propiciados pela homogeneidade globalizacional.

Por outro lado, esta dinâmica se transpõe aos mais pobres, na falta de controle sobre o movimento, experimentada tanto através da imobilidade, em circunstâncias que o espaço e o tempo estão submetidos a um controle externo, como a partir da mobilidade compulsória sob condições precárias, exemplificada pelas remoções forçadas impostas pela implementação e operação de grandes empreendimentos, assim como resulta a ruptura da barragem de Fundão[13].

Assim, a globalização – associada ao avanço das políticas neoliberais e a transnacionalização produtiva – que pressupõe maior conectividade, se alimenta também da criação de novas cisões e desterritorializações, que implica na perda de controle de alguns sobre seus espaços de vida (HAESBAERT, 2004).

[13] Vale pontuar que não objetivamos canalizar tal discussão para uma contestação rasa da validade da atividade minerária e dos projetos de desenvolvimento de modo geral, bem como das políticas que os validam, adotando uma "falsa dicotomia entre os que são a favor e os que são contra a mineração, separando as pessoas e os grupos de pessoas entre os que entendem a necessidade da mineração e os que não a entendem e querem, por isso, acabar com a mineração" (CARNEIRO; SOUZA, 2017, p. 3). Ainda que nesta oportunidade de pesquisa se apresente de forma acanhada, entendemos a necessidade de complexificar o debate incorporando questionamentos quanto às formas de controle, acesso, meios de exploração e o destino de suas arrecadações, a fim de repensar a mineração indissociada a políticas externas soberanas que assegurem a promoção de políticas sociais.

No caso do Rio Doce e litoral atingido, o desastre-crime é entendido como um processo desterritorializador, que subordina o território atingido aos interesses corporativos, alheios à população que ali se reproduz. Observa-se que, no contexto em questão, o controle empresarial se viabiliza em primeira medida a partir dos deslocamentos compulsórios provocados pelo soterramento de moradias e terras e, pela inviabilização da reprodução dos modos de vida dada a precarização territorial em virtude da degradação ambiental.

Ambas as situações podem ser lidas como um processo de desterritorialização relativa, definido de forma genérica como "exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto 'recurso' ou 'apropriação' (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade" (HAESBAERT, 2004, p. 315).

Em termos palpáveis, a desterritorialização em consequência da degradação dos corpos d'água de populações ribeirinhas, classificáveis como comunidades tradicionais de acordo com a Constituição Federal, expõe não só a vulnerabilidade econômica devido a impossibilidade do exercício da atividade laboral, como também a fragilidade simbólica diante da dissolução das formas de organização do território, dos códigos e saberes específicos vinculados a relação dialógica com a natureza, que constituem a territorialidade tradicional (FERREIRA, 2016; PORTO-GONÇALVES, 2006). Associado a isto, a negação de direitos como o princípio da autoafirmação estabelecido pela Convenção 169 da OIT (1989) referente ao reconhecimento identitário dos povos e comunidades tradicionais e também à sua primazia sobre os caminhos para seus territórios, através dos acordos sem considerar a consulta prévia a estes grupos, configura um cenário de reclusão territorial, em sentido estrito (HAESBAERT, 2004), na medida em que submete o território atingido ao controle empresarial, no qual as decisões são exercidas de fora para dentro.

Assim, de modo associado, tal controle corporativo não se efetivaria sem as desterritorializações institucionais, que afetam as estruturas governamentais, condicionando a ação política aos interesses empresariais.

Sob a égide neoliberal, os interesses corporativos canalizam a gestão do desastre-crime para a esfera privada, recostados na deslegitimação do aparelho estatal como instituição capaz de gerir os recursos. Bem como, a racionalidade neoliberal suporta um

amplo léxico organizativo empresarial - *governança, compliance*, parceria - que legitima e endossa as políticas adotadas.

Ressaltamos que a concepção de neoliberalismo empregada, transcende uma política econômica que pressupõe uma relação cada vez mais intrínseca entre Capital e Estado, se fundamentando como modalidade de discurso e política da sociedade, que cria também estreitas conexões entre vida e capital (LAVAL, DARDOT, 2016).

Esta nova forma de controle, onde a própria sociedade e até mesmo a própria vida trabalham em prol da disseminação do poder, perpassa a ideia de biopoder. Na concepção de Michel de Foucault (2008a; 2008b), o biopoder se interessa pela vida, pela produção, reprodução, pelo controle e ordenamento de forças. Na esteira de Foucault, o também filósofo Peter Pal Pelbart (2003, p. 58), define o conceito resumidamente, nos seguintes termos:

> o poder já não se exerce desde fora, nem de cima, mas sim como que por dentro, pilotando nossa vitalidade social de cabo a rabo. Não estamos mais às voltas com um poder transcendente, [...] já mal sabemos onde está o poder e onde estamos nós, o que ele nos dita e o que dele queremos, nós próprios nos encarregamos de administrar nosso controle, e o próprio desejo se vê inteiramente capturado nessa dinâmica anônima. (PELBART,2003, p. 58)

A ele cabem duas estratégias principais: a disciplina, que incide sobre os corpos para torná-los dóceis e a biopolítica que recai não mais sobre o corpo individual, mas sobre o corpo da população, gerindo a vida coletivamente. Assim, o sistema neoliberal, através da biopolítica, opera sob uma lógica de descentralização das relações de poder que atuam sobre o território.

Isto quer dizer que, o controle territorial não é algo se aplica de fora, mas é interiorizado no território e nas vidas atingidas através da articulação em rede, que por influência via de regra financeira deriva-se em conexões infinitas, envolvendo até mesmo os atingidos através da concessão arbitrária do auxílio financeiro emergencial. E talvez o mais preocupante seja que, não limitado em si, o controle territorial lança mão da máquina cognitiva, penetrando em níveis subjetivos e incidindo no controle sobre a população.

Para além da conhecida relação entre Capital e Estado, o domínio empresarial sobre o território atingido não poderia ser realizado sem a conexão com instituições do terceiro setor, organizações sociais, prestadoras de serviços de auditoria e consultoria, universidades e grupos de pesquisa, absorvendo até mesmo grupos de atingidos. As

conexões entre estes, mobilizam um duplo movimento: de acesso e influência ao/no território atingido, atrelado à produção de narrativas legitimadoras da ação empresarial.

Visto a atual configuração difusa assumida pelo poder, reafirma-se a busca pela transescalaridade nesta pesquisa, para apreender os meandros em que o poder permeia. Propõe-se então cartografar os dispositivos de reconfiguração do território frente ao desastre-crime, identificando os atores e discursos que legitimam tais práticas, a partir do entrelaçamento entre análises teóricas e o uso de dispositivos cartográficos: diagramas de rede de atores e sistematização das informações espaço-temporais em mapas e linha do tempo.

Para tanto, o processo de pesquisa apresenta reflexões e ações estruturadas em dois eixos. De antemão, vale deixar claro que essa fragmentação e sequência reflete apenas uma ferramenta de organização da narrativa do que tem sido produzido e não a experiência real de cartografia, onde esses dois processos cartográficos aconteceram de modo atravessado e processual, uma vez que o método de investigação vem se construindo e se refazendo em meio ao seu processo. Este eixos são: 0 - PARTE I - O PERCURSO: A CARTOGRAFIA FRENTE AO DESASTRE-CRIME NO RIO DOCE E LITORAL ATINGIDO e 0 - *DES-RETERRITORIALIZAÇÕES* E CONTROLE TERRITORIAL FRENTE AO DESASTRE-CRIME DA SAMARCO, VALE, BHP BILLITON.

O primeiro deles refere-se ao processo cartográfico percorrido nesta dissertação, em conjunto com a frente de ação "Cartografias do Rio Doce". Neste eixo, iniciamos trazendo alguns apontamentos trazidos pelo processo do desastre-crime que direcionam as táticas investigativas e nos servem como orientação em meio a nossa cartografia. Ao todo três considerações nos serviram como ponto de partida: a processualidade, a heterogeneidade que compõe o território atingido e a transescalaridade. Não obstante, essas perspectivas são alinhadas com o método cartográfico, é justamente sobre esse encontro entre o objeto-processo e pesquisa-intervenção que versa este primeiro capítulo. No segundo momento deste eixo, trazemos o relato do caminho cartográfico percorrido, elucidando o processo de aproximação e de articulação da rede, em seguida, pontuamos os dispositivos e táticas investigativas inventadas coletivamente, sobretudo, a linha do tempo e a plataforma que dá suporte à narrativa cartográfica do desastre-crime. A baliza teórica acerca do método cartográfico segue dois principais referenciais: as formulações

de Deleuze e Guattari no volume 1 da obra "*Mil Platôs*" e a coletânea "*Pistas do método da cartografia*", organizada por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (2009).

O segundo constitui a parte mais extensa deste trabalho. Nele procederemos a sistematização de algumas práticas empresariais de domínio sobre o território, subdividas em dois capítulos, respectivos às dimensões que perfazem o controle territorial, a saber: institucional e do controle geográfico. Este eixo se desenvolve especialmente com base na conceituação acerca da desterritorialização, trazida por Deleuze e Guattari (1995) no livro "*Anti-Édipo*" e discutida por Haesbaert (2004), no livro "*O mito da desterritorialização*", bem como, se ampara na discussão sobre acumulação por despossessão levantada por Harvey (2005), na obra "*Novo Imperialismo*". De modo articulado, lança-se mão dos dispositivos cartográficos de linha do tempo, mapas e diagramas de rede de atores a fim de visibilizar tais estratégias.

Finalmente o trabalho se encerra em "DESDOBRAMENTOS", que recupera os principais pontos deste percurso cartográfico, apontando as contribuições aqui ensejadas, para em seguida esboçar as linhas de continuidade da cartografia que ainda segue.

PARTE I - O PERCURSO: A CARTOGRAFIA FRENTE AO DESASTRE-CRIME NO RIO DOCE E LITORAL ATINGIDO

CAPÍTULO I - A INVESTIGAÇÃO NO CONTEXTO DO DESASTRE-CRIME

Além das rupturas nas vidas atingidas, o desastre-crime na bacia do Rio Doce e litoral atingido também afeta o ambiente acadêmico, reforçando necessárias desestabilizações no âmbito da produção de conhecimento. Em atenção à complexidade e multiplicidade das afetações, da vulnerabilidade das pessoas atingidas e da extensão espaço-temporal incerta dos seus desdobramentos, o contexto reivindica da Universidade, abordagens transdisciplinares, ações continuadas e processuais, e sobretudo, a premência de reflexões sobre a responsabilidade ético-política da produção do conhecimento.

A numerosidade de pesquisadores e grupos de pesquisa com ações pontuais em Mariana (MG), dias após o rompimento, provocaram inquietações sobre a nossa própria forma de atuação e à validade dessas ações em relação às implicações negativas que ela gera. Muitos foram os seminários acadêmicos e conversas entre pares, destaco aqui os diálogos extensos com o grupo Mobiliza Rio Doce, em que questionamos os cuidados necessários para que a nossas ações não sejam produtoras de novas aflições e de invisibilização das vozes atingidas, reproduzindo a prática corporativa.

Assim, seguiremos neste capítulo, destacando alguns apontamentos suscitados pelo contexto e que em convergência com o método cartográfico, delineiam direcionamentos sobre a forma de atuação que percorremos nesta pesquisa a respeito da processualidade do desastre-crime, da heterogeneidade do território atingido

2.1 A processulidade do desastre-crime nas vidas atingidas e na investigação

Uma das primeiras estratégias empresariais notadas ao longo deste percurso cartográfico foi a concessão arbitrária do auxílio emergencial[14] pautada em critérios

14 Conforme previsto no Primeiro Aditamento ao Termo de Compromisso Socioambiental Preliminar de dezembro de 2015, a medida de caráter emergencial visa contemplar os atingidos que tiveram o

restritivos que foram recorrentes nos relatos dos atingidos na audiência pública na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, em junho de 2016, quando essa pesquisa de dissertação era apenas uma proposta. O pleito principal da audiência era o pedido de anulação do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) - o acordão -, visto a não participação dos atingidos na sua negociação e que foi suspenso pela Justiça em caráter liminar no dia seguinte[15]. Mas, também abriu espaço para a exposição de algumas insatisfações dos atingidos em relação ao processo de concessão do auxílio subsistência. As reclamações se referiam aos critérios restritivos que o embasavam, exigência de documentação - que muitos não possuem -, diferenciação de tratamento entre classes, ausência de esclarecimentos acerca das negativas e a exposição dos atingidos à constrangimentos no processo de cadastramento.

Diante da indignação com os critérios de elegibilidade, emergiu o questionamento pertinente de uma moradora da vila de Regência Augusta, em Linhares (ES):

> A empresa que cometeu o crime e nós que temos que nos adequar? [...] nós não merecemos ser tratados igual estamos sendo. Abrir as portas da nossa casa para uma pessoa estranha entrar, tirar foto, pegar documentos pessoais nossos e simplesmente dizer que não passamos no perfil. Cadê o respeito conosco?[16]

Nesta época o processo de levantamento de dados dos atingidos e a concessão do auxílio emergencial estavam sob responsabilidade da Samarco, sendo realizado o cadastramento emergencial por meio de contratações de empresas terceirizadas[17].

Posteriormente, em novembro de 2016, ao longo da primeira vivência nesta pesquisa, no território atingido, durante a Marcha dos Atingidos por Barragens, novamente a problemática persistia no rol das aflições das 09 localidades atravessadas.

---

comprometimento de sua renda em razão do impedimento de exercício de suas atividades laborais ou econômicas decorrentes do desastre-crime, até a conclusão e implementação do plano definitivo. O valor previsto de auxílio-subsistência era de 1 salário mínimo, com acréscimo de 20% por dependente (MPF et al, 2015, p. 4)

[15] Retomaremos este processo na segunda parte deste trabalho, "Desterritorializações e Controle Territorial frente ao Desastre-Crime da Samarco (Vale-Bhp Billiton)".

[16] Fala de uma moradora de Regência Augusta em audiência pública na Assembleia Legislativa do Espírito Santo em junho de 2016. Registro da autora.

[17] Contratada pela Golder Associates, a Práxis consultoria em Planejamento Urbano e Ambiental sediada em Belo Horizonte, realizou o levantamento e cadastramento das famílias que tiveram suas atividades afetadas, através de duas campanhas de campo no período de novembro de 2015 a maio de 2016, entre o município de Rio Doce até Linhares/Aracruz. Segundo a descrição do projeto contida na página online da consultoria (PRAXIS, s/d), "as informações dos cadastros foram inseridas em uma plataforma online, gerida pela Samarco, para repasse do Cartão Benefício às famílias que tiveram seus ofícios comprometidos com o rompimento". Outros cadastros foram aplicados pelas consultorias YKS, Herkenhoff & Prates e Dialog.

Neste contexto, a responsabilidade de cadastramento e concessão do cartão emergencial já havia sido transferida à Fundação Renova, que começou a atuar em agosto de 2016. Tais ações foram vinculadas aos programas de auxílio financeiro emergencial aos impactados e de levantamento e de cadastro dos impactados, previstos no TTAC (UNIÃO *et al*, 2016) e implementados pela fundação, valendo-se da contratação de empresas terceirizadas, a exemplo da Synergia Consultoria Socioambiental.

Recentemente, após mais de 02 anos do rompimento da barragem, a recomendação conjunta Nº 10 de 26 de março de 2018 (MPF *et al*, 2018) direcionadas às empresas Samarco, Vale e BHP Billiton e a Fundação Renova, apontam novamente a insistência na negação do direito ao auxílio emergencial, sobretudo às comunidades litorâneas atingidas que vivenciam a dificuldade de reconhecimento dos seus direitos por parte da Fundação Renova e suas mantenedoras.

Este posicionamento das empresas e da Fundação Renova sinalizam que o desastre perdura nas vidas atingidas, sobretudo porque os encaminhamentos institucionais articulados pelo Estado-Capital atribuem amplo poder às empresas, permitindo que as próprias causadoras do desastre-crime definam os critérios, metodologias e formas de reparação que se impõem à população atingida.

Assim, entender o fenômeno como um processo de extensas proporções temporais, nos remete o conceito de desastre, elaborado pela professora Norma Valencio (2008) no âmbito da sociologia dos desastres. Tal designação chama atenção, tanto para o fato que os desdobramentos não findam no dia do "evento", como também, ao contexto político e social que o ensejou. Transpostos ao espaço, implica que o desastre-crime avança sobre ele, indo além do itinerário da lama tóxica.

Esta perspectiva também se faz importante para evitar uma análise reducionista e estática sobre as relações socioespaciais e os arranjos de poder divididas entre "antes" e "depois" do rompimento da barragem. Seguramente, não se trata de negar as implicações devastadoras do crime, mas é uma solicitação à complexificação da questão que permite compreender os fluxos interrompidos e as linhas de continuidade.

De fato, frente ao soterramento das comunidades no epicentro do desastre-crime, é difícil imaginar fluxos de continuidade. E certamente, se nos concentramos na materialidade, seja das casas soterradas ou do rio contaminado, o cenário é mesmo de interrupção. De outro lado, as violências e expropriações que perfazem o desastre, não se

limitam ao fatídico dia 05 de novembro de 2015. Um exemplo disso é a dependência econômica em face da atividade minerária, que acomete o município de Mariana (MG), e vem sendo tecida ao longo dos anos pela atuação empresarial, reforçada pela ação política do poder público municipal.

Conforme aponta os pesquisadores Tádzio Coelho, Bruno Milanez e Raquel Giffoni (2016), a cidade de Mariana recebe a maior arrecadação em Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) de Minas Gerais, fundamentando-se esta, como a principal fonte de recursos na estrutura econômica do município. No entanto, nos moldes atuais, onde o desenvolvimento da atividade minerária está sob controle das empresas transnacionais, a mineração tem se revelado com baixo potencial de internalização de renda, e assim, pouco tem contribuído para dissolução das desigualdades sociais no município. De acordo com os pesquisadores, a manutenção desses padrões sociais assegura a sobrevivência da atividade mineral na localidade, e vice-versa, numa dinâmica de retroalimentação. Pois, a "pobreza facilita a instalação da atividade e a aceitação de seus impactos. Por sua vez, a presença de atividades extrativas minerais dificulta o ingresso de outras atividades econômicas e favorece a concentração de renda" (COELHO et al, 2016, p. 194). No mais, a dependência pela atividade é reforçada pela vontade política adotada pelos governos, que se traduzem na alocação de investimentos públicos "em educação e formação profissional que se destinam a conformar um perfil de mão de obra adequado às necessidades do setor" (COELHO et al, 2016, p. 195).

A construção desse cenário de especialização produtiva é responsável pela dissolução da capacidade de crítica social em relação à empresa, fazendo com que boa parte cidade, seja absorvida na rede de legitimação da atuação empresarial, mesmo após o rompimento.

Retomando ao rol das continuidades, identifica-se práticas de resistência que se organizam para que os laços de sociabilidade continuem através dos encontros e festividades no território atingido, à revelia da destruição e das estratégias corporativas de segmentação das comunidades. É a partir destas considerações que nos confrontamos com o desafio de não distinguir as questões em linhas temporais rígidas, ocultando os fluxos contínuos contidos no processo.

Sendo um processo em curso, sua dimensão espaço-temporal é incerta, assim como esboçaremos a seguir.

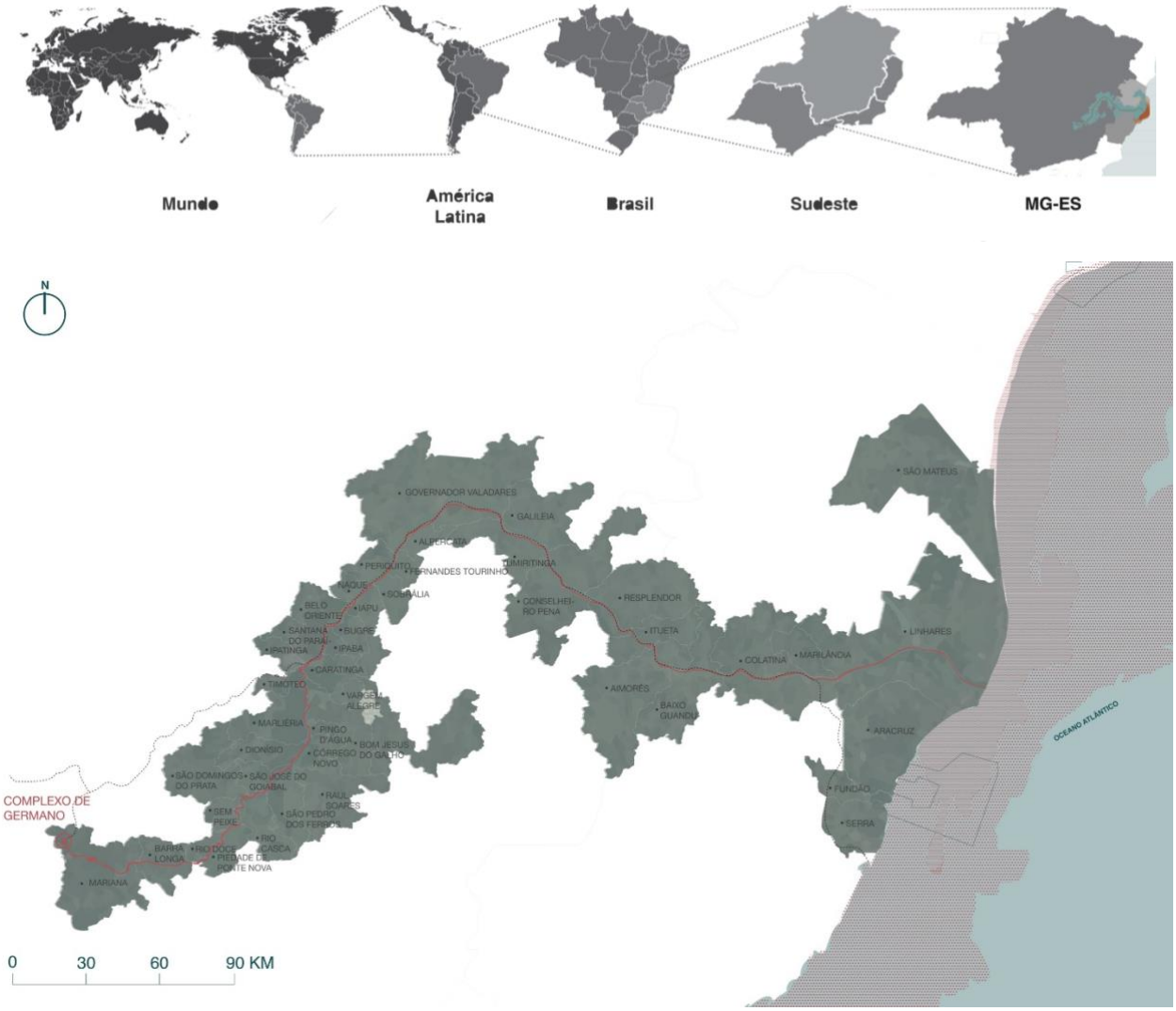
2.2 A dimensão incerta espaço-temporal do desastre-crime

À priori, a amplitude espacial do desastre pode ser delineada pela dimensão com que se alastra a lama tóxica, seguida de suas incontáveis implicações sociais, ambientais, econômicas, culturais, históricas e afetivas. A extensão espacial dos impactos percorre a bacia do Rio Doce, desde a barragem de Fundão, em Mariana (MG), até a foz na vila Regência Augusta, em Linhares (ES), percorrendo mais de 600 km e se estende no oceano (ver figura 1) (IBAMA, 2015).

Em nota técnica divulgada em fevereiro de 2017, os órgãos ambientais, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Projeto Tamar (2017), a partir da elaboração de um mapa consolidando as áreas contaminadas pelos rejeitos - monitoradas de dezembro de 2015 a fevereiro de 2017-, demonstram que o rejeito atingiu toda a costa do Estado do Espírito Santo, o norte do Rio de Janeiro e o sul da Bahia. Destaca-se que a alta concentração da pluma de sedimentos no oceano está localizada entre São Mateus, no norte do Espírito Santo, e o litoral da Serra, município da Grande Vitória (ES).

> Assim, as comunidades pesqueiras localizadas nesta região ou que atuam nesta área foram de alguma forma atingidos pela pluma de rejeitos da Samarco, sejam por atuarem dentro da área de proibição de pesca, seja por terem dificuldades de comercializar o pescado oriundos desta região (TAMAR/DIBIO/ICMBio, 2017)

Figura 1 - O percurso da pluma de rejeitos



Fonte: Mapa produzido pelo INDISCIPLINAR-UFMG, com base no "Mapa de Consolidação das áreas totais afetadas pelas plumas de alta e baixa concentração de todos os mapas produzidos entre 03/12/2015 e 03/02/2017" produzido pelo IBAMA e NUGEO/SP, anexo a Nota Técnica nº. 23/2017/TAMAR-Vitoria-ES/DIBIO/ICMBio de 25/09/2017.

Ainda mais alarmante, o estudo do Instituto de Biofísica da UFRJ (2017) comprova que até mesmo o lençol freático em alguns pontos nas imediações da bacia está contaminado. Considerando a permeabilidade do lençol freático, os limites espaciais das afetações se tornam ainda mais incertos.

Se entendemos que o espaço, assim como nos propõe a geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos, é "condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade" (2001, p.11), igualmente vasto é o rol de pessoas atingidas e a multiplicidade de afetações. As afetações mais evidentes dizem respeito às comunidades

e famílias deslocadas compulsoriamente pela devastação dos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, e de partes das comunidades de Águas Claras, Ponte do Gama, Paracatu de Cima e Pedras, localizados em Mariana (MG). A lama também invadiu o centro urbano de Barra Longa e parte da comunidade de Gesteira no mesmo município. Junto às casas, a lama também soterrou laços de sociabilidade e relações sociais engendradas pelo/no espaço. Ainda houve o comprometimento da renda familiar e do autossustento de muitas famílias.

> Houve prejuízos a pescadores, ribeirinhos, agricultores, assentados da reforma agrária e populações tradicionais, como a tribo Krenak, na zona rural, e aos moradores das cidades ao longo dos rios atingidos. Sete cidades mineiras e duas capixabas tiveram que interromper o abastecimento de água. Trinta e cinco municípios de Minas Gerais ficaram em situação de emergência ou de calamidade pública e quatro do Espírito Santo sofreram com os impactos do rompimento da barragem (POEMAS, 2015, p. 09- 10).

Ressalta-se que tais afetações não se limitam ao itinerário da lama, nem mesmo a esta geração. Um exemplo claro da configuração da rede difusa de afetações pelo desastre, é a diversidade de pessoas ligadas a atividade pesqueira, configurando-se mais complexa do que a ligação direta pescador-consumidor.

De forma extensa, esta rede não se limita a área atingida descrita no TTAC e é atravessada por uma série de pessoas envolvidas com as atividades de manutenção das embarcações, confecção dos equipamentos de pesca e a comercialização do pescado, que em geral são obscurecidas nos atuais programas de indenização e de concessão do auxílio financeiro emergencial.

Este é o caso dos camaroeiros da Praia do Suá, em Vitória (ES), que embora não morassem na área reconhecida como atingida, a atividade de pesca do camarão era realizada na foz do Rio Doce, área em que a pesca está proibida deste fevereiro de 2016[18] Somente após 02 anos e 05 meses reivindicando o direito de inclusão nos programas de indenização e auxílio emergencial, em abril de 2018 a Fundação Renova reconheceu o direito do grupo, embora não signifique que tenha iniciado o processo de cadastramento (TAVEIRA, 2018).

[18] Indicada a partir do Inquérito Civil 1.22.000.003399-2015-22 Recomendação /2016 /MPF/GAB/FT RIO DOCE. A área proibida para a pesca pelo juiz federal em Linhares, Wellington Lopes da Silva, se estende de Barra do Riacho/Aracruz até Degredo/Linhares, em uma profundidade de 25 metros. Confronta-se tal área restrita com a área mais abrangente exposta nos relatórios do ICMBIO/TAMAR (2017) supracitados (COUZEMENCO, 2016). Alguns questionamentos em torno dos interesses em jogo na delimitação da área estão presentes na dissertação de Bianca de Jesus Silva (2018)

Soma-se a este panorama, que estudos iniciais realizados pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto e do Instituto Saúde e Sustentabilidade, sobre a saúde da população de Barra Longa, apontaram alta concentração de níquel e arsênio no sangue dos atingidos, e baixa concentração de zinco[19]. À título de resultado, o relatório divulgado aponta que,

> A exposição aos metais pesados, Ni e As, parece, de fato, ocorrer, e pode levar à contaminação dos seres humanos, com sérias consequências em saúde, prejuízo das funções neurológica, pulmonar, hepática, renal e do sistema imunológico e efeitos carcinogênicos, mutagênicos e teratogênicos, entre outros (INSTITUTO SAÚDE E SUSTENTABILIDADE, 2018, p. 11).

Embora, a amostragem com 11 participantes seja pequena, para comprovação da contaminação da população do município, os efeitos nocivos que os metais acarretam na saúde da população à sua constituição genética, nos colocam em alerta de que o desastre-crime tende a reverberar por outras gerações.

O prolongamento do processo sobre outras gerações pode ocorrer não só pela perpetuação das implicações na saúde, mas por colocar em xeque a continuidade de uma série de práticas e saberes que se dissolvem em razão da degradação ambiental e da imposição de uma racionalidade exógena - a empresarial -, às formas de organização preexistente.

Ainda que tal magnitude espaço-temporal nos remeta a um contexto aparentemente irreversível, e talvez em muitos de seus aspectos o seja, como a morte de espécies endêmicas ao Rio Doce (IBAMA, 2016), nos parece sensato, contornar tal cenário imobilizador, enquanto haja qualquer potência de vida e direitos a serem garantidos. No entanto, sem desconsiderar tal magnitude, pois esta aciona o reconhecimento de um crime ambiental, assim como sinaliza-se no indiciamento de sete executivos e três empresas (Samarco, Vale, Vogbr) – pela Polícia Federal (O TEMPO, 14/03/2016).

Neste caminho, partindo de nossa inserção acadêmica (e também política), canalizamos tais considerações ao despertar de reflexões sobre a necessidade de

[19] "Dos 11 participantes, 10 apresentaram a diminuição de zinco e todos os 11 apresentaram o aumento de níquel no sangue. Os exames para Ni foram repetidos em dois laboratórios. Embora sejam apenas 11 pessoas - uma amostra pequena - chama a atenção a presença do mesmo resultado para todos os participantes da coleta. Além disso, das 11 pessoas, 3 apresentaram um pequeno aumento de arsênio no sangue, e, em 5 pessoas, o nível de arsênio encontra-se normal, porém no limite superior da normalidade" (INSTITUTO SUSTENTABILIDADE, 2018, p. 10)

reposicionamento da Universidade quanto às pesquisas pontuais para ações continuadas e articuladas umas a outras, que consigam acompanhar os desdobramentos deste processo ao passo que prossegue, dando conta de um território vasto, em formas de vida e afetações.

É neste potencial de continuidade e integração no âmbito da pesquisa, que miramos quando nos conectamos em rede com outros pesquisadores, através do grupo Mobiliza Rio Doce, vinculado ao projeto Participa UFMG Rio Doce – Mariana, com atividades integradas a outras duas Universidades, UFES e UFOP a partir do Observatório Interinstitucional do Desastre Mariana - Rio Doce.

Além disso, mais do que uma abordagem analítica acerca dos sujeitos e dos fenômenos pré-estabelecidos, a compreensão da dimensão movente que situa o contexto, o torna potencialmente atravessável, isto é aberto a intervenções.

Desse modo, ao longo desse caminho investigativo, perseguimos meios e práticas em que a pesquisa pudesse ser feita de modo processual e atravessada e nos encontramos com o método cartográfico. Em meio a este percurso, transpusemos a dicotomia entre teoria e prática, construindo uma forma de atuação, em que tentamos absorver a "espessura processual" das experiências em andamento, nos implicando em meios aos seus processos.

Neste sentido, no próximo item versaremos algumas linhas dessa convergência dos anseios ético-políticos pretendidos com a pesquisa no contexto do desastre-crime no Rio Doce e o método cartográfico, conceitualmente apresentado por meio das contribuições de Deleuze e Guatarri (1995) e pelas ideias presentes na coletânea "*Pistas do método da cartografia*", organizada por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (2009).

2.3 O método cartográfico

A ideia de utilização da cartografia enquanto método de pesquisa-intervenção, perpassa o conceito de cartografia em Deleuze e Guattari (1995), desenvolvida a partir dos conceitos da filosofia da diferença. Nesta perspectiva, a cartografia é colocada como um princípio do rizoma, "inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real" (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p. 21). Sendo assim, a realidade não é entendida

como algo pronto, passível de ser representada num mapa estático, assim como concebido pelo método da geografia clássica territorial. A concepção de cartografia que recorremos, transcende a representação do mapa territorial, sem descartá-lo, e se perfaz num mapa móvel e aberto, passível de atravessamentos.

Com efeito, "acender a dimensão movente da realidade significa afetar as condições de gênese dos objetos" (ESCÓSSIA, TEDESCO, p. 100), pois uma vez imbricado no plano de forças, permite-se cooperar em meio aos seus processos, mirando novas linhas de fuga e novos agenciamentos. É nesta lógica que a cartografia se revela como pesquisa-intervenção, fundada na invenção e na implicação do pesquisador.

Em oposição ao *modus operandi* do conhecimento rigoroso, esta condição de implicação segue uma postura de "humildade epistemológica", que se afirma na recusa à ideia de que o pesquisador a partir de um lugar privilegiado é capaz de representar o objeto estudado, orientado por uma objetividade e neutralidade diante da realidade sob leitura. Evidentemente, dada a inexistência de um sujeito apartado do mundo, nenhum olhar pode ser neutro, pois segundo Cassio Hissa (2007) "quem é o sujeito que lê o mundo senão o próprio sujeito do mundo tornado intérprete, cientista, através da formação que empreendeu e das trajetórias que construiu?".

É sob esta perspectiva, que agir e pesquisar reivindica assumir a posição tomada, explícita a partir da adoção de uma "política da narratividade", intrinsicamente pensada em relação as demais políticas que estão em jogo, como nos traz Eduardo Passos e Regina Benevides Barros (2009).

Para os autores, o entendimento de política está relacionado a uma "forma de atividade humana que, ligada ao poder, coloca em relação sujeitos, articula-os segundo regras ou normas não necessariamente jurídicas e legais" (PASSOS e BARROS, 2009, p. 151). Um outro sentido, pressupõe que a política parte da dissolução das posições estanques. Neste viés, esta se constitui ao promover reposicionamentos na ordem distributiva vigente, quer seja subjetiva (quem pode falar ou quem pode definir a lógica de distribuição da partilha do comum) ou material (quem tem acesso ou não aos bens comuns). Nos termos de Rancière (2010, p. 21),

> a política consiste em reconfigurar a partilha do sensível que define o comum de uma comunidade, em nela introduzir novos sujeitos e objetos, em tornar visível o que não era visto e fazer ouvir como falantes os que eram percebidos como animais barulhentos.

Absorvendo estas duas noções possíveis sobre a política, assumir uma política da narratividade, sugere em primeiro plano a tomada de posição e o esclarecimento perante aos demais, em segundo que esta posição esteja direcionada ao desarranjo do plano de forças.

Esta pesquisa, embora sob vínculos não constituídos institucionalmente com as redes de resistência em campo, assume-se politicamente posicionada e socialmente comprometida com a luta dos atingidos.

As conexões que emergiram com estas redes, se deram a partir da participação em atos públicos e manifestações produzidos pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, bem como, a partir da troca e apoio mútuo no compartilhamento de informações. Tais articulações nos deram suporte e infraestrutura para participação em alguns espaços de discussão e mobilização.

É preciso situar que o meu lugar de fala e atuação (aqui volto a conjugação em primeira pessoa porque se refere a minha inserção de modo específico) não é definido como algo próximo ao intelectual orgânico pensado por Gramsci (2001), que seria um atingido ou alguém intimamente ligado ao grupo, sendo porta-voz na defesa de sua hegemonia. Me refiro a atingido, no sentido estrito, para me referir àqueles que são detentores legítimos de direitos de ressarcimento e reparação (VAINER, 2003). Nem mesmo o meu posicionamento pode ser comparado ao comprometimento cotidiano de um militante do MAB, no qual a militância constitui o seu modo de vida (NEVES et al, 2018, p. 233).

Posiciono como uma atuação acadêmica vinculada a ação política, cuja a pesquisa é socialmente situada e carrega o *devir* (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 53) de promover deslocamentos na ordem de distribuição de poder vigente. Assim, a incorporação desta política implica em problematizar a invisibilização dos sujeitos subalternos obscurecidos nos acordos, negociações, discursos convencionais e até mesmo nas pesquisas acadêmicas.

Sintonizado com esta perspectiva, na cartografia, o "objeto" estudado transcende à condição passiva que lhe foi atribuída no paradigma moderno, assumindo-se como sujeito político, com vozes e experiências a serem compartilhados, e, por isso, dotado do potencial de invenção. Sendo assim, a ideia de atingido que assumimos, recusa a

passividade inerente à noção de vítima e reafirma a noção de sujeito detentor de direitos e protagonista da luta.

Atentando-se a esta produção de invisibilidades a partir da escrita[20], a antropóloga Urpe Uriarte (2012, p. 179) alerta sobre o cuidado para que na narrativa "a fala do antropólogo não se confunda com a do nativo porque ele, por mais perto que tenha chegado deste, simplesmente não é um nativo. O Eu não é o Outro".

Nesse ponto, é fundamental a formulação de Kanishka Goonewardena (2005) sobre o sensório urbano. O autor discute como a prática espacial motiva as nossas percepções sobre a estrutura global de relações sociais, sendo o espaço o palco e o mediador desse desvendamento. De modo que nossa percepção sobre o sistema global é condicionada pelos espaços em que vivenciamos.

À luz dessa teoria, é indiscutível que a percepção pessoal que tenho sobre a problemática em questão seja distinta da percepção dos atingidos, assim como entre eles é elaborado de forma diversa. A minha percepção sobre as afetações dos processos do crime da Samarco (Vale-BHP) é moldada a partir da vivência em centros urbanos e atravessada pelas localidades atingidas que percorri a partir uma experiência circunstancial. Distinta da minha visão, é a percepção dessa dinâmica a partir da cidade minerária de Mariana, onde a dependência econômica da mineração pelo município é sobressalente. Também não é similar a percepção das comunidades tradicionais pesqueiras e ribeirinhas afetadas pelo desastre-crime. E se radicalizarmos, o ponto de vista entre atingidos da mesma família também são diferentes, porque cada sujeito envolvido tem uma percepção única.

Um pretexto palpável para apreender esta multiplicidade é repensar formas de concessão de direitos que consigam abarca-las, adotando uma lógica inclusiva. Na contramão e sob uma perspectiva perversa, as divergências são canalizadas para exacerbação dos dissensos, a partir da adoção de uma lógica excludente em que as vias de indenização e reparação só podem ocorrer de uma única forma. Sob esta lógica que se fundamentam as práticas empresariais visando a segmentação das resistências.

Atentando-se a esta produção de invisibilidades a partir da escrita, trazer a heterogeneidade para a narrativa é justo com o mergulho em campo, pois deixa

[20] A autora se refere a escrita etnográfica, mas entendemos como pertinente incorporar a contribuição ainda que estejamos nos referindo a um método com pressupostos diferentes.

transparecer no texto as múltiplas vozes que estão em diálogo com o investigador, conferindo à narrativa uma polifonia. Com efeito, desloca-se o *lócus* da produção do conhecimento da Universidade contida em seus limites para as redes de resistência, desmanchando os lugares de poder-saber atribuídos pelo estatuto da cientificidade moderna. Por isso, a cartografia constitui um ato político também no âmbito epistemológico.

Cientes da necessidade de abarcar a heterogeneidade que perfaz a realidade, então, nos perguntamos constantemente: como trazer para o texto a multiplicidade de perspectivas que permeiam o contexto? Quais procedimentos de escrita são capazes de dar visibilidade a este processo de construção coletiva do conhecimento?

Uma primeira saída é sinalizada pela incorporação de diálogos emergentes ao longo deste processo cartográfico, em conversa com as teorias. Nesse sentido transportamos para este trabalho as conversas absorvidas nos espaços públicos e coletivos de fala, em audiências públicas, atos e eventos acadêmicos. Como não realizamos entrevistas individuais onde seria solicitada a autorização da identificação pessoal, recorreremos a abreviações dos nomes, visando preservar a identidade dos nossos interlocutores. Excepcionalmente, a identificação dos atingidos será realizada quando extraídas de documentos publicados, como no jornal *A Sirene*, importante espaço de fala dos atingidos de Mariana (MG) e Barra Longa (MG).

Outro caminho inventivo que faz emergir uma enunciação polifônica é a construção colaborativa de textos e relatos com os grupos de trabalhos e atores da rede de investigação. Esta alternativa foi colocada em prática intuitivamente junto aos integrantes do *Mobiliza Rio Doce*. Algumas vezes, após a participação em palestras e reuniões, nos dispusemos a construir coletivamente os relatos e disponibiliza-los para os demais participantes. Este processo leva a uma retomada coletiva da experiência e discussão sobre ela, produzindo novos desdobramentos.

As escritas coletivas também foram possíveis através da organização e curadoria da exposição *O desastre-crime na bacia do Rio Doce*[21] e vem se configurando como possibilidade na construção da Plataforma *Cartografias do Rio Doce*. Ademais, ainda que não seja um trabalho propriamente de escrita, a coleta de dados da linha do tempo e a

[21] Este processo será narrado no item *2.3.* Transbordar a Universidade

organização das categorias, que organizam um leitura destes dados, em que esboçamos conjuntamente recortes, implicou na discussão coletiva acerca das invisibilidades e visibilidades que se apresentam na linha do tempo[22].

Um outro ponto importante a ser destacado é que método cartográfico se pretende processual, e isso perfaz todas as suas dinâmicas, que seguem o movimento real da vida. Reconhece-se que diante de uma dinâmica em curso, as demandas teóricas não se findam preliminarmente, pelo contrário despertam ou se retroalimentem através da aproximação em campo. Assim, a contextualização teórica é requerida antes, durante e depois das experiências práticas. Com efeito, não há disjunção entre teoria e prática, possibilitando que o aprendiz-cartógrafo possa adentrar em campo sem estar limitado por nenhuma teoria, dotado de uma "receptividade afetiva" (PASSOS; KASTRUP; ESCOSSIA, 2009, p. 137).

Por coerência com o processo não linear, a cartografia não se pretende ser prescritiva ou dogmática, como um modelo a ser seguido. Longe de ter questões fechadas ou objetivos pré-estabelecidos, seus passos vão se constituindo com o processo a partir das solicitações emergentes no percurso, provocando uma inversão metodológica. Nos termos de Passos e Barros (2009, p. 17),

> O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional de método – não mais um caminhar para alcançar metas prefixadas (metá-hódos), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas. A reversão, então, se apresenta no hódos- metá. A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados.

Mas há sempre um cuidado, apesar da falta de um protocolo rígido e movido pelo imprevisível, pois a cartografia não pode ser tomada como um movimento passivo e destituído de rigor ou precisão. Primeiro, porque a passividade presume obediência, e o cartógrafo é impulsionado por curiosidade e pela disponibilidade a experiência (PASSOS; KASTRUP; ESCOSSIA, 2009). Segundo, porque embora haja a falta de estima por soluções "exatas" para as questões, não significa a ausência de rigor, que por sua vez, está atrelado aos movimentos da vida, e é a precisão que dirá o quão próximo o trabalho poderá verificar-se no alinhamento com a realidade ao "plano de forças em investigação" (ROMAGNOLI, 2017).

[22] No Capítulo 2. Caminho cartográfico da frente de ação Cartografias do Rio Doce apresentaremos estes processos de coleta de dados e organização da linha do tempo.

Foi a partir desse movimento de abertura que constituímos os passos dessa pesquisa apresentados a seguir, em atenção a processualidade do desastre-crime e a heterogeneidade do território.

CAPÍTULO II - CAMINHO CARTOGRÁFICO DA FRENTE DE AÇÃO *CARTOGRAFIAS DO RIO DOCE*

É objetivo deste capítulo esclarecer o modo de atuação gestado pelo *Indisciplinar*[23] (Figura 2), grupo liderado pela professora e orientadora desta dissertação, profa. Natacha Silva Araújo Rena, e especificamente, delinear o processo de constituição da frente de ação *Cartografias do Rio Doce* (F.A. Rio Doce) vinculada ao programa de extensão *Natureza Política*, coordenado pela profa. Marcela Silviano Brandão, que interliga três projetos extensionistas, dentre eles o *Cartografias Emergentes*[24], no qual se conecta a F.A. Rio Doce, com a colaboração dos bolsista Raul Lemos e Artur Colito. Além das atividades de extensão, a frente entrelaça (Figura 3) pesquisa, através desta dissertação, e atividade de ensino (estágio docente), a partir das disciplinas UNI009 – *Cartografias Emergentes, ACR 035* – Mineração e Produção do Espaço e UNI009 - Geopolítica e Cidades.

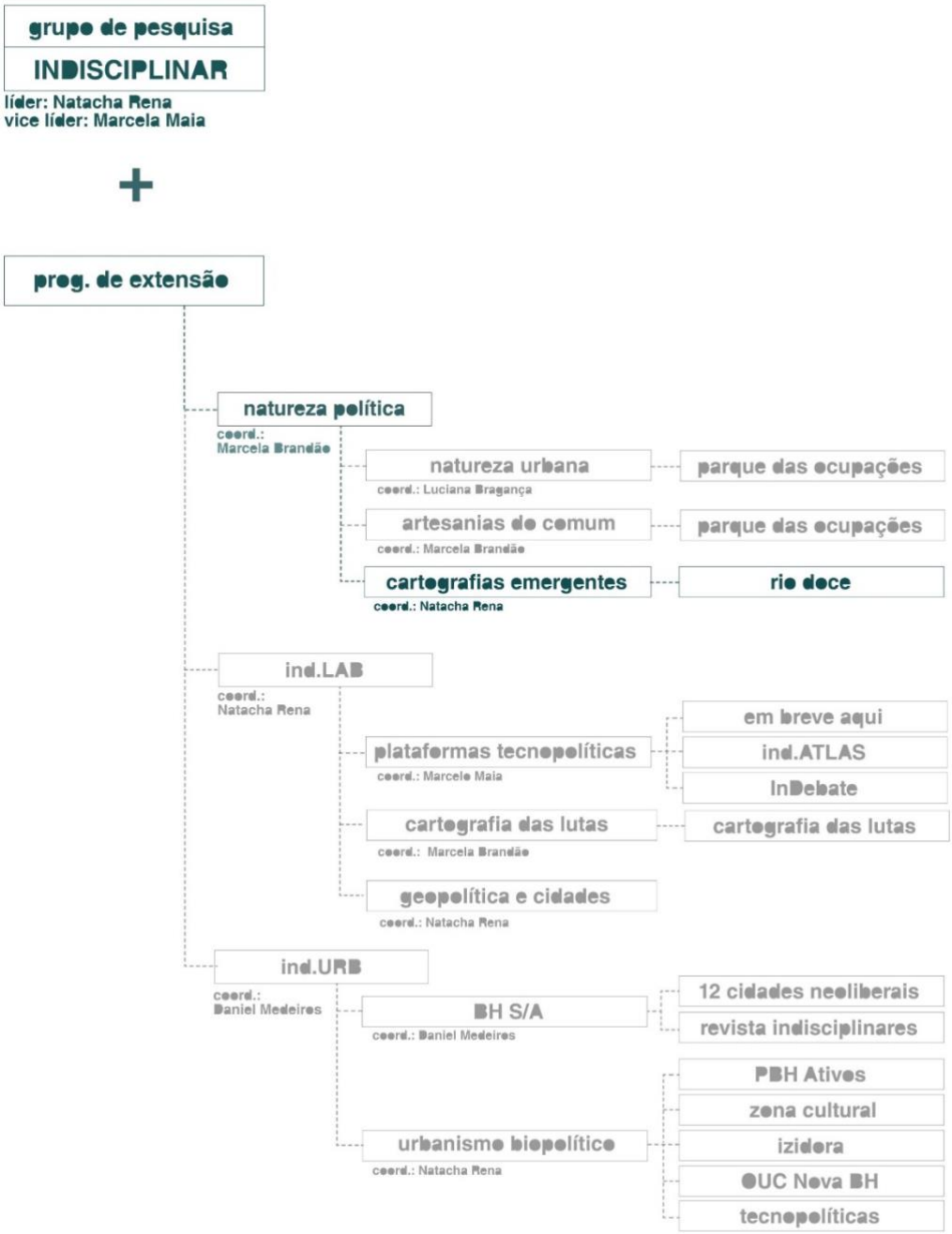
O projeto também se articula às ações do grupo *Mobiliza Rio Doce* (UFMG), várias vezes supracitado. Participam das discussões e produções do grupo, pesquisadores cuja as temáticas dos trabalhos de pós-graduação giram em torno do desastre-crime no Rio Doce, são eles além de mim: Ananda Martins, Cláudia Orduz, Lucas Grossi Bastos e Marina Siqueira. Os trabalhos destes pesquisadores partem de abordagens metodológicas e teóricas diversas, assim como são múltiplas as inserções territoriais e campos do

[23] O Indisciplinar é um grupo de pesquisa vinculado ao CNPQ (http://blog.indisciplinar.com/), sediado na Escola de Arquitetura da UFMG, que tem suas ações focadas na produção contemporânea do espaço, considerando a importância da produção biopolítica nos territórios e os processos de globalização. As atividades do grupo imbricam teoria e prática e compreendem processos de articulação cotidiana com diversos atores que constituem a produção do espaço nas metrópoles como: Movimentos Sociais, Ambientais e Culturais; Grupos de Pesquisa e Extensão; Ministério Público; Defensoria Pública; Poderes Legislativo e Executivo, dentre outros. As frentes de ação do grupo envolvem tanto processos destituintes contra o urbanismo neoliberal em suas muitas dimensões expropriadoras do patrimônio público, quanto em processos constituintes/instituintes de novos espaços engendrados pela coletividade. Diversas pesquisas estão associadas ao grupo, sejam elas de monografia, mestrado e doutorado, sejam elas aprovadas pelo PRPq - UFMG ou pelas Agências de fomento à pesquisa (Capes e CNPq) e Ministérios (Minc). O Indisciplinar é formado por mais de 40 professores, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação, ativistas de movimentos sociais, culturais e ambientais, oriundos de diversos campos do conhecimento. Atualmente o grupo desenvolve parcerias com diversos grupos e instituições de pesquisa.

[24] O projeto de extensão Cartografias Emergentes foi o primeiro a ser desenvolvido pelo grupo de pesquisa Indisciplinar e vem funcionando como uma incubadora de novos projetos de pesquisa e de extensão. O Cartografias Emergentes esteve diretamente vinculado ao Programa *INDLAB – Laboratório Nômade do Comum* até o agosto de 2017 buscando investigar a cidade e atuando em rede com diversos movimentos sociais que disputam territórios com o Estado-capital. Entrando em um novo ciclo, este projeto agora será vinculado ao novo Programa Natureza Política, ampliando a participação nas Lutas Territoriais para outras escalas.

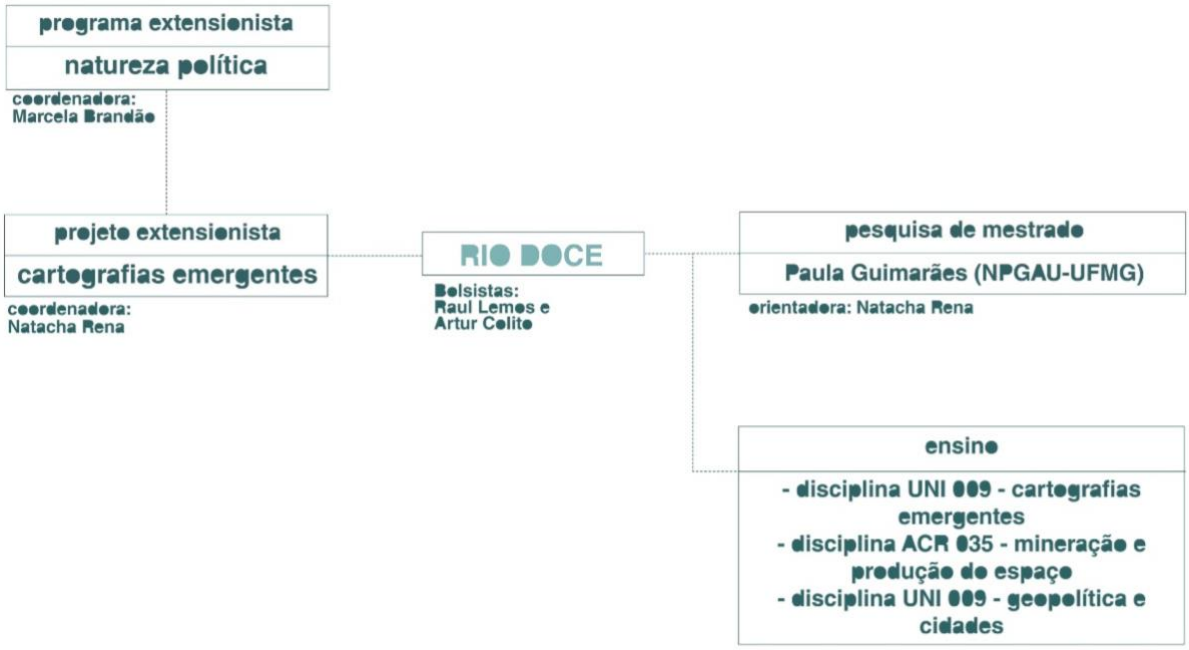
conhecimento de onde partem os trabalhos, a saber: Psicologia, Geografia, Ciências Políticas e Arquitetura e Urbanismo. Tais diferenças trazem para o centro dos debates uma multiplicidade de perspectivas, confluentes no posicionamento político diante do desastre-crime.

Figura 2 – Organização interna dos projetos de extensão desenvolvidos pelo *Indisciplinar*



Fonte: Indisciplinar

Figura 3- Frente de Ação *Cartografias do Rio Doce*



Fonte: Indisciplinar

As ações coletivas objetivam: promover eventos com intuito de gerar troca de saberes e experiências entre atingidos/as e acadêmicos/as; elaborar material a partir das pesquisas realizadas para colaborar com a luta por reconhecimento e direitos dos/as atingidos/as; realizar registros das lutas dos/as atingidos por direitos[25].

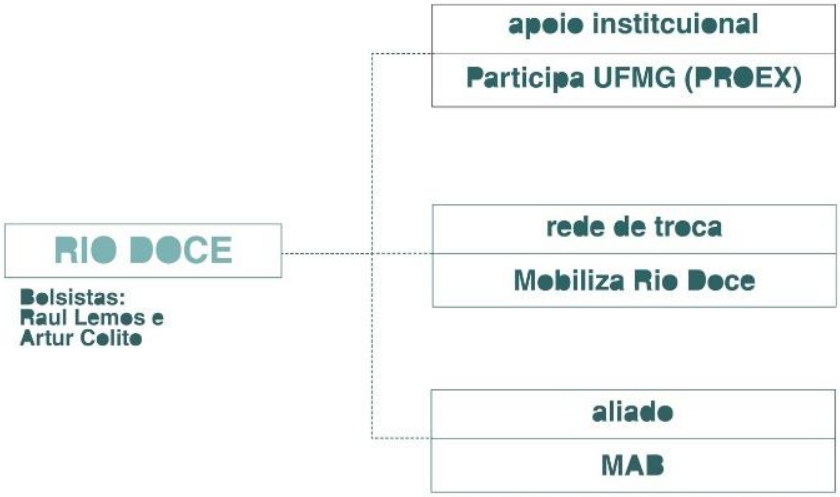
Por sua vez o Mobiliza Rio Doce, assim como o Cartografias Emergentes estão vinculados ao programa de extensão, Participa UFMG Mariana – Rio Doce, sob a coordenação da professora e atual pró-reitora de extensão da UFMG, Claudia Mayorga, que articula grupos de extensão e de pesquisa da UFMG, envolvidos com a problemática, a fim de estimular o desenvolvimento de ações interinstitucionais continuadas. O programa é responsável por interligar a Universidade Federal de Minas Gerais às Universidades Federal de Ouro Preto (UFOP) e do Espírito Santo (UFES), a partir do Observatório Interinstitucional Mariana – Rio Doce.

Para além das integrações acadêmicas, as atividades desempenhadas pela frente de ação são marcadas pela relação colaborativa e em rede com os atingidos organizados

[25] Disponível em: < https://sistemas.ufmg.br/siex/AuditarProjeto.do?id=46706 . Acesso em: 20/03/2018.

pelo MAB com quem construí relação de confiança, que em sua maioria residem no Espírito Santo. As atividades desenvolvidas com o MAB envolvem a participação nos atos organizados pelo movimento e o compartilhamento de conhecimentos.

Figura 4 – Parceiros



Fonte: Indisciplinar

Nesta rede, a experiência do movimento com organização popular tem permitido articular as questões locais com os embates que envolvem toda a bacia, a partir de uma estrutura interna fundamentada por grupos de base e coordenações a nível local, estadual e nacional. Os grupos de base são responsáveis pela formação política acerca das lutas em que estão inseridos, enquanto a organização nacional (e internacional) se faz necessária por articular a troca entre as experiências locais e por produzir enfrentamentos em âmbito nacional, a respeito tanto do desastre-crime e das políticas nacionais e estaduais de proteção aos direitos dos atingidos por barragens, como naqueles relacionados à política energética e gestão de recursos hídricos vigentes. Assim, as reflexões e ações que tangem a soberania popular são erguidas a partir de uma rede de solidariedade entre diversos atores articulados em diferentes níveis. No âmbito nacional, tem sido levantada através da Frente Brasil Popular, a qual o MAB integra junto com outras organizações como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Consulta Popular, Via Campesina, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM). À nível

internacional, o MAB integra o Movimento latino-americano de Afetados por Represas (MAR).

A noção de rede aqui requisitada é compreendida a partir da Teoria do Ator-Rede elaborada por Bruno Latour (2012). Entende-se que a rede é como um conjunto dinâmico de associações mantidas pelos diversos atores, em que a relação entre o ator e a rede abarca a ideia de simultaneidade: o ator está submetido às relações de força engendradas pela rede, mas também incide na conformação da mesma. Assim, como na ideia de rizoma proposta por Deleuze e Guattari (1995), na rede não há unidades, mas dimensões cuja expansão depende, necessariamente, do estabelecimento de novas conexões.

Em sintonia com tais ideias, a atuação em rede colaborativa, com movimentos sociais e organizações da sociedade civil de forma que "há um coletivo se fazendo com a pesquisa, há uma pesquisa se fazendo com o coletivo" (POZZANA; KASTRUP, p. 74) caracteriza o método de cartografia que chamamos provisoriamente de indisciplinar. Isto é, a pesquisa se faz a partir da relação em rede, como também é possível de recriá-la.

Do ponto de vista prático da pesquisa as redes são indispensáveis, por permitir acompanhar processos mesmo diante da impossibilidade da presença física. Se nos dispomos a incorporar as divergentes escalas, assim como sugerimos, é a partir da rede que isto se torna possível. Já que o tempo do mestrado é curto e muito absorvido por atividades acadêmicas, vê-se que é incompatível com a presença constante em todos os espaços de articulação e reivindicação. Desta forma, acompanhar as dinâmicas em curso demanda a troca de informações, a partir da rede seja em encontros presenciais ou digitais.

A construção dessa relação junto aos atores articulados em rede associadas a esta Frente de Ação é delineada através da participação em diversos espaços coletivos acadêmicos, institucionais e de luta, explicitada no relatório de atividades abaixo. Ressalta-se que devido a distância e a extensão do território atingido a presença nestes espaços foi irregular. Neste sentido, acompanhar os processos e fazer-se presente de algum modo, demandou o uso da tecnologia e meios de comunicação *on-line*, como a participação em diversos grupos de *WhatsApp®*, nos quais acontecem repasses das reuniões e compartilhamento de atas.

Figura 5– Relatório de Atividades

Data	**Atividade**
29/06/16	Audiência Pública na Assembleia Legislativa do ES, convocada pelo Fórum Capixaba em Defesa da Bacia do Rio Doce sobre a falta de assistência aos atingidos e o pedido de anulação do Acordão
07/09/16	Grito dos Excluídos, Vitória – ES
2016/02	Início da coleta de dados da linha do tempo
31/10/2016 - 05/11/2016	Marcha de 01 ano de Lama e Luta, organizada pelo MAB
04 e 05/11/2016	Seminário de Balanço de 01 ano do rompimento da Barragem
16 a 19/11/2016	Arena Itinerante ORGANON
26/11/16	Encontro de Formação de Base MAB em Campo Grande, São Mateus
30/11/16	Audiência Pública na Assembleia Legislativa do ES Assembléia realiza audiência pública sobre os impactos da lama de rejeitos da Samarco Vale/Vale BHP
12/12/16	Balanço de fim de ano no Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce
2017/01	Linha do Tempo com Grupo de trabalho *Participa UFMG*
2017/01	Produção de Material Gráfico através da UNI 009 Vídeo Animação – visualização das estratégias de controle empresarial Digrama “labirinto de lama”

10/03/17	Reunião MPF para formulação de Grupo de Trabalho para definir proposta do Termo Aditivo do Termo Ajustamento Preliminar (TAP)
18/03/17	Reunião do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce para definir comissão de representantes dos Fóruns Locais, realizada em Aracruz (ES), articulado com o MAB
31/03/17	Reunião GT junto ao MPF para apresentação do Termo Aditivo do Termo Ajustamento Preliminar (TAP)
04/04/2017	Nota de repúdio às tentativas da Samarco/Vale/BHP de assumir o pleno controle da reparação dos danos causados pela maior catástrofe socioambiental do Brasil (assinatura)
26/04/17	Versos de outras lutas: Diálogos entre o desastre de Bhopal/Índia e o desastre de Mariana/Rio Doce Convidado: Dr. Bruno Sena Martins (Coimbra, Portugal) Debatedora: Dra. Raquel Oliveira
04/05/17	Introdução da temática do desastre-crime na UNI 009 Exposição oral do Joceli (coordenação do MAB)
23/05/17	Apresentação na sessão Temática Impactos da mineração na dimensão socioespacial no ENANPUR
08/06/2017	Visita de Campo - UNI 009 Encontro com GEPSA e MAB na UFOP Visita a Paracatu de Baixo, Mariana (MG)
28/06/17	Organização e apresentação do Luto à Luta: Pensar a Universidade a partir das resistências no Rio Doce Organização: Participa UFMG Mesa: Marcia Maria Lima (Colatina-ES), Nilton (Entre-Rios,

	Linhares-ES), Débora Rosa (psicóloga pela Cáritas, Mariana-MG), Gislene (Monsenhor Horta, Mariana-MG).
19/06/17	Publicação Texto/denúncia INDebate – "Com Cartão, Sem Cartão" http://indebate.indisciplinar.com/2017/06/19/com-cartao-sem-cartao-as-fragmentacoes-como-estrategia-de-controle-do-territorio-pela-samarco-vale-bhp/
20/07/2017	Lançamento do 8º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens em Vitória – ES, firmando a alianças para a construção de uma plataforma energética operária.
2017/02	Disciplina ACR 035 –Mineração e produção do espaço
01/10/2017 – 05/10/2017	8º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens
06/11/2017 – 08/11/2017	Seminário Balanço de 2 anos do Rompimento da Barragem de Fundão realizado na UFES
15/11/2017	Mobilização pela aprovação do Projeto de Lei n° 3312/2016 – Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos (PEABE), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais
09/11/2017	Publicação Texto/denúncia INDebate – "Caso Rio Doce: propostas de reparação levam ao avanço neoliberal sobre a bacia" - Paula Guimarães e Raul Lemos
20/11/2017 – 25/11/2017	Organização e curadoria da Exposição na Praça de Serviços (UFMG): O DESASTRE-CRIME NA BACIA DO RIO DOCE: dois anos de violações, incertezas e resistência. (Mobiliza Rio Doce-UFMG, PROEX-UFMG e Coletivo A SIRENE)

20/11/2017 – 25/11/2017	Organização e curadoria da Exposição no ICSA(UFOP) em Mariana-MG: O DESASTRE-CRIME NA BACIA DO RIO DOCE: dois anos de violações, incertezas e resistência. (Mobiliza Rio Doce-UFMG, PROEX-UFMG e Coletivo A SIRENE)
07/12/2017 – 08/12/2017	Participação II Encontro da Rede de Observatórios de Conflitos Urbanos Planejamento e Conflitos Urbanos (ETTERN/IPPUR-UFRJ)
13/12/2017	Palestra de encerramento do semestre no PPGAU –UFES – "O Desastre-Crime na Bacia do Rio Doce: Fragmentações e Controle territorial"
2018/02	Disciplina UNI 009 – Geopolíticas e cidades
2018/02	Desenvolvimento da plataforma Cartografias do Rio Doce
09/04/2018 11/04/2018	Reunião em Gesteira, Barra Longa-MG a respeito do Reassentamento

Fonte: Da Autora

Observa-se que este percurso cartográfico pode ser agrupado em três ciclos: o primeiro correspondente ao semestre 2016/2, que abrange os processos de aproximação e início de construção do banco de dados; em seguida, ao longo do ano de 2017, a partir da articulação em rede o emprenho foi de alimentação e organização do banco de dados e proposição de ações: disciplina, textos, debates, palestras e exposição; já neste último semestre nos dedicamos a formulação da plataforma Cartografias do Rio Doce. No entanto, as atividades de abastecimento do banco de dados e participação nos espaços de debate e luta permeiam todos os ciclos.

Figura 6- (1) Assembleia dos atingidos em Paracatu de Baixo; (2) Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Espírito Santo; (3) Balanço de 1 ano do rompimento da barragem de Fundão; (4) Reunião do Fórum Capixaba do Rio Doce; (5) Reunião junto ao Grupo de Trabalho no MPF, em Belo Horizonte; (6) Reunião de deliberação das comissões locais do Fórum Capixaba em defesa do Rio Doce; (7) Encontro Versos de outras lutas: Diálogos entre o desastre de Bhopal/Índia e o desastre de Mariana/Rio Doce; (8) Encontro de Formação de Base do MAB, em Campo Grande, São Matheus; (9) Encerramento do Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens.

Fonte: Arquivo pessoal da autora

A partir dessa atuação em rede que se desenvolve o processo cartográfico percorrido nesta frente de ação que será explicitado ao longo deste capítulo. Iniciamos retomando o processo de aproximação inicial, que ocorreu na Marcha dos Atingidos, experiência na qual foi possível reconhecer ainda que de modo preliminar, a heterogeneidade do território atingido e também, permitiu as aproximações com atingidos e pesquisadores que constituem a rede. Em seguida, percorreremos algumas de nossas ações que engendram esta pesquisa a saber: a disciplina UNI 009; a curadoria da exposição "O desastre-crime na bacia do Rio Doce"; a sistematização de dados da linha do tempo; e por fim, a organização da Narrativa Cartográfica através da Plataforma online Cartografias do Rio Doce.

Tais processos colaborativos se desdobraram e se atravessaram em/por outros, buscando a visibilização e a denúncia das estratégias empresariais, a leitura engajada e

sistemática dos encaminhamentos institucionais e a interseção entre a Universidade e a sociedade.

2.1 Aproximações iniciais: a Marcha dos atingidos por Barragens

> [...] sabemos que o processo de composição de um território existencial requer um cultivo ou um processo construtivo. Tal processo coloca o cartógrafo numa posição de aprendiz, de um aprendiz-cartógrafo (Pozzana; Kastrup, 2009, p. 135).

Dando início a este processo, o aprendiz-cartógrafo busca estabelecer relações de confiança que o permitam habitar um território que, em princípio, não habita, já que a imersão do cartógrafo numa realidade em andamento, presume a existência da sobreposição de camadas fruto de fluxos anteriores e em curso.

Em consideração as camadas preexistentes, a postura do aprendiz-cartógrafo pode ser traduzida pela condição de abertura que se deriva em duas implicações: colocar a própria vida a disposição para que seja permeada, isto é, desnudar-se permitindo tecer relações de confiança e, a disponibilidade para o desconhecido seja às experiências, territórios, pessoas e teorias, permitindo desestabilizações.

O acesso à vida das pessoas e do interior dos processos nos quais mergulhamos só se torna possível quando o investigador se torna investigado propiciando a dissolução de papéis. De fato, as relações de confiança se estreitam na medida em que o investigador, também se abre a fim ser investigado, isto é, colocando à disposição sua própria vida para que seja permeada. Não sem motivo, esse processo se acirra quando se trata de organizações políticas e movimentos populares, em que se faz necessário um alinhamento político.

Neste ponto, convém deixar claro, que a minha familiaridade com os movimentos da esquerda tradicional, sucede em grande parte por influência familiar. Visto que a trajetória política e profissional do meu pai foi interligada ao movimento sindical (Sindibancários/ES), bem como, à filiação partidária no Partido dos Trabalhadores (PT). Inclusive, em 1988 foi candidato pelo PT à prefeito na cidade de Montanha (ES), a fim de lançar a bandeira do partido no munícipio com raízes latifundiárias. No mais, este posicionamento político associado à sua formação enquanto zootecnista, permitiu proximidade com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, através de sua atuação

bancária de acompanhamento e fiscalização de projetos agropecuários. Tais articulações enredam a parceria com o MAB, que se situa no mesmo campo político, embora antes da dissertação não tivesse contato com a sua atuação.

Muito além desse alinhamento prévio, as relações de confiança com os atingidos foram tecidas ao longo desse processo. Já que trabalhamos junto a movimentos de resistência esta relação dialógica se travou no contexto da luta e é na própria luta que se funda o campo e também as relações de confiança. Neste sentido, a participação na *Marcha de 01 ano de lama e luta* promovido pelo MAB, do dia 31/10 ao dia 05/11/2016, permitiu o compartilhamento das atividades cotidianas mais ordinárias, como dormir, acordar, comer e tomar banho durante 06 dias seguidos, configurando-se um passo importante para a construção desse vínculo. Não só porque estávamos juntos em tempo integral, mas porque a precariedade das instalações disponibilizadas somada à exaustividade das atividades é uma forma de afirmação do compromisso com a luta dos atingidos.

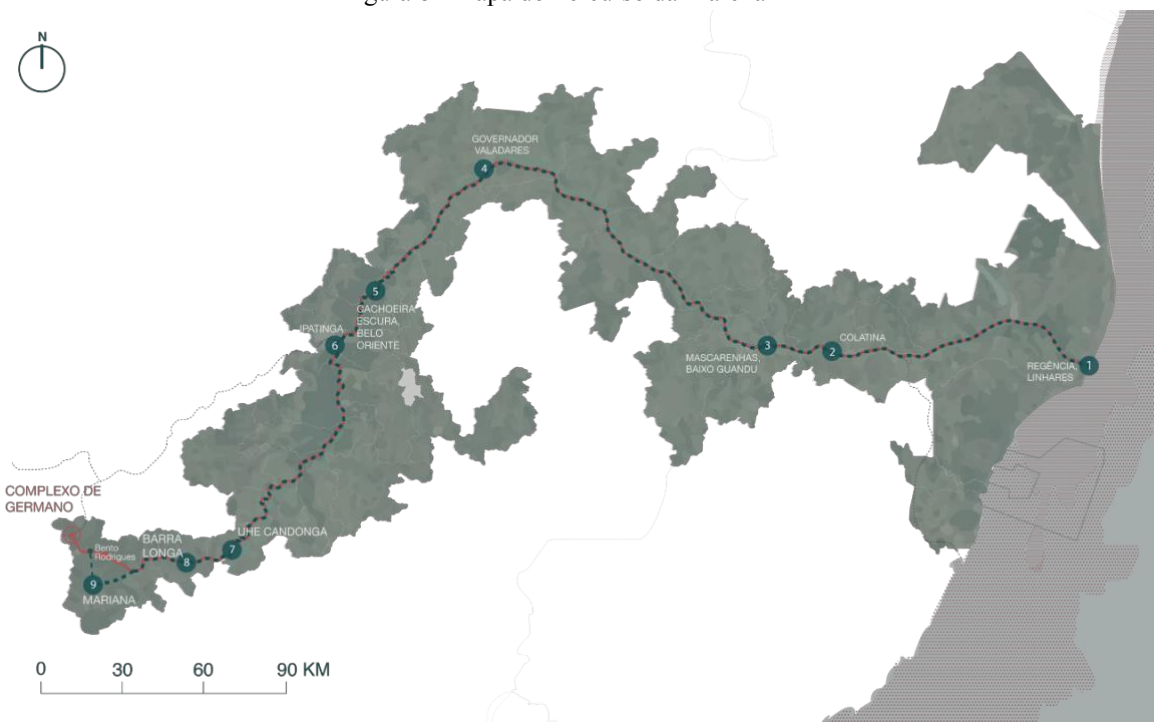
A dinâmica da luta organizada exige de cada um, inclusive do pesquisador, a cooperação na organização do ato político, que para se concretizar depende da realização de diversas funções – mística, segurança, ciranda, cozinha e comunicação. Tal inserção nesta organização retira o pesquisador da condição de exterioridade atribuídas muitas vezes ao mesmo, compreendendo-o como mais uma peça da engrenagem. É nesse sentido, que a minha inserção na marcha e em outras ações junto ao MAB, como o 8º *Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens* em outubro de 2016 no Rio , não se limitou a observação, mas foi uma participação efetiva, onde em conjunto com os atingidos, contribuí com a realização dos atos.

Na marcha, estivemos em deslocamento durante 03 dias, percorrendo o território atingido no sentido inverso ao cursado pela lama de rejeitos. A saída da marcha foi a partir de Regência Augusta, no município de Linhares (ES), no dia 31/10/2016 passando Colatina (ES), Baixo Guandu (ES), Governador Valadares (MG), Belo Oriente (MG), Ipatinga (MG), Santa Cruz do Escalvado (MG), Barra Longa até chegar na cidade de Mariana (MG). O término da marcha abriu o *Encontro de 01 ano de Lama e Luta*, também organizado pelo MAB, sediado na Arena Mariana, mesmo espaço que abrigou emergencialmente, os atingidos do município que foram deslocados compulsoriamente de suas casas com a chegada da lama.

Figura 7– Eu e Cláudia Orduz, na marcha em Colatina-ES (31/10/2016) e no Ato Unificado em Defesa da Soberania Nacional (03/10/2017)

Fonte: Artur Augusto (ORGANON-UFES) e Arquivo pessoal da autora.

Figura 8– Mapa do Percurso da Marcha[26]



Fonte: Indisciplinar

O objetivo central proposto pelo MAB com a Marcha e o Encontro, era efetuar denúncias sobre as afetações do desastre-crime e as estratégias utilizadas pelas empresas, pressionar a suspensão do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta e, fortalecer a organização popular. O percurso foi realizado de ônibus, com paradas em localidades

[26] O mapa não inclui a Serra-ES e Vitória-ES que hoje são reconhecidos como atingidos.

consideradas estratégicas para efetivação de denúncias e fortalecimento da organização popular.

Algumas dessas localidades compõem cenários expressivos para construção de narrativas de peso, como é a foz do Rio Doce em Regência Augusta (Figura 9), dado simbolismo que abarca o encontro do Rio Doce com o mar. Da mesma forma, ocupar com pessoas e bandeiras as margens da *Usina Hidrelétrica Risoleta Neves* e a janta coletiva sobre os trilhos da linha férrea da Vale em Mascarenhas, no município de Baixo Guandu construíram uma imagem significativa. Por trás desta representatividade buscada residem nestas localidades histórias de conflitos sobrepostos.

A vila de Regência Augusta e suas imediações, em Linhares (ES) é alvo da disputa entre interesses empresariais (União Engenharia, Petrobrás, Fibria (antiga Aracruz Celulose) preservacionistas e das comunidades tradicionais pesqueira, ribeirinha e camponesa.

> *Em Regência, antes mesmo desse evento crítico e disrruptor de mudanças, já havia outras dificuldades, embates e incertezas no que tange as disputas territoriais e por recursos naturais. Desde meados do século XX, a formação de latifúndios, as atividades petroquímicas e o cultivo da monocultura de eucalipto vêm contribuindo para a modificação da paisagem e para as transformações das relações sociais na região. Somam-se a essas disputas à existência de uma unidade de conservação de uso restrito – Reserva Biológica de Comboios – implantada na região desde meados dos anos de 1980, com a finalidade de preservar a aérea que é destaque nacional para a desova de tartarugas marinhas* (LEONARDO, TRIGUEIRO, CREADO, 2017, p.8).

A chegada da lama no dia 21 de novembro na vila significou a paralisação do abastecimento de água, e a reconfiguração da dinâmica local no distrito pesqueiro e turístico, muito conhecido pela prática de surf. Muitos moradores ressaltaram as fragmentações entre os diferentes grupos - moradores, comerciantes e pescadores -, fomentadas pelas ações discricionárias adotadas pelas empresas[27]. Além disso, a vila de pescadores cedeu espaço ao pleito das comunidades litorâneas pelo seu reconhecimento enquanto atingidas.

Por sua vez, a comunidade de Mascarenhas em Baixo Guandu (ES), próxima à Usina Hidrelétrica de Mascarenhas e margeada pelos trilhos trem controlados pela Vale, também vivencia mais uma sobreposição de impactos. A pequena comunidade ribeirinha, com cerca de 300 pescadores profissionais (FERREIRA, 2016), garantiu que boa parte

[27] Tais práticas são retomadas na sessão 3.4 Tercerizações e contratações de serviços

dos seus atingidos tenham acesso ao auxílio emergencial após 03 paralisações consecutivas da linha férrea Vitória-Minas (SÉCULO DIÁRIO, 2016)[28], assim como sucedeu na marcha (Figura 10).

Figura 9 – Marcha em Regência Augusta, Linhares-ES (31/10/2016)

Fonte: Ananda Martins

Figura 10 – Janta coletiva durante a marcha na linha férrea (31/10/2016)

Fonte: MAB

[28] Disponível em: <http://seculodiario.com.br/31539/10/arena-itinerante-recebe-relatos-de-pessoas-processadas-pela-vale >. Acesso em: 21/06/2018

Já na Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (0), instalada entre os municípios de Santa Cruz do Escalvado (MG) e Rio Doce (MG), foi responsável pela remoção forçada de dezenas de família de São Sebastião do Soberbo, reassentadas em Novo Soberbo, a partir de um processo sem participação dos atingidos, que resultou em indenizações irrisórias (PENIDO, PEREIRA, LAGES, 2013). A Usina, operada pela Vale e CEMIG, encontra-se desativada por conta do grande contingente de rejeito que reteve[29], pressionando as estruturas da barragem, trazendo a insegurança de um novo rompimento. Tanto a Usina de Candonga, como a de Mascarenhas foram afetadas com o desastre paralisando a geração de energia (IBAMA, 2015).

Figura 11 - Margens do lago da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (02/11/2016)

Fonte: MAB

[29] "A usina tem potência instalada de 140 MW e é operada pelo Consórcio Candonga, composto pela Aliança Energia (50%) e Vale (50%). O reservatório, com volume de 41,9 hm^3 e distante cerca de 120 km do acidente, foi o mais afetado, com significante acúmulo de sedimentos e detritos. O material carreado ficou acumulado, principalmente, na barragem de Candonga. Nas demais barragens o acúmulo foi bem menor. Cerca de 9 hm^3 de sedimentos ficaram retidos no reservatório da UHE Candonga. Este volume equivale a 30% dos rejeitos derramados com o rompimento da barragem de Fundão" (ANA, 2016, p. 26).

Outras localidades representam um esforço de fortalecimento da organização popular. A ida a Governador Valadares (MG) e Ipatinga (MG) tiveram como intuito reforçar a articulação política com organizações sociais e políticas locais, estaduais e nacionais. Dado o contexto, em Governador Valadares foi realizada a "Audiência Pública – Os efeitos do crime na vida do povo após um ano, especialmente para os povos indígenas", pela Comissão de Direitos Humanos e Excluídos da Câmara Federal, coordenada pelo deputado federal Padre João Siqueira (PT-MG) e contou com a presença de representantes do poder público e dos povos Tupiniquim e Krenak[30]. Já na noite em que estivemos em Ipatinga foi promovida uma aula pública conjunta entre o MAB, o Levante Popular da Juventude e o Sindicato dos Educadores de Minas Gerais (SindUTE).

Além disso, a passagem por Governador Valadares (MG), assim como em Colatina (ES) (Figura 12), teve o intuito de promover a denúncia em relação a insegurança quanto à qualidade da água para consumo humano e com relação a aplicação do Programa de Indenização Mediada (PIM) da água[31], referente às indenizações por danos morais pelos dias em que o abastecimento de água potável foi interrompido, provocando caos social chegando a morte de um morador de Colatina na fila de distribuição da água.

Atualmente, o abastecimento de ambas as cidades é realizado por meio da água tratada do Rio Doce, mas muitas pessoas relataram adoecimentos devido o seu consumo: dor de estômago, dor de cabeça, manchas, feridas e irritações na pele após o banho.

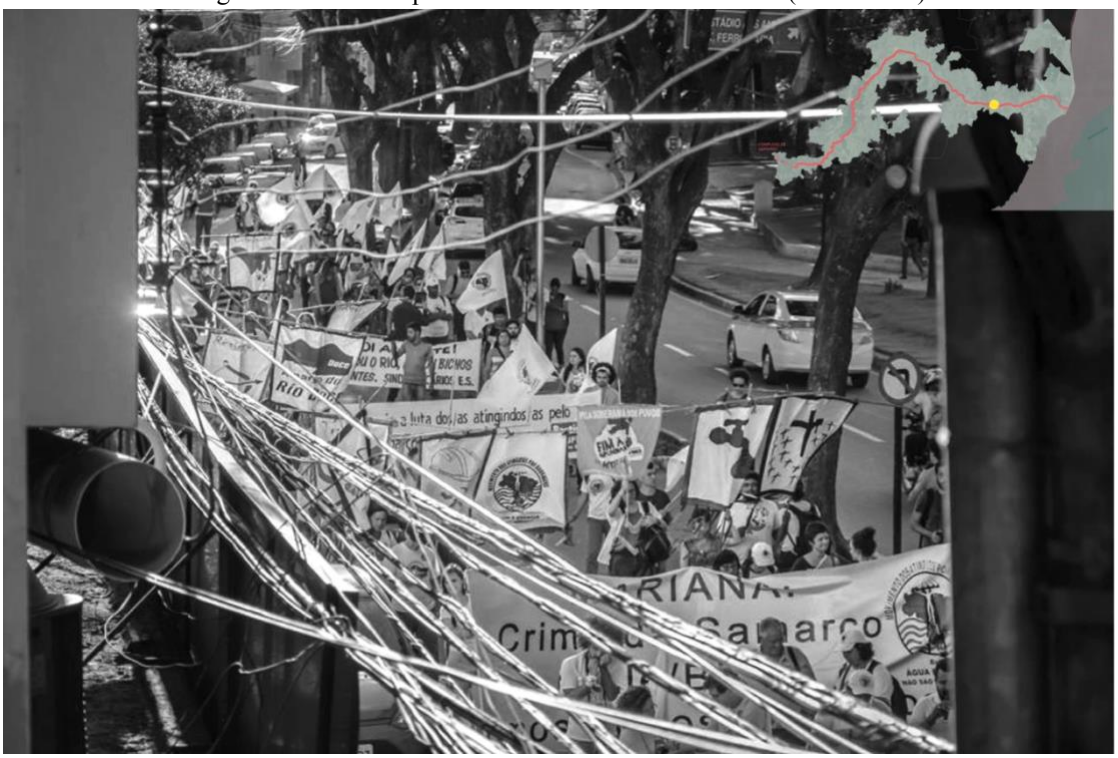
Da mesma forma, Cachoeira Escura também reforça as denúncias com relação a qualidade da água. Mas o principal êxito da nossa passagem pela localidade foi visibilizar uma comunidade pouco mencionada nas notícias e pesquisas sobre o desastre-crime. A

[30] Na mesa estavam presentes: a prefeita de Gov. Valadares, Elisa Costa; o Dep. José Leonardo Costa Monteiro; representantes do MAB; Dr. Edmundo Antônio Dias Neto, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, MG; Dr. Evandro Ventura, Promotor de Justiça da Comarca de Valadares; Padre Lelito, representando o bispo Don Antônio Carlos; Robson Yumbo Salazar, do povo Cofán do Equador; Luiz Miguel, da assessoria do deputado Gustavo Benito, membros do parlamento europeu, do partido PODEMOS; Geovani Krenak, do povo Krenak de Resplendor, ES; o cacique Tupiniquim de Comboios, Antônio Carlos (Toninho); Promotor Leonardo Diniz; o integrante do grupo indígena Gavião Parkatejê, da terra indígena Mãe Maria, de Bom Jesus do Tocantins no Pará.

[31] A partir do uso do Incidente de Resolução de Demandas Repetitiva (IRDR), a Fundação Renova estabeleceu "um Termo de Transação, Quitação e Exoneração de Responsabilidade, com valor de R$1,000 por adulto, mais adicional de 10% para vulneráveis, em Governador Valadares (MG) e de R$ 880,000 por adulto, mais adicional de 10% para vulneráveis, em Colatina (ES)" (ROJAS, PEREIRA, 2017, p. 22). Dentre os questionamentos situa-se a cláusula abusiva de quitação geral dos danos, que constitui a revogação do direito de ajuizar novas ações na justiça ou de dar prosseguimento às já requeridas.

forte adesão da comunidade local na manifestação refletia o isolamento de quem pouco era ouvido, e por isso, muitos foram os relatos espontâneos.

Figura 12 – Marcha pelo centro urbano de Colatina-ES (31/10/2016)



Fonte: MAB

A maior parte dos questionamentos ressaltavam a arbitrariedade de concessão do cartão emergencial, a falta de retorno das empresas ao cadastramento e os transtornos causados para acessar uma fonte de água em que confiam. Além disso, a moradora V.L. se voltando para o rio, nos mostrou que o desastre-crime afetou os deslocamentos cotidianos entre a comunidade de Cachoeira Escura, distrito de Belo Oriente (MG) e São Lourenço, no município de Bugre (MG) na outra margem do rio. Antes conectados pelas travessias de cerca de 10 minutos "de bote" pelo Rio Doce, atualmente o trajeto é dificultado pela lama (Figura 13). Após o rompimento, para fazer o mesmo percurso é preciso de mais de uma hora de carro passando por Ipatinga (MG). A moradora completa "aqui nessa árvore ficava um bote amarrado, não tem mais. O pessoal vinha e saia aqui na rua para fazer compras, e agora não vem mais"[32]. Nota-se a partir desse relato, que a

[32] Relato extraído durante a Marcha dos Atingidos por Barragens em novembro de 2016. Registro pessoal da autora.

partir da interrupção das travessias acarretam não só em mais tempo, como também mudam a dinâmica do comércio local.

Figura 13 – Morador tenta realizar travessia de Cachoeira Escura para São Lourenço (01/11/2016)

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Outra moradora[33], ressalta a falta de assistência que afeta a localidade prolongando os efeitos do rompimento da barragem, fazendo com que "o crime se torne maior ainda [...] de lá para cá que aconteceu, 1 ano já se passou, e o que já foi feito para a melhoria? Para pelo menos dar a esse povo o direito de pensar num futuro. É isso que é o problema". E ainda ressaltou a importância de iniciativas de articulação como a marcha, porque alega que muita gente não tem noção da dimensão dos impactos. O pano de fundo desta conversa era a movimentação policial sobre os trilhos do trem, assegurando às empresas que não haveria interrupção da via pelos manifestantes.

Já no epicentro do desastre-crime, em Barra Longa (Figura 15), a única cidade que teve seu centro urbano atingido, exacerba as práticas empresariais de aprofundamento do desastre-crime e de apagamento dos rastros do crime com a finalidade de promoção da imagem da empresa. Quando chegamos, a praça da cidade tinha acabado de passar por

[33] Não identificada.

um processo de reforma, cuja grama recebeu uma pintura verde a fim de simular a vitalidade frente a invasão da lama.

Figura 14 – Escolta Policial a ferrovia da Vale em Cachoeira Escura (01/11/2016)

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Enquanto há um encobrimento dos vestígios da lama no centro da cidade, moradores denunciam que em outra parte do município, o desastre se escancara com a disposição de rejeitos retirados do Rio Carmo à céu aberto na localidade da Volta da Capela. Assim narra, Simone Silva (SILVA e DOMINGOS, 2018, s.p.), moradora de Barra Longa,

> Quando começaram a limpar a praça de Barra Longa, para mostrar para a mídia que estavam trabalhando, deram início a mais um crime, pois levaram a lama para os morros da cidade. E, como o atingido vale menos que uma pelota de minério para a Samarco/Renova/Vale/BHP, de nada adiantou eu pedir de joelhos, na Câmara Municipal da cidade, para que não usassem rejeitos no calçamento da minha rua, pois minha filha, na época com nove meses, já apresentava sintomas de alergias à lama tóxica.

Para as professoras Karine Gonçalves, Monique Marques e Tatiana Souza (2017, s.p.) do grupo GESPA-UFOP que realizam atividades de pesquisa e extensão na localidade,

> Esse fato traz indícios inequívocos de "racismo ambiental" já que as consequências do desastre incidem de modo assimétrico entre as populações de um mesmo território e de modo mais incisivo nessa população já historicamente vulnerabilizada.

Figura 15 – Chegada da Marcha em Barra Longa (02/11/2016)

Fonte: Arquivo Pessoal

Chegando ao fim desse trajeto, estar em Mariana (MG) convergiu a possibilidade de realização de um grande ato em Bento Rodrigues (localidade devastada pela lama), sob os olhares da imprensa, somada à necessidade emergente de fortalecimento e apoio às comunidades deslocadas compulsoriamente, e de construção de diálogos com a população urbana do município. Sob os reflexos da minério-dependência, a população não só anula suas críticas em relação às empresas, como as canalizam para uma culpabilização dos atingidos pelo cenário de desemprego. Ao percorrer a cidade de Mariana em direção a Ouro Preto para participar do *Seminário do Balanço de 1 ano do Rompimento da Barragem de Fundão*[34] foi possível deparar com os cartazes pregados nas portas dos comércios com os dizeres "Justiça Sim, Desemprego Não".

[34] O evento ocorreu nos dias 04 e 05 de novembro em Ouro Preto-MG e foi organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambienatis-GEPSA, da UFOP. Teve como objetivo discutir e analisar temas, pautas e estudos relacionados ao que aconteceu durante o ano que se seguiu ao que o grupo denomina "desastre/crime da Samarco".

Figura 16 – Cartazes pregado na porta de comércio de Mariana-MG

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Além disso, o encontro em Mariana possibilitou a troca de experiências e articulação entre as localidades atingidas pelo desastre-crime da Samarco, bem como entre contextos diferentes, pois a oportunidade reuniu atingidos de todo o Brasil.

No dia 05 de novembro de 2015, não pude participar do ato junto ao MAB em Bento Rodrigues, distrito de Mariana (MG), mas conheci o subdistrito com os pesquisadores do GEPSA-UFOP, do ORGANON-UFES e de ex-moradores da localidade logo após o ato. Aproximadamente a 03 quilômetros das comportas da barragem de Fundão, o subdistrito foi invadido pela lama, 15 minutos após o rompimento das estruturas, removendo forçadamente mais de 200 famílias. Exatamente um ano depois, percorremos as ruínas das casas soterradas, em que seus pedaços se desfizeram com a lama e também, com os saques de janelas, portas e telhados que haviam restado. Enquanto caminhávamos, os moradores rememoravam onde localizava cada coisa e como foi o dia 05 de novembro de 2015. Em meio às guaritas, áreas cercadas, placas e sirenes os moradores nos remontaram a ausência destes sinais de aviso no dia em que a lama

chegou. Após o retorno de Bento Rodrigues, aconteceu um ato em denúncia ao crime da Samarco e iniciamos a movimentação de encerramento do encontro.

Esta vivência foi a primeira aproximação com o território atingido neste trabalho, responsável por ter uma noção da heterogeneidade que compõe o território e a multiplicidade de afetações que nos conduziram reflexões sobre o método. Além disso, configurou uma aproximação entre os pesquisadores que constituíram o *Mobiliza Rio Doce*, e também com alguns atingidos organizados no MAB.

No mais, considera-se como desdobramento das aproximações da marcha, a participação na *Arena Itinerante do Grupo de Pesquisa ORGANON* (UFES) coordenado pela professora Cristiana Losekann. A atividade ocorreu entre os dias 16 e 19 de novembro de 2017, realizando ações nas seguintes localidades: Mascarenhas, em Baixo Guandu (ES); Itapina e Maria Ortiz, em Colatina (ES); Assentamento Sezínio e Povoação, em Linhares (ES); e Aracruz (ES). A proposta da Arena Itinerante foi fomentar denúncias, assim como elaborar os impactos sofridos por cada comunidade e fomentar a mobilização, a partir de dinâmicas colaborativas (Figura 17).

Figura 17 – Oficina em Maria Ortiz, comunidade ribeirinha em Colatina. A matriarca da comunidade junto a outras atingidas conta como era a vida antes do desastre-crime.

Fonte: ORGANON

Outro desdobramento foi a participação em vários espaços de ação direta junto ao MAB, como o citado *Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens*. O evento teve a pretensão de debater a criação de um modelo energético popular para o Brasil, fortalecer a luta pela aprovação da Política de Direitos para as Populações Atingidas por Barragens (PNAB) e denunciar a impunidade em relação às empresas culpadas pelo crime no Rio Doce.

Segundo a coordenação nacional do movimento, o encontro reuniu mais de 150 organizações entre 20 países, além de cerca de 3.500 militantes do Brasil, de 21 estados, que chegaram ao Rio de Janeiro (RJ) em 87 ônibus. Para além das discussões sobre o modelo energético, foi levantado o tema da soberania nacional e a mobilização contra as ameaças de privatização de empresas do setor de energia do país. Esta agenda engendrou o Ato Unificado em Defesa da Soberania Nacional levantado pela Frente Brasil Popular no dia 03 de outubro de 2017, que percorreu a avenida Presidente Vargas, passando pela sede da Eletrobrás e encerrou na frente do edifício da Petrobrás, com a presença do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. No dia anterior, realizamos uma manifestação na frente da sede da Vale, onde denunciamos o desastre-crime que segue impune. Para além do aprendizado político, o evento também foi uma oportunidade de dialogar e nutrir as relações de confiança com os atingidos da bacia do Rio Doce.

Figura 18 – Organização do ato antes de sair em marcha;"Ala" do Movimento dos Afetados por Represas (MAR); Lula discursa em frente ao prédio da Petrobrás, no Rio de Janeiro (RJ)

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Novas conexões com o MAB foram estabelecidas a partir de atividades da F.A. *Cartografias do Rio Doce*, à exemplo da disciplina *UNI 009 – Cartografias Emergentes* percorrida na próxima sessão.

2.2 Disciplina UNI 009 – Cartografias emergentes

A disciplina ofertada no semestre 2017/01[35] foi dividia em três eixos referentes às pesquisas dos mestrandos em atividade de estágio em docência, a saber: Lutas Territoriais, Feminismos e o desastre-crime no Rio Doce, este último sob minha responsabilidade. Tais temáticas foram trabalhadas em dois módulos, um primeiro teórico e um segundo de orientação prática dos trabalhos. O primeiro visou a exposição de conceitos-chave a toda disciplina e uma aula específica de cada um dos eixos. Também nesta oportunidade, contamos com a exposição oral do coordenador nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens sobre a conjuntura geopolítica frente ao desastre-crime (Figura 19).

Figura 19- Aula com o convidado, Joceli Andrioli da coordenação nacional do MAB, sobre apontamentos acerca da conjuntura geopolítica que tange o desastre-crime.

Fonte: Indisciplinar

Por conseguinte, a aproximação nos abriu a possibilidade de visitas as comunidades de Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima, subdistritos de Mosenhor Horta, no município de Mariana (MG), acompanhados de lideranças e moradores organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens. Uma primeira ida (Figura 20 e Figura 21) às localidades foi realizada previamente a visita conjunta com alunos da disciplina,

[35] Proposta pelas professoras Marcela Silviano Brandão e Natacha Rena, junto comigo, Bernardo Neves e Natália Alves, também mestrandos no NPGAU.

visando conhecer nossos interlocutores e pensar formas de atuação. Nessa oportunidade, acompanhada do Joceli, de integrantes do grupo Manos Unidas, braço social da Igreja Católica na Espanha, visitamos durante o dia, as áreas soterradas de Paracatu de Baixo, e à noite participamos de uma assembleia dos atingidos da área rural de Mariana, com apoio da Cáritas Brasileira e do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Figura 20 - À esquerda, Igreja de Paracatu de Baixo e à direita, Escola de Paracatu de Baixo

Fonte: Arquivo Pessoal

Dentre as questões abordadas ressalta-se dois processos de fragmentação impostos pelas empresas, visando restringir o acesso à direitos. A primeira cisão se atribui às localidades de Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima, assim como traz o parecer elaborado pelo GESTA (2016, p. 36):

> Anteriormente à ruptura de Fundão, os moradores sitiantes de Paracatu de Cima utilizavam de maneira frequente os diversos equipamentos públicos disponíveis em Paracatu de Baixo. No entanto, o debate e as deliberações acerca da escolha para o local de reassentamento de Paracatu foram marcados por divergências e conflitos, ocasionando uma cisão, que resulta em sua apresentação enquanto comunidades distintas. Nesse sentido, o núcleo de reassentamento de Paracatu não contemplará moradores de Paracatu de Cima os quais não participaram nas deliberações sobre o reassentamento.

A ausência dos espaços de lazer e de sociabilidade na comunidade Paracatu de Cima reflete no isolamento dessas pessoas, algo explícito na fala de uma atingida durante a reunião “hoje eu sei o que é viver numa prisão”, que nos conecta ao que Rogério Haesbaert (2004) denomina como “reclusão territorial”.

O segundo processo refere-se à concepção de entendimento da moradia, que parte da separação entre a casa e as benfeitorias (curral, pasto, hortas, poços de peixe e etc.), intrínsecos a manutenção dos modos de vida. Embora muitas das casas não tenham sido invadidas pela lama, o rejeito encobriu espaços externos das propriedades rurais afetando a produtividade, sobretudo relativa a atividade agropecuária e de produção de leite característica da região. Tal inviabilidade da atividade produtiva afeta as condições de permanência e reprodução social dessas comunidades.

Na assembleia também ficou perceptível a multiplicidade de reivindicações, onde alguns apontaram o desejo de reassentamento junto a Paracatu de Baixo, outros, da necessidade de compra de um novo terreno visto a impossibilidade de se produzir nas terras contaminadas ou devido a insegurança frente aos novos riscos de rompimento de barragem, expostos pelo estudo de *dam break*[36] exigido pelo Ministério Público de Minas Gerais a Samarco.

Tal fator ressalta aqui a importância da adoção de uma lógica inclusiva de reconhecimento de direitos que abarque a heterogeneidade que compõe o território atingido, a partir da consideração da singularidade de cada um. Apesar das divergências quanto às formas de reparação, os processos de mobilização como a própria assembleia ocupada expressam a existência de uma noção de grupalidade.

A partir dessa ida a Mariana, iniciamos o planejamento da visita com os alunos da disciplina. Cientes que o contato do grupo com a localidade seria pontual, inviável ao desenvolvimento de uma atuação cartográfica que constituísse laços de confiança propulsores de uma atuação coletiva, entendemos que a nossa ida a campo seria apenas uma visita, a fim de promover deslocamentos na percepção dos alunos em relação ao desastre-crime, intangíveis a exposição em sala. Desse modo, acertamos que não havia a necessidade de mobilização dos atingidos para receber-nos, evitando assim desgastes dispensáveis.

[36] O estudo de projeção de cenários hipotéticos em caso de ruptura das estruturas remanescentes do complexo de Germano foi exigido pela MPMG com prazo para o dia 03 de dezembro de 2016, mas após recurso e adiamento do prazo, o plano foi entregue pela Samarco no dia 12 de janeiro de 2017. De acordo com o MPMG o trabalho apresentado não atendeu aos requisitos da ação judicial. Do estudo deverão constar previsão de consequências e medidas emergenciais concretas a serem adotadas em cada cenário. Essas medidas devem ser executadas integralmente pela mineradora em caso de novo rompimento, observando as recomendações técnicas da Semad e do DNPM. Não tivemos acesso ao estudo, mas segundo moradores de Paracatu de Cima, os resultados apontam que a lama chegaria até propriedades em cotas de nível mais altas da comunidade, onde a lama da barragem de Fundão não chegou.

Não que os relatos não sejam importantes para compreender o desastre e a atuação das empresas, pelo contrário, são imprescindíveis. Mas escolhemos ao longo dessa pesquisa, para evitar assédio sobre os atingidos, absorver tais percepções em espaços coletivos de fala, assim como na assembleia relatada, evitando solicitar a repetição de suas histórias. E neste caso específico da disciplina, combinamos que seriamos recebidos por uma liderança do Movimento dos Atingidos por Barragens e por uma moradora, também organizada do movimento, que se dispôs a acompanhar a visita e expor as problemáticas que atravessam a localidade.

Embora com receios, percorrer o espaço exerce importância na compreensão das proporções do desastre-crime, ao nos colocar em contato ao cheiro ardente da lama de rejeitos, remexida pelos tratores em operação pela Fundação Renova; ao cenário alaranjado; ao silêncio ensurdecedor de um espaço compulsoriamente esvaziado atravancado pelo barulho das máquinas; à clausura dos cercamentos que envolvem as ruínas; aos rastros das vivências interrompidas; e ao encobrimento dos vestígios do crime pela ação empresarial com a demolição de algumas casas e o plantio de vegetação sobre a lama.

Figura 21- À esquerda, aviso de restrição de acesso às construções soterradas e à direita, conversa durante visita de campo.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A atividade de campo no escopo da disciplina, além da visita contou com uma conversa na Universidade Federal de Ouro Preto, recepcionados pelos pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA-UFOP), que expuseram os

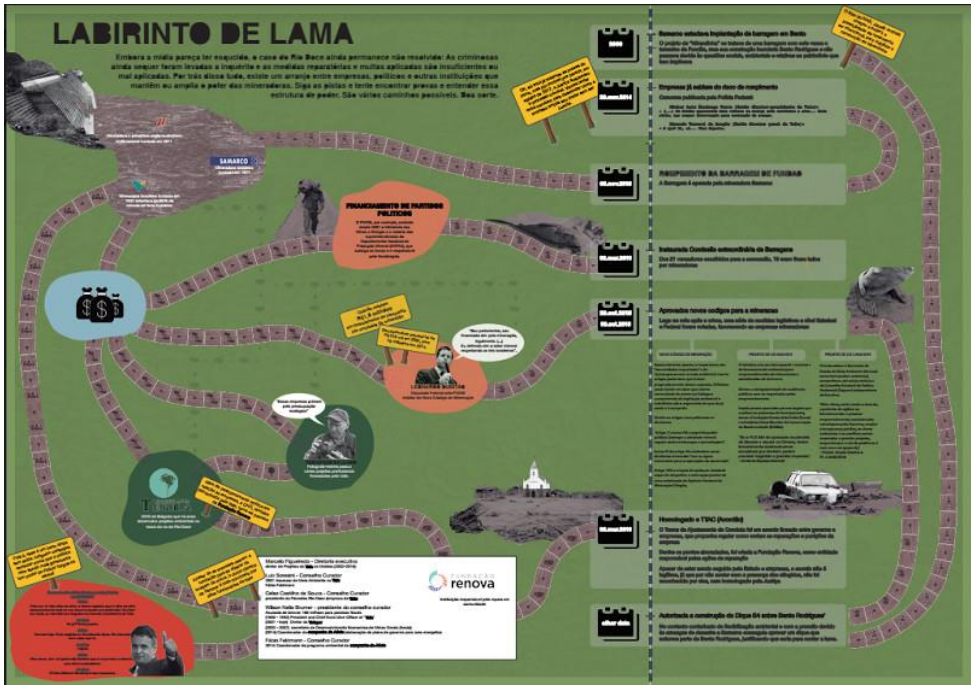
processos de co-pesquisa engendrados pelo grupo, junto à comunidade de Gesteira, em Barra Longa (MG), que teve parte do povoado soterrado. O trabalho apresentado consiste na elaboração de metodologia em conjunto com os atingidos desterritorializados para levantamento das condições de moradia e territoriais preexistentes ao rompimento da barragem. Estas informações foram sistematizadas em cadernos entregues aos atingidos, a fim de respaldar as reivindicações pelo reassentamento em condições similares às anteriores. Bem como o processo foi documentado através do projeto de extensão *Narrativas Atingidas*. Além disso, foi abordado as questões locais de Mariana-MG posicionadas pela Letícia Oliveira, integrante do MAB (Figura 22) que acompanha os moradores do município desde o rompimento da barragem.

Figura 22–Reunião na UFOP

Fonte: Indisciplinar

O segundo momento da disciplina foi referente a produção gráfica e orientações de trabalho. O grupo cuja temática escolhida era o desastre-crime, a partir da visita de campo e exposições teóricas realizou 02 trabalhos, um de sistematização da rede de interesses que estão articulados em torno da gestão empresarial do desastre-crime, e o outro de produção de vídeo-animação sobre as fragmentações territoriais ao longo da bacia.

Figura 23 – Diagrama de rede realizado na disciplina UNI 009 (não finalizado)



Fonte: Indisciplinar

Figura 24 – *Frames* do vídeo animação

Fonte: Indisciplinar

O trabalho de sistematização da rede de atores ligados às empresas[37] foi o primeiro dos nossos esforços de pensar os agentes em rede, ainda que de modo superficial. Ali levantou-se os vínculos das empresas com políticos, organizações não governamentais ambientalistas e a composição da Fundação Renova. As reflexões sobre a rede ganharam substancialidade posteriormente com as discussões sobre a definição de um método de mapeamento dos atores no âmbito da pesquisa *Geopolítica e Território*. Estes debates vêm ocorrendo deste agosto de 2017 e tem como foco entender os atores e correlações de força que atuam sobre a produção do espaço em diferentes âmbitos: políticas urbanas, ambientais e frente ao desastre-crime.

Já o vídeo-animação[38] teve como referência além da visita, o texto-denúncia *Com cartão, sem cartão: as fragmentações como estratégia de controle do território pela Samarco (Vale-BHP)*[39], escrito por mim e publicado no blog InDebate[40] (19/06/2017).

Figura 25 – Capa do texto Com cartão, sem cartão: as fragmentações como estratégia de controle do território pela Samarco (Vale-BHP)" no blog InDebate

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Este foi o primeiro texto divulgado pela nossa frente de ação referente ao desastre-crime, após 10 meses do início desta pesquisa, visto a necessidade de estabelecer-se

[37] Realizado por Raul e Marcos.
[38] Elaborado pelos alunos Letícia Pádua, Luan Viana, Catharina Titton, Jean Dia, Sophia Guarnieri e Maria Clara Moreira
[39] Texto completo nos arquivos anexos. Disponível em: <http://indebate.indisciplinar.com/2017/06/19/com-cartao-sem-cartao-as-fragmentacoes-como-estrategia-de-controle-do-territorio-pela-samarco-vale-bhp/>. Acesso em: 20/06/2018.
[40] O InDebate é um blog produzido pelos pesquisadores do próprio Grupo de Pesquisa Indisciplinar, vinculado ao CNPQ e sediado na Escola de Arquitetura da UFMG.

previamente um processo de aproximação com o território e os conceitos. Inclusive o debate acerca do conceito de "desterritorialização" surge deste processo de sistematização das ideias em escrita. Muitas das questões abordadas, como os impasses em torno do reassentamento de Gesteira e as fragmentações socioespaciais que permeiam Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima são fruto das experiências vinculadas a disciplina, bem como a outras vivências anteriores.

O intuito do texto foi explicitar os desdobramentos do rompimento sobre os atingidos que se revelam sobre a forma de fragmentações, ora como consequência da degradação ambiental provocada pelo rompimento em si, ora pela atuação empresarial e da Fundação Renova, como é o caso do cartão emergencial. A temática da concessão arbitrária do auxílio, embora tenha suscitado no contexto da marcha dos atingidos por barragens em novembro de 2016, é uma preocupação recorrente até hoje como aponta a Recomendação Conjunta Nº 10 de 26 de março de 2018 (MPF *et al*, 2018), tendo ocupado lugar central dentro deste processo cartográfico.

Posteriormente, publicamos[41] um outro texto-denúncia no blog InDebate, intitulado *Caso Rio Doce: propostas de reparação levam ao avanço neoliberal sobre a bacia*. Estes escritos tiveram como objetivo compreender como que as desterritorializações atingem as estruturas institucionais, a partir da deslegitimação do aparelho Estatal e da concomitante emergência do terceiro setor como saída viável para gestão dos processos de reparação do desastre-crime. Estas considerações partiram do trabalho iniciado na disciplina de sistematização das redes empresariais de controle territorial.

Para além do conteúdo específico e resultados isolados de cada uma das ações – disciplina, produção de texto, participação em seminários, reuniões e atos públicos -, é interessante pontuar a circularidade das ideias. Desse modo, as vivências em campo foram imprescindíveis a concepção do texto, que por sua vez serviu de referência aos trabalhos da disciplina, também despertou ideias e concepções teóricas abordadas nesta pesquisa de dissertação, e contribui com o debate e visibilização das questões levantadas nas experiências em campo.

[41] Em conjunto com o Raul Lemos dos Santos.

Esta dinâmica de retroalimentação das ações é agenciada pela articulação em rede, em que as informações são compartilhadas mutuamente e as idas ao território se tornaram possíveis graças ao suporte e receptividade do MAB. Neste processo, a nossa contribuição na rede se realizou a partir da publicação do texto, somando-se as denúncias que o MAB já vem realizando.

No mais, a ampliação do alcance do texto depende de sua repercussão, que foi propagada por canais de comunicação do MAB (*blog*, *Facebook® e grupo de WhatsApp®*), bem como por outras *fanpages* atuantes na divulgação de informação sobre o desastre-crime, como a página do Confluências e por portais de informação online à exemplo do *Outras palavras* (16/10/2016), o *Justificando* da Carta Capital (17/10/2016) e o Instituto Humanitas Unisinos (18/11/2017), que possuem um alcance nacional e ampla difusão no meio não acadêmico.

Figura 26– *Printscreen* de replicações dos texto-denúncias no *Facebook* ®

Fonte: Arquivo Pessoal

Por último, ressaltamos a importância desse modo de atuação coletivo e em rede para dissolução das fronteiras da Universidade, pois, desloca-se as redes de resistência para o ambiente acadêmico, bem como nos transpõem aos espaços de luta. É também com esse intuito que o grupo *Mobiliza Rio Doce* articulou diálogos com os atingidos nos espaços da Universidade Federal de Minas Gerais e se transpôs ao ato 1 minuto de Sirene em Mariana (MG), em 5 de dezembro, através da exposição *O desastre-crime na bacia*

do Rio Doce em conjunto com o coletivo *A Sirene*. Percorrermos estas iniciativas do Mobiliza Rio Doce adiante.

2.3 Transbordar a Universidade

Algumas iniciativas da Fundação Renova em institucionalizar parcerias com os grupos de pesquisa e instituições de ensino, à exemplo da criação de acordo de cooperação técnica[42] entre a Fundação Renova, a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), e a tentativa de parceria com as Universidades do Observatório Interinstitucional da Bacia do Rio Doce provocaram inquietações no grupo Mobiliza Rio Doce. Pois, havia o receio de que tais articulações institucionais refletissem numa certa insegurança dos atingidos em relação ao posicionamento dos pesquisadores que integram o *Mobiliza Rio Doce*.

Foi nessa circunstância que debatemos a necessidade de institucionalização do grupo. Ainda que situados dentro do programa Participa UFMG Mariana- Rio Doce, reconhecemos neste momento a importância de pautar o nosso posicionamento político frente à multiplicidade de perspectivas a que recorrem os grupos de pesquisa articulados ao programa extensionista.

Nesse sentido, realizamos o evento *Do luto à luta: Pensar a universidade a partir das resistências no Rio Doce*, com intuito de afirmar o nosso posicionamento político e promover uma discussão acerca das responsabilidades ético-políticas do fazer acadêmico, convocada a partir das seguintes questões: de que forma a universidade tem se inserido no contexto do desastre? Em que pontos as resistências construídas fazem repensar as atividades de pesquisa e extensão?

Buscamos possibilitar um encontro entre pesquisadores, movimentos e moradores de distintas localidades da bacia do Rio Doce. Os convidados foram Márcia Maria Lima de Almeida, atingida de Colatina (ES), organizada no MAB, integrante do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce; Nilton José dos Santos, pescador de Entre Rios, comunidade ribeirinha de Regência, em Linhares (ES), também organizado no MAB;

[42] Nota técnica nº 17/2017 da Câmera Técnica de Economia e Inovação.

Luciano de Souza Dias, morador da zona rural de Ipaba (MG) e organizado no MAB; Gislene Cardoso Pereira, moradora de Monsenhor Horta, e professora da antiga escola de Bento Rodrigues, em Mariana (MG). Na ausência de Luciano, que não pode comparecer devido à interrupção na rodovia que conecta Ipaba-MG a Ipatinga (MG), Débora Rosa, psicóloga da Assessoria Técnica dos atingidos de Mariana, coordenada pela Cáritas Brasileira aceitou o convite de compor a mesa.

Figura 27– Convite do evento e mesa dos atingidos

Fonte: Participa UFMG Mariana –Rio Doce

Compareceram pesquisadores de outros grupos de pesquisa da UMFG, de diferentes áreas do conhecimento e representantes de outras Universidades, que também expuseram preocupações em torno do assédio da Fundação Renova sobre as instituições de ensino. A partir das narrativas dos atingidos, emergiram reflexões em torno das resistências, das singularidades dos grupos sociais e da necessidade de convergência de ações acadêmicas e territoriais pela efetivação dos direitos frente ao desastre-crime da Samarco (Vale/ BHP Billiton). Sem dúvidas, estas histórias dão corpo a esta pesquisa de dissertação ao trazerem relatos que nos apontam a constituição de possíveis estratégias empresariais e, sobretudo, pelo aprendizado político que os relatos sobre as resistências nos permitem.

Posteriormente, uma outra ação que o grupo fomentou foi a produção da exposição *O desastre-crime na bacia do Rio Doce* na Praça de Serviços da UFMG, localizada no campus Pampulha. A iniciativa partiu da Claudia Orduz com a professora

doutora Doralice Barros, a partir dos materiais produzidos nas disciplinas *Geografia Humana do Brasil* e *Geografia e Recursos Hídricos*, do curso de geografia, que trazem fragmentos da realidade de Mariana (MG) e Barra Longa (MG), onde realizaram pesquisa de campo, e a discussão sobre as barragens de rejeitos.

Ao se articularem ao grupo *Mobiliza Rio Doce*, a PROEX-UFMG, ao *coletivo a Sirene* e ao Cartografias do Rio Doce buscou-se ampliar o trabalho ao acionar leituras diversas que narram o desastre-crime, impressas em fotografias, diagramas, textos e mapas (ver Figura 28, 0 e Figura 30).

Figura 28 – Fotografias da exposição

Fonte: Indisciplinar

Figura 29 - Texto de Curadoria e Ficha Técnica

O DESASTRE-CRIME NA BACIA DO RIO DOCE:

dois anos de violações, incertezas e resistências

O rompimento da barragem de rejeitos minerários de Fundão, de propriedade da Samarco (Vale/ BHP Billiton), em cinco de novembro de 2015, deixou um rastro de destruição e morte ao longo da Bacia do Rio Doce. Povoados, cidades, paisagens, rios, flora, fauna e modos de vida foram e continuam sendo atingidos pela lama após dois anos. O maior desastre-crime envolvendo barragens de mineração do qual se tem notícias no Brasil e no mundo, chama a atenção não só pela complexidade e magnitude dos danos, mas também pelo empenho das empresas em controlar e adiar processos de reparação.

Em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos e de colapso social, essa exposição narra o sofrimento, as incertezas e as lutas das comunidades atingidas entre Minas Gerais e Espírito Santo. Composta por diferentes olhares, reúne trabalhos de alunos e grupos de pesquisa da UFMG, além de produções da equipe do Jornal A Sirene, importante voz de resistência em Mariana e Barra Longa.

O projeto Mobiliza Rio Doce, vinculado ao Programa Participa UFMG e à Pró-Reitoria de Extensão, contribui com informações e mapas sobre o desastre, além de apoio técnico e financeiro. O projeto de extensão Cartografias do Rio Doce, vinculado ao grupo de pesquisa Indisciplinar (UFMG) colabora com linhas do tempo temáticas que permitem visualizar os arranjos institucionais entre as empresas e o Estado Brasileiro e analisar espacialmente as mobilizações ao longo da bacia.

Cartazes produzidos e depoimentos coletados por alunos do curso de Geografia em trabalhos de campo nos municípios de Mariana e Barra Longa (MG), realizados nas disciplinas Geografia Humana do Brasil e Geografia e Recursos Hídricos, trazem fragmentos da realidade das localidades e a discussão sobre as barragens de rejeitos.

Fonte: Mobiliza Rio Doce

Figura 30 - Texto de Curadoria e Ficha Técnica

Em meio a esses trabalhos, imagens produzidas pelos alunos e pela equipe do Jornal A Sirene dimensionam o desastre em suas cores e formas.

Essa exposição só se tornou possível com o apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens, da Arquidiocese de Mariana, da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG e do Instituto de Geociências da UFMG. Agradecemos especialmente às atingidas e aos atingidos, pela acolhida e pelos ensinamentos de força e resistência.

A Universidade, enquanto instituição pública, deve visibilizar e denunciar processos sociais violentos/violadores, bem como valorizar manifestações engajadas junto a grupos vulnerabilizados. Nesse sentido, diante dos encaminhamentos perversos do desastre, utilizamos esse espaço para ecoar as inquietações coletivas. Que a exposição seja mais um instrumento de denúncia e força na luta por justiça!

idealização
Ananda Martins
Cláudia Orduz Rojas
Doralice Barros
Paula Guimarães

curadoria fotográfica
Ananda Martins
Daniela Félix
Larissa Helena

expografia
Raul Lemos
Paula Guimarães

apoio
Antônio Magalhães Júnior
Cláudia Mayorga
Rodrigo Lemos

realização

indisciplinar

PROEX
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

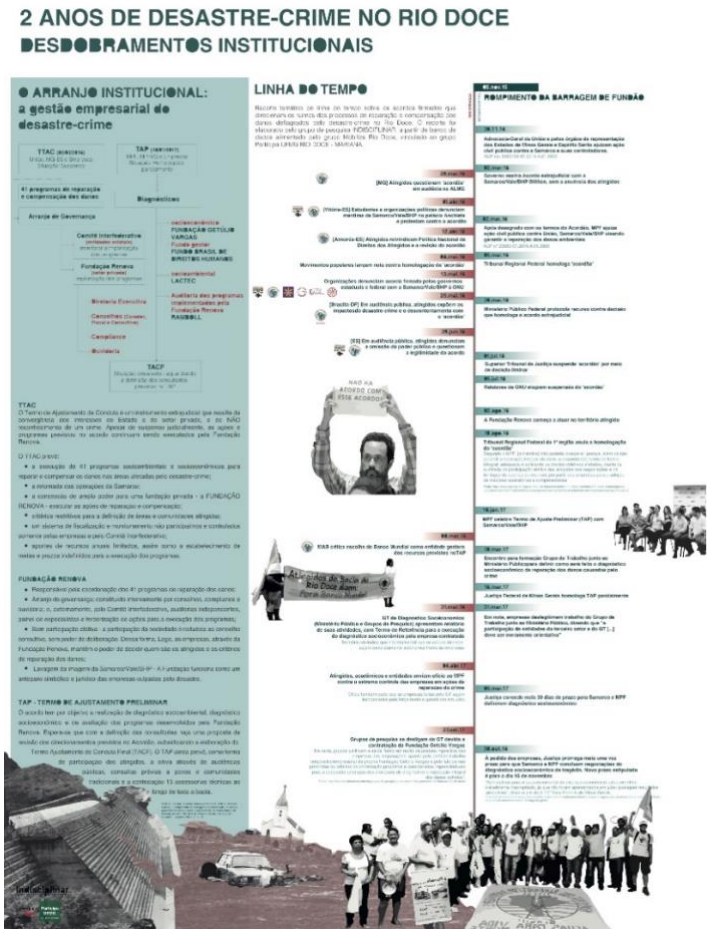
Participa UFMG
RIO DOCE - MARIANA

Fonte: Mobiliza Rio Doce

A abertura da exposição no auditório do Instituto de Geociências contou com a exibição do curta “Atingidas” produzido pelo coletivo a Sirene, seguida de uma conversa com o atingido de Mariana (MG) e colaborador do jornal A Sirene, Wélidas Monteiro, a então pró-reitora adjunta de extensão Claudia Mayorga e a pesquisadora Ananda Martins. Na oportunidade, ao percorremos a exposição, surgiu o convite de promover a itinerância da mesma, deslocando-a para Mariana, no dia 05 de dezembro de 2017, no ato 1 minuto de sirene, encontro mensal que relembra o dia 05 de novembro de 2015.

Assim, transportamos a exposição da Praça de Serviços da UFMG para o prédio do ICSA-UFOP, em Mariana-MG. Enquanto as pessoas foram chegando para o ato, iam rememorando a produção do jornal A Sirene e reconhecendo nas fotos os cenários a que lhes pertencem em meio ao que restou depois da invasão de lama. Enquanto isso, o banner contendo informações sobre os acordos (Figura 31), os retinham por algum tempo, atravessando o arranjo complexo a que lhes condicionam a uma posição de exterioridade nas decisões sobre o território.

Figura 31- Banner sobre os Desdobramentos Institucionais



Fonte: Indisciplinar e Mobiliza Rio Doce

Estes banners sobre os encaminhamentos institucionais embasaram-se nos dados coletados e organizados colaborativamente em linha do tempo com os pesquisadores do Mobiliza Rio Doce.

2.4 A linha do tempo como dispositivo articulador entre pesquisadores

A construção da linha do tempo é um processo que emergiu da necessidade de acompanhar os inúmeros desdobramentos judiciais, institucionais e de resistência que surgiram a partir do rompimento da barragem. Quantidade tão expressiva, que se desdobrou na compilação de mais 300 entradas/acontecimentos, até maio de 2017.

A alimentação do banco de dados foi realizada por meio do grupo de trabalho Mobiliza Rio Doce vinculado ao programa Participa UFMG Rio Doce-Mariana, vinculado a Pró-reitoria de Extensão (PROEX-UFMG). O grupo que participou ativamente na coleta e organização dos dados é constituído por mim, Ananda Martins, Cláudia Orduz, Letícia Barreto e Luana Carola.

A partir da vivência coletiva na marcha, os alunos da UFMG participantes constituíram uma rede de troca de relatos, materiais, eventos que permeiam o contexto do desastre-crime. Dado o interesse comum, a então pró-reitora adjunta de extensão Claudia Mayorga apresentou a proposta de construção de uma linha do tempo, atrelada a compilação de arquivos institucionais, técnicos, jurídicos e acadêmicos.

O desenvolvimento de uma linha do tempo em grupo confluiu com o trabalho que eu já tinha iniciado isoladamente, mas que ao somar esforços permitiu ampliar o leque de informações que poderiam ser contempladas. Esta potencialização se justifica tanto pelo aumento do número de pessoas para executar o trabalho mecânico de alimentação do banco, como também pela multiplicidade de interesses e perspectivas que se inserem neste processo a partir do trabalho em rede.

O referencial para início da linha foi a sistematização que já vinha elaborando para esta pesquisa de dissertação, a partir de uma metodologia construída pelo *Indisciplinar*, em outras frentes de ação do grupo. Esta forma de sistematização do banco de dados, tabulada em planilha *Excel* (Figura 32) compartilhada *online,* é prefigurada

pelos seguintes campos: data, descrição do evento, localidade, fonte, *links* da fonte, atores implicados na ação (agentes privados, públicos e não institucionais), categoria correspondente aos artefatos utilizados pelos atores, discurso (ou narrativas) e instrumentos jurídicos.

Figura 32 – *Printscreen* de Fragmento da planilha Excel do banco de dados da linha do tempo. As cores de cada linha da tabela correspondem às categorias adotadas que serão detalhadas a seguir

Tempo	Evento	Descrição	Fonte	Link	Local	Categoria	Atores Privados
05/11/2015	ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO (VALE-BHP) em FUNDÃO, MARIANA - MG						
09/11/2015	A SEMAD (MG) embarga atividades da Samarco/Vale/BHP	A Samarco/Vale/BHP não poderá operar a mina até que repare todos os danos causados pelo rompimento das barragens. Durante o período de embargo, a Samarco só poderá fazer ações emergenciais, que minimizem o impacto do rompimento e previna novos danos. Fonte: http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/secretaria-embargou-atividades-da-samarco-em-mariana-apos.html (9/11/2015)	G1	http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/secretaria-embargou-atividades-da-samarco-em-mariana-apos.html	Mariana - MG	SANÇÕES	
6/11/2015	Promotoria de Justiça de Mariana instaura os primeiros inquéritos civis para a defesa dos direitos dos atingidos	Fonte: Livro dos atingidos MPMG (10/2016)	MPMG	Livro dos Atingidos MPMG	Mariana - MG	INVESTIGAÇÕES	
08/11/2015	Promotoria de Justiça de Mariana faz recomendação à Samarco/Vale/BHP demandando providências concretas da empresa	Dentre as providências são exigidos: o cadastramento dos atingidos, fornecimento de renda mensal àqueles que perderam renda e de moradia adequada aos atingidos. Fonte: Livro dos atingidos MPMG (10/2016)	MPMG	Livro dos Atingidos MPMG	Mariana - MG	SANÇÕES	
09/11/2015	IEMA aplica multa de meio milhão a Samarco/Vale/BHP	O Instituto Estadual do Meio Ambiente e recursos Hídricos (IEMA) multou a Samarco/Vale/BHP em um valor total de R$ 450 mil por descumprimento a dois itens da intimação feita no dia 9 de novembro. A empresa também recebeu uma punição diária de R$ 50 mil por não prevenir suficientemente o impacto da lama de rejeito proveniente do rompimento da barragem em Mariana, Minas Gerais. Por conta disso, foram emitidas uma multa de R$ 150 mil e outra de R$ 300 mil.	Gazeta Online	http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2015/11/noticias/cidades/3916025-iema-multa-samarco-em-meio-milhao-de-reais.html	Espírito Santo	SANÇÕES	
9/11/2015	Assembleia cria comissão para fiscalizar impactos do desastre ambiental no Rio Doce	O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Theodorico Ferraço (DEM), criou uma comissão de representação para analisar, acompanhar e buscar alternativas para o desastre. Os deputados vão acompanhar os impactos do crime para os municípios capixabas. Como se trata de assunto que envolve outro Estado, a comissão poderá funcionar por 10 sessões.	Século Diário	http://seculodiario.com.br/25765/8/assembleia-cria-comissao-para-fiscalizar-acoes-no-desastre-no-rio-doce	Espírito Santo	INVESTIGAÇÕES	
10/11/2015	Moody's rebaixa ratings da Samarco/Vale/BHP para grau especulativo	Em razão do rompimento da barragem, a agência de classificação de risco Moody's rebaixou alguns dos ratings da Samarco mantendo a nota da empresa em escala global em revisão para um possível novo rebaixamento. As notas de títulos foram revisadas de "Baa3" para "Ba1", um degrau abaixo do chamado grau de investimento, espécie de selo de bom pagador de dívida. Com isso, a empresa passa a ser considerada um investimento especulativo pela Moody's.	G1	http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/11/moodys-tira-grau-de-investimento-da-samarco.html	Mundo	OUTROS ACONTECIMENTOS E INFORMAÇÕES	Moody's
10/11/2015	Tribunal de Justiça determina bloqueio de 300 milhões de reais em conta da Samarco/Vale/BHP	Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) em atendimento à Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) determina bloqueio de 300 milhões de reais em conta da empresa Samarco para indenização de famílias desalojadas	G1	http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/justica-determina-bloqueio-de-r-300-milhoes-na-conta-da-samarco.html	Mariana - MG	OUTROS ACONTECIMENTOS E INFORMAÇÕES	
11/11/2015	Ibama apresenta lista de motivos de multas aplicadas à Samarco/Vale/BHP	De acordo com o instituto, a empresa foi "autuada por causar poluição hídrica, tornar áreas urbanas impróprias para ocupação humana; causar interrupção do abastecimento público de água; lançar resíduos em desacordo com as exigências legais; e provocar a mortandade de animais e a perda da biodiversidade ao longo do Rio Doce, resultando em risco à saúde humana".	G1	http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/ibama-lista-motivos-de-multas-de-r-250-milhoes-samarco.html	Mariana - MG	SANÇÕES	
11-15/11/2015	Cidade dribla falta de água após lama	Moradores de Baixo Guandu trabalham na construção de sistema provisório de captação no rio Guandu. Finalizado e testado no dia 16, um dia antes da chegada da lama ao município. Afluente do Doce, o manancial também passa pela cidade, mas não era utilizado para fins de abastecimento. Fonte: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/22/entenda-como-baixo-guandu-es-conseguiu-dribiar-a-falta-de-agua-apos-lama.htm (22/11/2015)	Folha - UOL	http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/22/entenda-como-baixo-guandu-es-conseguiu-dribiar-a-falta-de-agua-apos-lama.htm	Baixo Guandu - ES	MOBILIZAÇÕES	
12/11/2015	Pauta de reivindicações das comunidades atingidas é entregue à Dilma Rousseff, Fernando Pimental e Duarte Jr	A integrante da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Alex Sandra Maranho, e o arcebispo de Mariana (MG), Dom Geraldo Lyrio Rocha, encontraram-se com a presidenta Dilma Rousseff e entregaram à presidenta uma pauta de reivindicações das comunidades atingidas pelo rompimento das duas barragens da Samarco/Vale/BHP. O documento reivindica que as negociações sejam feitas coletivamente.	MAB	http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-e-arquidiocese-apresentam-pauta-reivindica-dilma	Belo Horizonte - MG	MOBILIZAÇÕES	
12/11/2015	Ferrovia é bloqueada em ato da prefeitura	A Estrada de Ferro Vitória a Minas foi bloqueada a mando da prefeitura local. O protesto deve ocorrer até que o presidente da Vale se reúna com o prefeito Neto Barros e apresente soluções para conter os danos causados pela onda de lama que se aproxima do Espírito Santo. O prefeito apresentou laudos que apontam a toxidade dos dejetos da barragem rompida e exige que a empresa controle os danos causados pela onda de lama.	G1	http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/11/ferrovia-da-vale-e-bloqueada-em-ato-da-prefeitura-de-baixo-guandu.html	Baixo Gandu - ES	MOBILIZAÇÕES	
17/11/2015	Inquérito é aberto pela Polícia Federal para apurar crime ambiental	A Polícia Federal (PF) instaurou inquérito para apurar se o rompimento da barragem de Fundão foi crime ambiental. O requerimento, feito no dia 12, pede que órgãos como a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), o Conselho de Política Ambiental (Copam) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) sejam investigados, além da Samarco/Vale/BHP. Fonte: http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/policia-federal-abre-inquerito-para-apurar-crime-ambiental-em-mariana.html (17/11/2015)	G1	http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/policia-federal-abre-inquerito-para-apurar-crime-ambiental-em-mariana.html		INVESTIGAÇÕES	Samarco/Vale/BHP
13/11/2015	[Governador Valadares - MG] Carregamento de água da Samarco/Vale/BHP enviado ao município possui alto teor de querosene	A prefeitura de Governador Valadares, cidade que sofreu com falta de água após a tragédia, informou, após análise realizada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), que o primeiro carregamento de aproximadamente 300 mil litros de água captado em Ipatinga e colocado em vagões de trem da mineradora não serve para consumo e não poderá ser distribuída à população por causa do alto teor de querosene. Fonte: http://www.otempo.com.br/cidades/primeiro-carregamento-de-%C3%A1gua-chega-com-querosene-em-valadares-1.1167943 (13/11/2015)	O Tempo	http://www.otempo.com.br/cidades/primeiro-carregamento-de-%C3%A1gua-chega-com-querosene-em-valadares-1.1167943	Governador Valadares	DENÚNCIA	

Fonte: Banco de dados alimentado pelo grupo Participa UFMG

Além de uma proposta de sistematização de dados que se contrapõe à desinformação praticada pelas empresas, o processo de construção da linha do tempo é também um exercício de acompanhamento processual dos desdobramentos e, um movimento de articulação entre pesquisadores. Na medida em que, se faz necessária a definição de recortes, conscientes das visibilidades e invisibilidades que promovem, se alinha os posicionamentos.

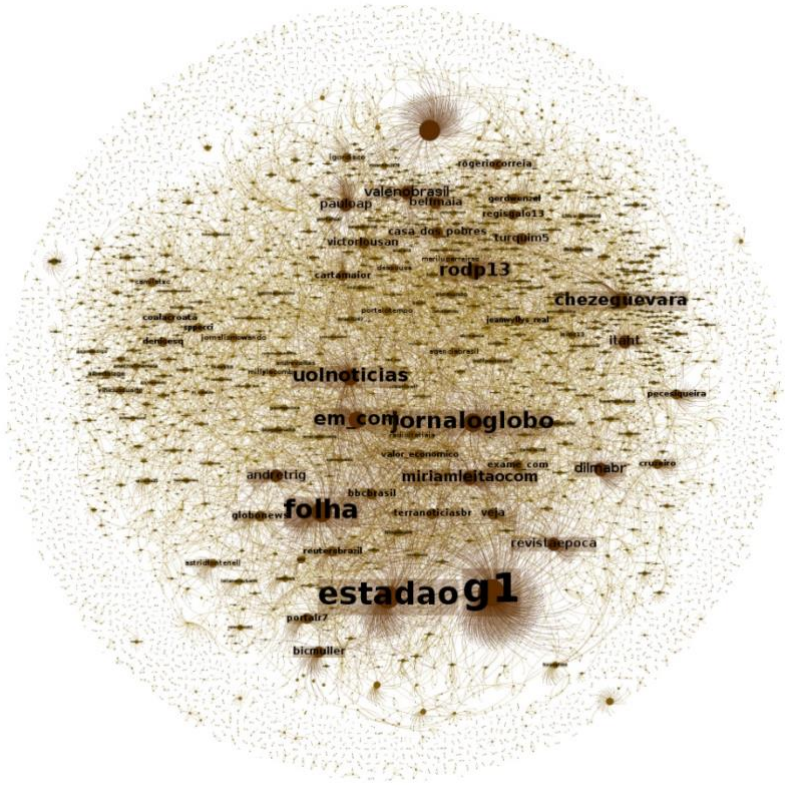
As escolhas assumidas respondem as seguintes perguntas: Quais são as informações que queremos contemplar? Onde coletá-las? Como trabalhar estas informações?

O recorte temporal contempla os acontecimentos a partir do dia 05 de novembro de 2015, até maio de 2017. No entanto, pretende-se manter a atualização do banco de dados até os dias atuais e processualmente. O ingresso de um novo bolsista de graduação no projeto *Cartografias Emergentes* em agosto de 2017, possibilitou a atualização específica sobre algumas temáticas a que se debruçou ligada aos encaminhamentos institucionais. O recorte territorial abarca desde informações que incidem sobre a bacia do Rio Doce, como os acordos e decisões judiciais, até ocorrências que permeiam apenas uma localidade específica. Escapa a este recorte, os acontecimentos individuais, focalizando nos processos coletivos.

Quanto as fontes de informação, as principais acessadas foram jornais de grande circulação nacional (G1 e Folha de São Paulo), imprensa local (Século Diário e o Tempo), sites de instituições e de movimentos sociais (MAB e Jornal a Sirene), além de documentos, livros e relatórios institucionais (Deliberações do Comitê Interfederativo, Notas técnicas emitidas por órgãos ambientais, Relatório Institucional do MPMG). Justifica-se o uso dos grandes canais de informação como G1 e Folha de São Paulo, mesmo cientes que em geral corroboram para desresponsabilizarão das empresas, tendo em vista o alcance de informações e pessoas que contemplam como demonstra a topologia de rede elaborada pelo Labic-UFES (2016) (Figura 33).

Obviamente, integrá-las, assim como todas as outras fontes, exige o trabalho de filtragem crítica das informações, confrontada a partir de nossa atuação territorial. Isto significa, que esta linha do tempo não se pretende neutra, mas socialmente comprometida.

Figura 33- Rede de conversas no Twitter® sobre o rompimento da barragem da Samarco (Vale-BHP) em dezembro/2015. Desponta nesse gráfico o alcance do G1, Folha de São Paulo e Estadão.



Fonte: Fabio Malini (Labic-UFES)

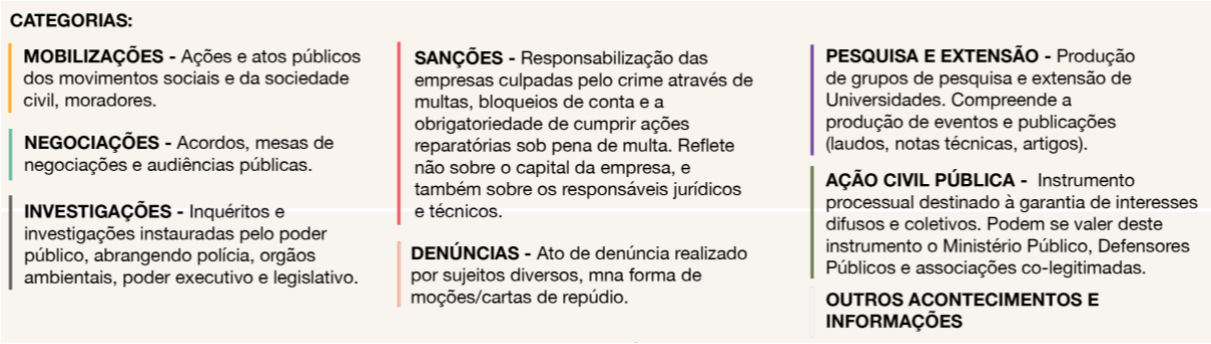
Um segundo esforço coletivo foi de viabilizar uma leitura analítica e interessada dos fatos. Por isso, este empenho é subdividido em dois: de escrita e de elaboração de categorias analíticas. O primeiro esforço foi evidenciar os sujeitos (ou atores) ativos na informação a ser transmitida. Esta decisão, se contrapõe a versão dos grandes veículos de imprensa que omitem os atores, muitas vezes encobrindo a responsabilidade das três empresas Samarco, Vale e BHP Billiton. Também se coloca como preocupação identificar as três empresas culpadas, evitando fazer referência somente a Samarco, que oculta a imagem das suas controladoras Vale e BHP Billiton e, portanto, corresponsáveis pelo crime. Ainda em relação a escrita, recusamos as denominações "tragédia", "evento" e "acidente" e privilegiamos o uso de "desastre-crime", "crime" ou somente "desastre", porque incorporam a noção de intencionalidade do rompimento da barragem.

O empenho seguinte, concernente a criação de categorias, para compreender os instrumentos e artefatos mobilizados, evidenciando os atores não humanos, a partir do reconhecimento da influência dos objetos na realidade (LATOUR, 2012). Este processo

de categorização embora pareça simples, não se encaminha sem dissensos, essenciais para a construção de um posicionamento de grupo e elaboração de um trabalho cuidadoso.

À priori, as categorias estão subdividas da seguinte forma (ver Figura 34): **mobilizações,** que abrange os atos públicos e assembléias organizadas por movimentos sociais e moradores das localidades atingidas; **negociações,** que incorpora os Acordos, Termos de Transação e Ajustamento de Conduta e mesas de negociação; **investigações,** que decorrem de inquéritos policiais, civis (conduzidos pelo Ministério Público) e parlamentares (realizados por deputados e senadores por meio da abertura de CPIs); **sanções** efetivadas por meio de multas, decisões judiciais que implicam a responsabilização das empresas, muitas delas são um desdobramento de outras ações; **denúncias** realizadas através de moções, cartas de repúdio ou se efetivam nas audiências públicas; **pesquisa e extensão,** que abarca os eventos, publicações acadêmicas, livros, laudos e notas técnicas; **ação civil pública**, instrumento processual destinado à garantia de interesses difusos e coletivos, utilizados pelo Ministério Público, Defensorias Públicas e associações co-legitimadas e por fim, a última categoria é **contexto ou outras informações e acontecimentos** abarcando informações em que os artefatos não são bem definidos.

Figura 34 – Quadro explicativo sobre as categorias adotadas na Linha do Tempo



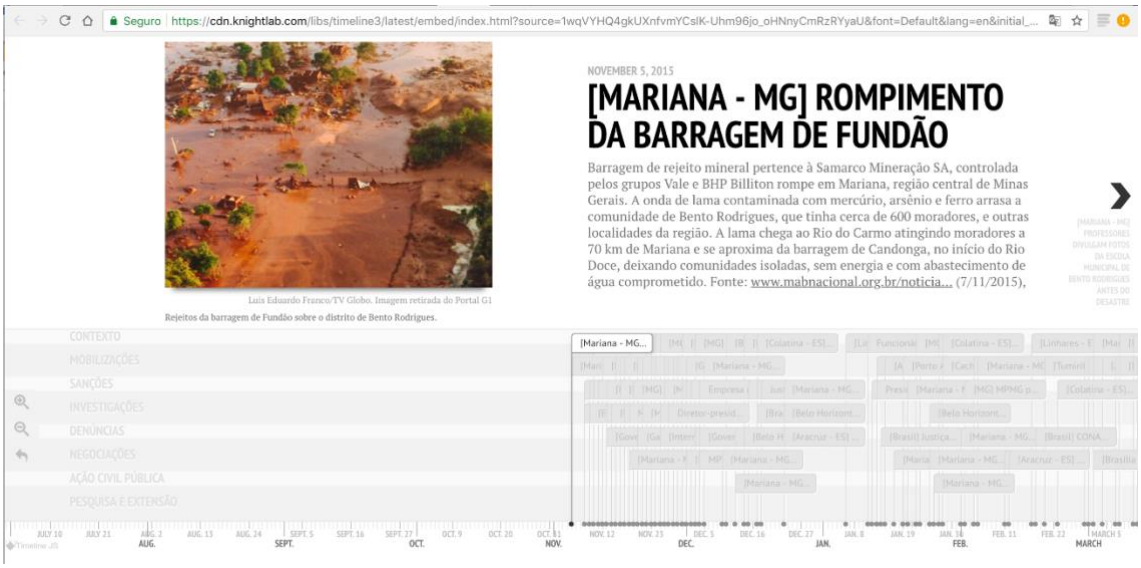
Fonte: Participa UFMG (PROEX-UFMG)

É interessante observar que as categorias se atravessam e se desdobram em outras. Por exemplo, as **mobilizações,** muitas vezes, são precursoras de **sanções,** da abertura de processos de **negociação** e/ou da oitiva parlamentar, que abre espaço para **denúncias** e por sua vez, pode encaminhar a abertura **investigações** parlamentares. Neste sentido, o

maior desafio é traçar esses tangenciamentos entre as ações através de uma formatação gráfica, que permita uma leitura crítica e ativa acerca dos desdobramentos do desastre-crime.

Por isso, a última preocupação se refere as formas de disponibilizar este trabalho. À principio, os dados foram publicados da plataforma *Knight lab* de desenvolvimento de linha do tempo online, gerada automaticamente43 (Figura 35). Embora permita organizar as entradas em categorias, a plataforma não oferece subsídios para realizar conexões entre elas e assim acompanhar os desdobramentos. Outro problema resulta da impossibilidade de promover uma leitura panorâmica, pois a entradas são visualizadas individualmente, condicionando a uma leitura hermética.

Figura 35 – *Printscreen* da linha do tempo gerada na plataforma Knight lab



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Considerando estes entraves, propusemos na F.A. *Cartografias do Rio Doce* um modelo de diagramação e sistematização dos dados, baseada na Linha do Tempo Transescalar de Sevilla também desenvolvida no Indisciplinar[44]. A proposta (Figura 36)

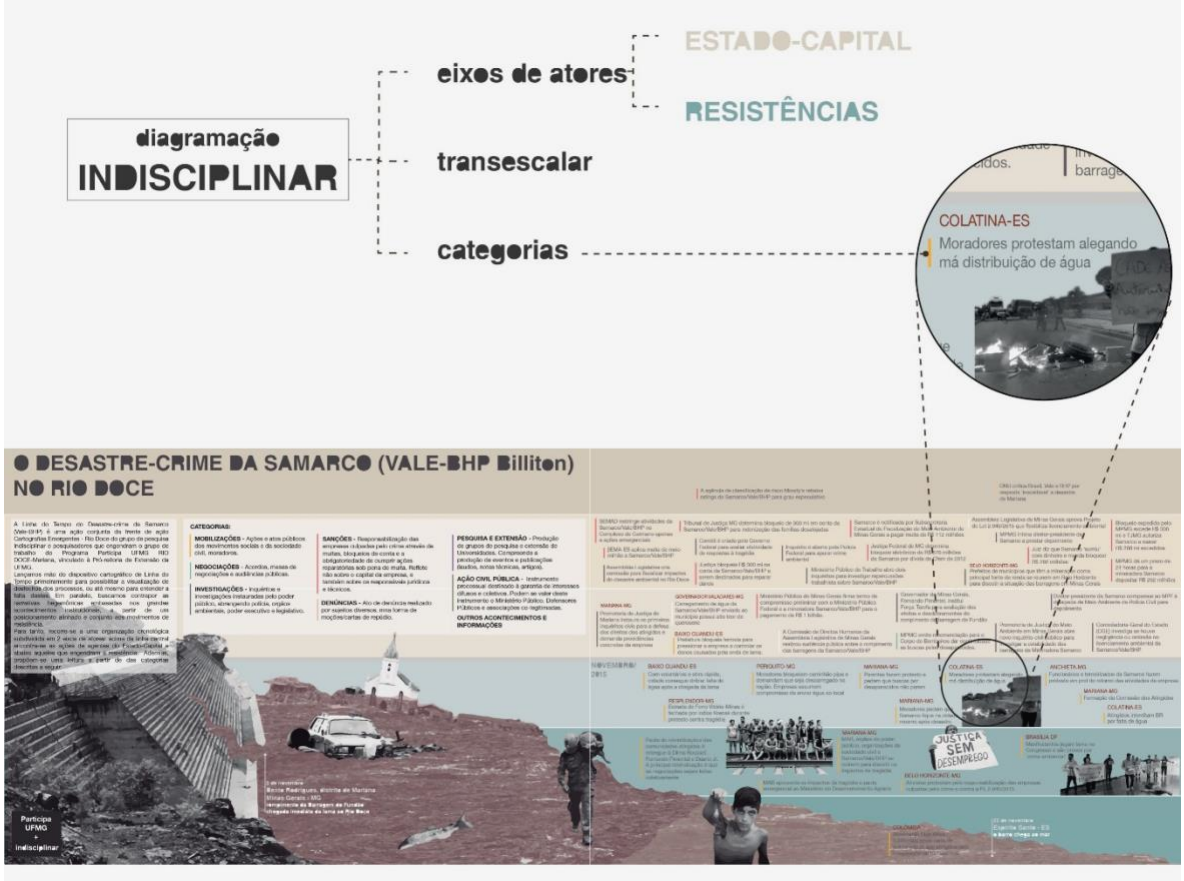
43 Disponível em: < https://cdn.knightlab.com/libs/timeline3/latest/embed/index.html?source=1wqVYHQ4gkUXnfvmYCslK-Uhm96jo_oHNnyCmRzRYyaU&font=Default&lang=en&initial_zoom=2&height=650 >. Acesso em: 20/06/2018

44 Linha do Tempo Transescalar de Sevilla, que integra a pesquisa de pós-doutorado *Urbanismo Neoliberal, Produção do Comum e Novo Municipalismo Espanhol* da professora Natacha Rena, líder do grupo de pesquisa Indisciplinar**.** Disponível em: http://docposdoc.indisciplinar.com/

elaborada no programa *Adobe Indesign* está estruturada em dois eixos de atores, o das **resistências**, em azul e localizado na parte inferior do material e o do **Estado-Capital** (referente às práticas institucionais) em tons terrosos e na parte superior. Somado a isto, propomos uma subdivisão destes dois eixos em três escalas de abrangência, respectivamente (em tons crescentes do centro para a margem na direção vertical): Local, Brasil e Mundo.

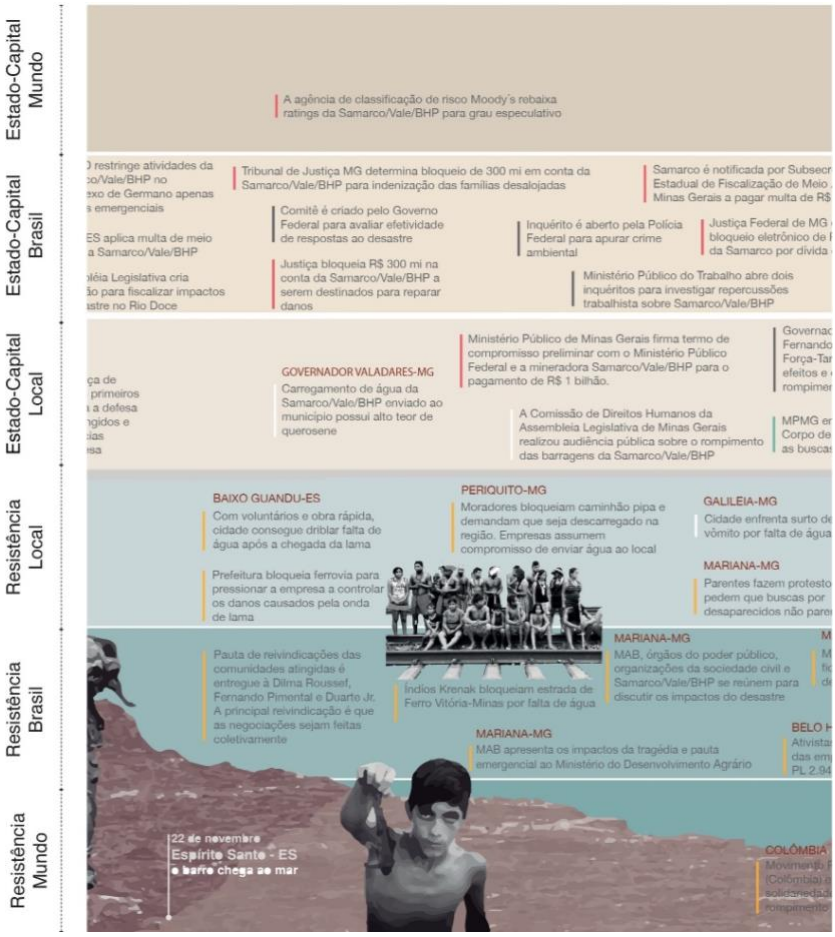
Por fim, o material gráfico também identifica as categorias pela cor na barra lateral que acompanha cada entrada, adotando cores equivalentes àquelas utilizadas na planilha do *Excel*.

Figura 36– Proposta de diagramação



Fonte: Indisciplinar com base dados do Participa UFMG Rio Doce / Mariana

Figura 37– Proposta de diagramação transescalar



Fonte: Indisciplinar com base dados do Participa UFMG Rio Doce / Mariana

Uma outra possibilidade de leitura e talvez a mais explorada são os recortes temáticos, também delineados pela frente de ação Cartografias frente ao desastre-crime no Rio Doce. Estes recortes são realizados a partir da seleção de acontecimentos por eixo temático que vão sendo solicitados ao longo do percurso, assim realizamos uma análise sobre os processos de negociação que compôs o banner sobre os acordos na exposição *O desastre-crime na bacia do Rio Doce*.

Aqui nesta dissertação também recorremos aos fragmentos da linha do tempo para demonstrar o conjunto de ações adotas pelas empresas pautadas em atrasos no cumprimento de medidas e protelamentos de prazos que inviabilizam o retorno das operações da Samarco. Com isso, busca-se contrapor a narrativa que atribui aos atingidos a responsabilidade pela demora do retorno da Samarco, quando na verdade a própria Samarco e suas acionárias são responsáveis.

De modo complementar, os recortes temáticos da linha do tempo compõem a narrativa Cartográfica sistematizada na Plataforma Cartografias do Rio Doce (em fase de finalização da base). A narrativa cartográfica é um dispositivo que visa articular texto, linha do tempo, diagramas a fim de possibilitar uma leitura sistêmica sobre os principais desdobramentos do desastre-crime: encaminhamentos institucionais, multas, sanções, mobilizações e, também, a repercussão de nossas ações.

Adicionalmente, a interatividade de um site permite expor as entradas num formato resumido e havendo a intenção de examinar o fato, há a possibilidade de acessar a informação expandida. Também em cada entrada é possível o direcionamento às suas fontes e documentos oficiais e acadêmicos na íntegra.

Figura 38 – Plataforma Cartografias do Rio Doce (em desenvolvimento)

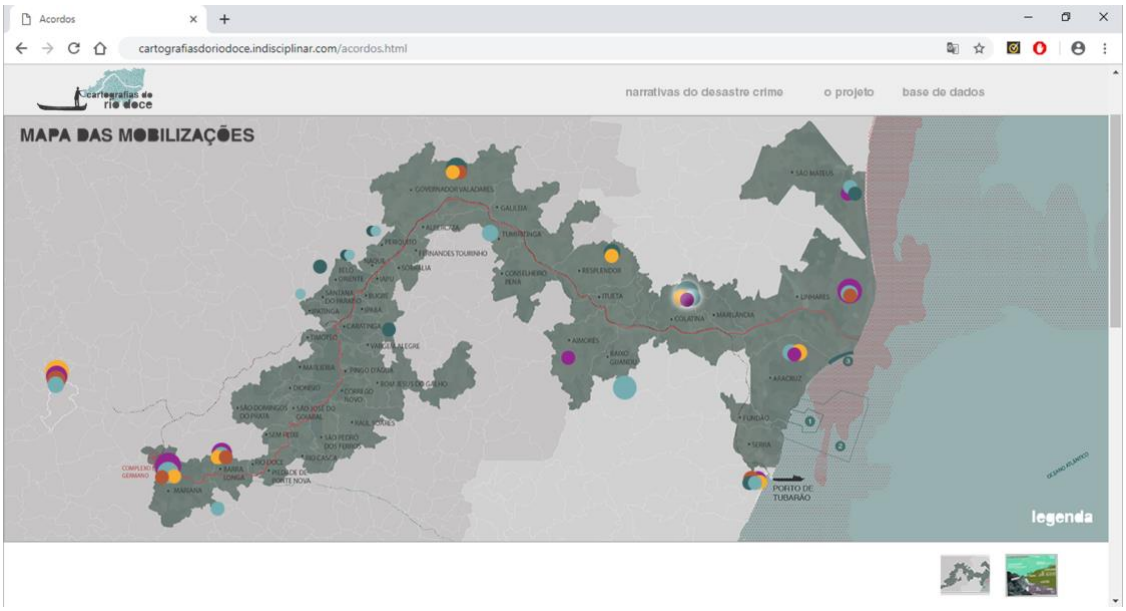
Fonte: Frente de Ação Cartografias do Rio Doce com banco de dados do Participa UFMG Rio Doce / Mariana

A intenção é que a partir da criação da base, a plataforma se abra a contribuições externas de convidados e parceiros, a fim de ampliar a disseminação de informação, incorporando outras análises que alcancem temáticas e especificidades locais, que escapam a nossa área de atuação.

Estas produções – linha do tempo, exposição, diagramas - atravessam e são perpassadas pelas elaborações teóricas e vivências no território que compõem esta pesquisa e muitas vezes emergiram das trocas estabelecidas nas disciplinas. Com efeito,

a potência deste trabalho reside justamente na conexão entre estas diferentes dimensões da atuação na Universidade.

Figura 39Home da Plataforma: Mapa Interativo das Mobilizações

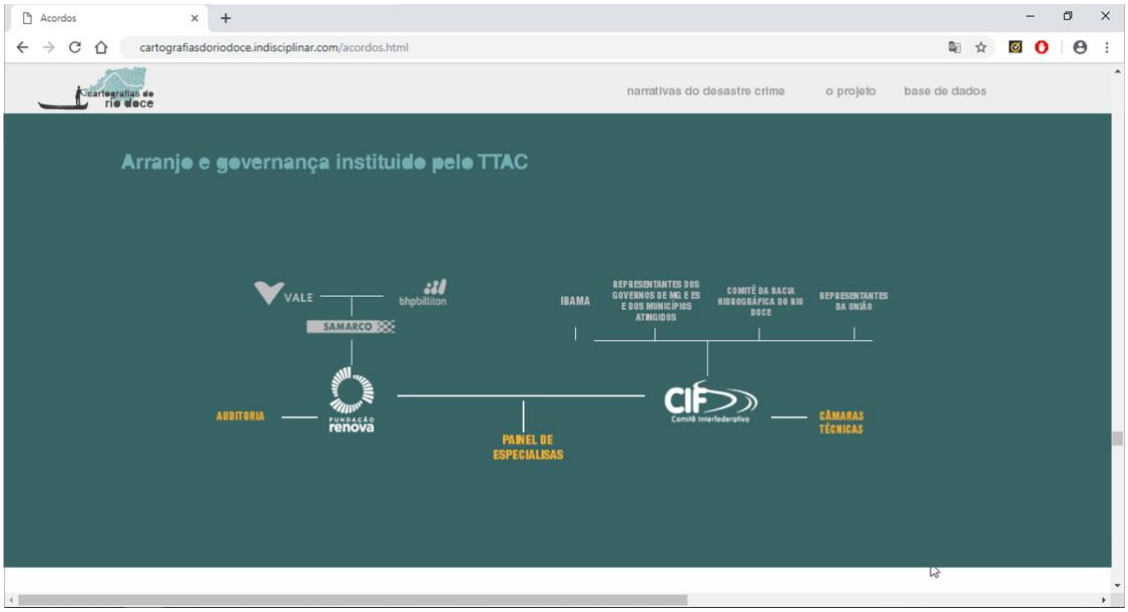


Fonte: Frente de Ação Cartografias do Rio Doce

Figura 40– Narrativa Cartográfica sobre os acordos firmados

Fonte: Frente de Ação Cartografias do Rio Doce

Figura 41– Diagramas relativo ao arranjo de governança



Fonte: Frente de Ação Cartografias do Rio Doce

Figura 42– Diagramas relativo à composição interna da Fundação Renova

Fonte: Frente de Ação Cartografias do Rio Doce

Assim, no eixo seguinte *DES-RETERRITORIALIZAÇÕES* E CONTROLE TERRITORIAL FRENTE AO DESASTRE-CRIME DA SAMARCO, VALE, BHP BILLITON, no qual sistematizamos as principais práticas empresariais, exploramos os dispositivos cartográficos para visibilizar as principais estratégias de controle territorial. Porquanto, também tal sistematização de dados associada às vivências no território, nos permitiram um acompanhamento continuado dos encaminhamentos, bem como nos solicitou novas teorias para dar conta das questões emergentes.

PARTE II - *DES-RETERRITORIALIZAÇÕES* E CONTROLE TERRITORIAL FRENTE AO DESASTRE-CRIME DA SAMARCO (VALE-BHP BILLITON)

Nas linhas introdutórias deste trabalho, contextualizamos, a partir das ideias de Haesbaert (2004) e Deleuze e Guatarri (1972;1995), que a desterritorialização se traduz no abandono do território, através do acionamento das "linhas de fuga". Em que, no sentido deleuze-guattariano, fugir refere-se à saída do estabelecido, isto é, ao movimento de ruptura com o que está posto. Concomitantemente a esta dinâmica, opera-se o movimento de reterritorialização, entendido como a construção de um novo território. Nessas linhas, tal dinâmica pode ser compreendida através do *continuum* "territorialização-desterritorialização-reterritorialização" (TDR), abreviado na designação *des-reterritorialização* (HAESBAERT, 2004).

Utilizamos esta teoria para assimilar os múltiplos processos de *des-reterritorialização* que perfazem o contexto do desastre-crime e permitem às empresas, articuladas em rede com múltiplos atores, decidir sobre os processos de reparação e, assim determinar os rumos do território atingido, impondo novos códigos e lógicas.

Observa-se que no contexto em questão, tal controle empresarial se concretiza a partir de sucessivas *des-reterritorializações*: as *des-reterritorializações* propriamente ditas, referentes ao processo de deslocamento compulsório e precarização territorial, e a consequente alocação dos deslocados direcionada pelas corporações; e as *des-reterritorializações* institucionais relativas às articulações institucionais agenciadas pela Samarco, Vale e BHP Billiton, que as resguardam das punições cabíveis em via judicial e as conferem lugar de central na definição dos procedimentos de reparação, deslocando os atingidos dos espaços decisórios.

Assim, este eixo se organiza em dois capítulos: inicia-se com os encaminhamentos e *des-reterritorializações* institucionais, em seguida, percorreremos a *des-reterritorializações* do contexto geográfico, que seguem articuladas à produção de narrativas e ao controle biopolítico.

CAPÍTULO III – *DES-RETERRITORIALIZAÇÕES* INSTITUCIONAIS

De partida neste capítulo, situamos que a ideia de desterritorialização que buscamos, em convergência com Haesbaert (2004), difere-se do discurso que enfatiza o desaparecimento das fronteiras nacionais, negligenciando o papel do Estado-nação nas dinâmicas atuais de acumulação de capital. Tais perspectivas partem da ideia do protagonismo da escala local e urbana diretamente interligada ao nível global, em detrimento da dissolução da escala nacional. Alinhada com tal perspectiva, Ana Fani Carlos (2007, p. 28) entende que o Estado "mundializado" e enfraquecido se reduz a mediador do mercado mundial. Para a autora,

> o que se questiona hoje é a existência de um Estado-Nação que não tem mais sentido pois os espaços das nações tendem a explodir. Para Lefebvre a realidade do mundo moderno se estabelece como globalidade, o estado moderno generaliza-se, mundializa-se enquanto sistema de Estados. (CARLOS 2007, p. 28)

A crítica de Haesbaert se direciona às diferenciações geográficas e como a globalização afeta desigualmente diferentes atividades estatais. Sem discordar do autor, arrematamos essa recusa ao enfraquecimento estatal trazendo duas considerações: (i) o papel imprescindível do Estado no sistema neoliberal e (ii) diferentes graus de imbricação entre as políticas de governo com a normativa neoliberal.

(i) A primeira é que em tempos de avanço neoliberal, embora se alimente o discurso de deslegitimação do Estado enquanto modelo de administração, Dardot e Laval (2016) ressaltam que o sistema neoliberal não o torna dispensável, pelo contrário, suscita-se de um Estado de direito, forte na criação de condições propícias ao funcionamento do mercado, pautado em primeira medida pela garantia do direito de propriedade. Nessa linha, para esses pensadores e para Harvey (2014, p.12) o papel do Estado é a sustentação de um marco institucional fundamentado por direitos de propriedade privada, assegurador de mercados livres e da liberdade de comércio.

Na esteira desses autores e em afirmação a escala nacional, o economista Felipe Magalhães (2015, p. 67) considera que:

> reitera-se o papel do Estado-nação como um ente dotado de fortes capacidades e instituições cujo impacto sobre o espaço e o território são muito significativos (através da macroeconomia, por exemplo), e aborda-se a globalização como resultado da interação entre Estados-nação, como fica claro neste início de século a partir do protagonismo chinês na reprodução capitalista em larga escala e seu impacto geo-econômico a partir da criação de fortes

entrelaçamentos em cadeias globalmente organizadas, mas altamente influenciadas por um núcleo de comando constituído no Estado-nação chinês.

(ii) No segundo apontamento, destacamos que a negação do estado-nacional além de obscurecer o seu importante papel de controle sobre as estruturas e dispositivos jurídico-institucionais, suprime as múltiplas performances estatais e os diferentes níveis de aproximação dos governos com as políticas neoliberais. Estas diferenças são perceptíveis nas políticas de desenvolvimento, adotadas pelos governos latino americanos em relação ao modelo de regulação neoliberal durante os anos 2000, assumindo duas faces: as que seguem uma matriz política conservadora em relação ao marco do neoliberalismo, pautada na redução dos impostos e flexibilização das regulamentações ambientais; e as que assumem uma política econômica de cunho nacionalista, com apelo retórico industrialista e emancipatório fundados na soberania nacional a exemplo dos governos de Hugo Chávez (Venezuela, 1998), Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil, 2003), Evo Morales (Bolívia, 2005) e Rafael Correa (Equador, 2006). Estes governos, apesar de abrirem espaço para o neoliberalismo, atuavam macroeconomicamente em sentido oposto, privilegiando políticas de integração latino-americana e com países periféricos, sinalizadas pela expansão do Mercado Comum do Sul (Mercosul), pela formação do BRICs. Com efeito, a emergência destes governos é considerada por José Luiz Fiori (2011) um "giro político a esquerda", interno ao neoliberalismo.

De forma igualmente complexa, identificamos no contexto do pós-rompimento da barragem da Samarco (Vale-BHP), um desempenho estatal que visa operacionalizar o domínio empresarial sobre o processo de reparação e também a desresponsabilização penal das empresas culpadas pelo desastre-crime. Assim como também há ações no âmbito do Ministério Público e da Defensoria Pública, que operam pelo reconhecimento de direitos dos atingidos.

Visto isso, o Estado e suas formas de governo não são únicas, deslocá-los do campo das controvérsias tende a beneficiar os interesses do capital global, que se reforça com o avanço das privatizações e de políticas de desregulação e de desaparelhamento das instituições estatais.

Mediante o exposto, a despeito de uma perspectiva essencializada sobre a supressão do Estado, buscamos identificar como a *des-reterritorialização institucional*, as reformulações impostas pelo sistema neoliberal sobre as articulações institucionais para além do Estado, destacando a importância das organizações supranacionais e a emergência do terceiro setor, visando a canalização da agenda pública e a subsunção do território aos interesses empresariais e às grandes corporações transnacionais.

Assim, entendemos que o desastre-crime é resultado de uma política neoliberal de produção do espaço, que abarca o domínio transnacional sobre o uso dos recursos estratégicos, e persegue a mesma lógica no processo de reparação sob uma gestão empresarial. É sobre esta afirmação que pretendemos nos estender neste capítulo, ressaltando quais são os dispositivos e atores que permitem o controle das empresas transnacionais sobre o território no desastre-crime.

A seguir, elucidaremos o contexto político-econômico que ensejou o rompimento da Barragem de Fundão, a partir dos apontamentos acerca do modo de funcionamento da indústria extrativa mineral (IEM) que se estrutura em políticas neoliberais (ARAOZ 2016; SVAMPA, 2012 e COELHO *et al*, 2016).

Posto isso, entraremos nos encaminhamentos institucionais adotados frente ao desastre-crime, a partir de leituras de documentos institucionais (MPF, 2016; MPF e MPMG, 2018; MPF *et al*, 2018), sobretudo o *Termo de Ajustamento de Conduta* (UNIÃO et al, 2016) que embasa o arranjo organizativo vigente, responsável pela implementação dos procedimentos em resposta ao rompimento das estruturas da Samarco. Também recorreremos às discussões endossadas por (ORDUZ e PEREIRA, 2017; MILANEZ, PINTO, 2016) e nas ideias compiladas por (MILANEZ e LOSEKANN, 2016).

3.1 *Des-reterritorializações* prévias ao rompimento da barragem da Samarco, Vale, BHP em Mariana

> O crime de Mariana, cometido pela Samarco, Vale e BHP Billiton não é algo isolado da conjuntura internacional da crise do capitalismo. É algo que se insere diretamente e tem a ver diretamente com as estratégias do capital e das

empresas - talvez as duas maiores mineradoras do mundo na área da mineração" (Joceli Andrioli, 11/1/2016)[45]

Para compreender o que permite o acesso e o controle transnacional sobre o território brasileiro é preciso associar a expansão da exploração minerária com a geopolítica do neoliberalismo, retomando as suas raízes.

Neste processo, a primeira *des-reterritorialização* institucional, e central ao prosseguimento das demais, refere-se às transformações estruturais engendradas pelo sistema neoliberal frente à emergência de governos nacionalistas na América Latina, no pós-guerra, destinadas a "reassegurar aos centros mundiais de consumo e acumulação, o controle, acesso e disposição dos recursos naturais chaves para a reprodução do sistema" (ARAOZ, 2011, p. 151, tradução livre[46]).

O período que sucede a Segunda Guerra Mundial, foi marcado pela reação defensiva de diversos regimes nacionais na América Latina, com significativos empenhos nacionais desenvolvimentistas e industrializantes, associados à pretensões de soberania econômica. Tais esforços implicaram no desenvolvimento de políticas de controle sobre a produção energética e recursos estratégicos como o minério e o petróleo, buscando, tanto incrementar a participação do Estado nos lucros, como impulsionar a indústria nacional. Estas políticas foram mobilizadas por uma série de medidas como: a nacionalização de recursos não renováveis; a criação de estatais como a Companhia Vale do Rio Doce (1942); o controle sobre o comércio exterior; a imposição de restrições aos investimentos estrangeiros e o estabelecimento de limites as importações e exportações.

A emergência das políticas nacionalistas de controle sobre os recursos naturais aplicadas aos países periféricos, assumiram papel significativo na crise do regime de acumulação na década de 1970, pois, refletiram nas grandes potências internacionais, através do encarecimento das matérias-primas estratégicas, assim como, em uma maior instabilidade nos fluxos de abastecimentos. Uma de nossas hipóteses é que ao comprometer os níveis de rentabilidade econômica das transnacionais pertencentes aos países centrais, a crise econômica deflagrou uma disputa geopolítica.

---

[45] Relato extraído da palestra/debate sobre 01 ano do crime da Samarco e 06 meses do Golpe, no Programa Sexta Valente. Transcrição da autora.

[46] "a reasegurar a los centros mundiales de consumo y acumulación el control, acceso y disposición de los "recursos naturales" claves para la reproducción del sistema" (ARAOZ, 2011, p. 151)

É neste contexto que as políticas neoliberais emergiram como saída para a crise que acometia as corporações dos países centrais, a fim de recompor a hierarquia geopolítica do mundo. Para o cientista político argentino Horácio Araóz (2011), não só as políticas neoliberais desestabilizaram o desenvolvimento nacional dos países periféricos, este arrefecimento também pode ser atribuído à emergência da questão ecológica no interior da agenda política internacional, promovida por organismos multilaterais, como sinalizado pelo conhecido relatório *The Limits to Growth* resultado da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em 1972.

De acordo com este autor, as reconfigurações institucionais promovidas pelo neoliberalismo foram processualmente operacionalizadas. Em primeira medida, fomentou um movimento de repressão dos crescentes movimentos de resistência através da instalação de regimes militares, que se associou ao "disciplinamento econômico" através do endividamento externo dos países periféricos na década de 1980, provocando um cenário de fragilização socioeconômica, o que garantiu a aceitação desses países aos ajustes promovidos pelas políticas introduzidas pelo Consenso de Washington em 1990 (ARAOZ, 2011). Este ideário neoliberal disseminado por organismos financeiros internacionais - Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – conduziram à implementação de políticas de privatização, à abertura comercial irrestrita, à liberação financeira aos investimentos estrangeiros e à desregulação do mercado de trabalho.

Nesse contexto, foram criadas as bases legais e institucionais para que as grandes transnacionais controlassem a produção extrativista mineral. No Brasil, o projeto de globalização neoliberal teve seu auge com as privatizações na década de 1990, que se constitui a partir da criação do I Plano Nacional de Desestatização (PND) no início desta década[47], pelo governo de Fernando Collor de Mello, e através da ampliação e reformulação deste plano pelo II PND, por Fernando Henrique Cardoso em 1997. O I PND visava privatizar empresas estatais dos setores de siderurgia, mineração, petroquímica e fertilizantes[48]. A implantação dessa medida resultou na privatização de 18 empresas, dentre elas, destaco a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). Já no governo

[47] Lei no 8.031 de 12 de abril de 1990.
[48] Essa lei estabelecia ainda um limite à participação do capital estrangeiro nos leilões de 40% e determinava uma participação máxima, em caráter excepcional, de 15% para compra de ações de uma empresa estatal por outra estatal.

FHC, aprofundou-se a privatização a partir da simplificação e aceleramento dos processos. Adicionalmente, o II PND incluiu dois tipos de empresas que não faziam parte do plano original: serviços públicos e instituições financeiras públicas estaduais (BIONDI, 1999; RODRIGUES e JURGENFELD, 1997). O resultado deste processo foi a desestatização de mais de 30 empresas, incluindo setores como energia, telecomunicações e transporte. Destaca-se, neste sentido, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (atual VALE S.A.), cujo o valor de venda - US$ 3,3 bilhões - equivalia a apenas um terço do seu patrimônio líquido (RODRIGUES e JURGENFELD, 1997). Nos 13 anos seguintes - gestão de governo petista - não foi realizada nenhuma desestatização de empresas e bancos públicos federais, no entanto, foram priorizadas as concessões ao setor privado nas obras de infraestrutura.

No campo ambiental, configurou-se uma tendência de enfraquecimento dos controles regulatórios e a flexibilização das leis. Observa-se que, neste momento, as preocupações ecológicas das organizações multilaterais adaptadas ao novo contexto geopolítico, foram na direção oposta à contenção do crescimento trazida na década de 1970, adotando uma nova retórica: o Desenvolvimento Sustentável, difundido pela Conferência Rio 92, promovida pela ONU (ARAOZ, 2011; ACSELRAD, 2013). O novo posicionamento assumido pelo debate internacional, visando conter a criação de novos instrumentos de regulação, de acordo com Henri Acserlrad (2013, p.64), pautou-se na difusão de algumas ideias como "a propriedade privada assegura melhor proteção ao meio ambiente", "uma regulamentação mais rigorosa não assegura maior proteção ambiental, podendo, ao contrário, resultar em menor proteção".

Assim, por meio desse conjunto de medidas, a América Latina se configurou como centro de atração privilegiada para alocação de grandes transnacionais e esta reformulação refletiu em um aumento exponencial nos investimentos em exploração minerária no continente. Entre 1990 e 1997, como demonstra Bebbington (2007, apud SVAMPA e ANTONELLI, 2009, s.p.), enquanto os investimentos à nível mundial cresceram 90%, nos países latino-americanos significou o aumento em 400%.

No que tange a indústria de extração minerária, implicou na reestruturação produtiva orientada a grande escala, que implicou na adequação da produção ao modelo de megamineração a céu aberto. Esse modo de extração consiste na explosão de grandes áreas, em associação ao uso de substâncias químicas para separar os metais do mineral.

Padrão este que corresponde ao Complexo de Alegria operado pela Samarco, constituído de três cavas de exploração a céu aberto.

> Em suma, a particularidade deste tipo de mineração a céu aberto, diferente da tradicional, é que implica níveis ainda maiores de afetação ao meio ambiente, gerando passivos ambientais expressivos, à medida em que requer tanto um uso desmensurado de recursos, entre eles a água e energia, ambos imprescindíveis para suas operações, como assim mesmo, intervém de maneira violenta na geografia dos territórios para a exploração (SVAMPA, 2011, p.165, tradução livre do autor) [49].

Com efeito, o projeto de globalização neoliberal nos coloca ao centro de um paradigma produtivista inclinado a reprimarização da economia nacional.

Nesse contexto, após a privatização da Vale S.A.[50], a empresa ingressou em 2000 na composição societária da Samarco Mineração S.A, até então conduzida pela BHP Brasil, subsidiária brasileira da australiana BHP Billiton[51]. A respeito dessa composição, Mánsur e outros (2016, p. 23), destacam a estratégia de escalonamento da responsabilidade jurídica da BHP Billiton pela sua filial brasileira, e desta pela Vale S.A. Nos termos dos autores:

> a análise da constituição da Samarco Mineração S.A. (1973) revela uma estratégia de ingresso no Brasil definida pelo grupo BHP Billiton, com a criação de sua subsidiária, BHP Billiton Brasil Ltda. (1972). Desde o início, esta estratégia objetivou a 'desresponsabilização operacional' do grupo, se revelando plenamente a partir do ingresso da Vale S.A. (2000) e de sua reestruturação societária como um modelo de *non operated joint venture,* no

[49] En suma, lo particular de este tipo de minería a tajo abierto o a cielo abierto, diferente de la tradicional, es que implica niveles aún mayores de afectación del medio ambiente, generando cuantiosos pasivos ambientales, al tiempo que requiere tanto un uso desmesurado de recursos, entre ellos el agua y la energía, ambos imprescindibles para sus operaciones, como asimismo, intervenir de manera violenta la geografía de los territorios para la explotación" (SVAMPA, 2011, p.165).

[50] O maior acionista da Vale é a Valepar S.A., com 33,1% de participação. Também importantes são os investidores estrangeiros (46,7%), distribuídos nas bolsas de Nova Iorque, São Paulo, Madri e Paris. O capital da corporação ainda é composto por investidores nacionais, dentre institucionais (4,9%), de varejo (9,9%), dos fundos mútuos de privatização FMP-FGTS13 (1,5%); e do próprio Governo Federal, por meio da BNDESPar (5,2%) e de 12 ações *golden share* [detidas por um agente de Estado]. (MILANEZ ét al, 2016, p.55)

[51] O grupo BHP Billiton possui dupla listagem em bolsa, sendo a BHP Billiton Limited a entidade legal australiana, com negócios nas bolsas de Sydney (ASX) e Nova Iorque (NYSE), e a BHP Billi- ton Plc., sua contraparte britânica, com ações nas bolsas na NYSE, Londres (LSE) e Johanesburgo (JSE). Sua constituição acionária é pulverizada, contando com acionistas de diversas empresas, fundos e bancos internacionais como: Bank of America, Dimensional Fund Advisors, Earnest Partners, CI Investments, Neuberger Berman Group, Balyasny Asset Management, Managed Account Advisors, Deutsche Bank, Goldman Sachs, Neuberger & Berman Large Cap Value Fund, Wellington Management Company, DFA Internation- al Value Series, Wells Fargo, Merrill Lynch International, Bt Alex Brown, JPMorgan Chase, Royal Bank of Scotland, Lloyds Banking, Norges Bank, HSBC, Citi, Credit Suisse, Commerzbank, Common- wealth Bank, Mizuho Bank, entre outros (MORNINGSTAR, 2016; SCHÜCKING *et al*, 2016 apud MILANEZ ét al, 2016, p.55)

> qual a responsabilidade jurídica sobre as operações da Samarco recai exclusivamente sobre a Vale.

Sobre estas bases regulatórias, criou-se um cenário favorável à lucratividade das transnacionais no período do *boom* das *commodities* minerais, no início dos anos 2000, em razão da demanda global de minério de ferro, sobretudo alavancado pela urbanização chinesa. Na primeira década dos anos 2000, o Brasil experimentou o crescimento em cerca de 80% na extração mineral, configurando-se o segundo maior produtor de minério de ferro no mundo (IBRAM, 2012).

Este período do aquecimento do mercado mundial de *commodities* na perspectiva de Svampa (2012), está relacionado à passagem do Consenso de Washington para o Consenso das *Commodities,* que resulta da confluência entre políticas neoliberais com aspectos neodesenvolvimentistas, através da emergência de governos de esquerda na América do Sul.

Esta associação implicou na redefinação do papel do Estado em torno de um maior comprometimento com o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à redução das desigualdades sociais, mas que sustentaram uma política macroeconômica ortodoxa semelhante à do período anterior, sem provocar transformações em relação ao modelo de inserção da economia sul-americana (FIORI, 2011, p. 8). Tais políticas fundamentaram-se no aumento das exportações, incremento de fluxos de capitais financeiros e de investimentos diretos, intensificação de acordos comerciais bilaterais e multilaterais (GUDYNAS, 2009; MILANEZ e LOSEKANN, 2016). Nesses moldes a intensificação e expansão do setor mineral se tornou política de Estado dos governos sul americanos, em sua vertente "nacionalista", condicionados ao aumento da tributação em *royalties* e a ampliação de investimentos em programas de transferência de renda para redução da pobreza.

O declínio desse período em 2012, identificado como pós-*boom* de *commodities* significou a desvalorização do minério no mercado mundial, refletindo na intensificação da produção por grandes mineradoras a fim de manter a taxa de lucro. Sucessivamente, a grande escala de produção representou uma maior deposição de rejeitos, o aumento expressivo do uso de recursos naturais sobretudo a água e a energia.

Associa-se a esta intensificação produtiva, a adoção de medidas de redução dos custos operacionais e de segurança, expondo tanto o trabalhador como o meio ambiente

a riscos, assim como se exacerba com o colapso da Barragem de Fundão, em Mariana (MG) fruto de uma sobrecarga das estruturas de armazenamento do rejeito frente ao aumento da produção.

Diante desse panorama, entende-se que a reorganização geopolítica promovida pelo sistema neoliberal garante as empresas transnacionais e seus centros de comando o domínio sobre o território e recursos naturais dos países periféricos. Este rearranjo se efetiva por meio de uma desterritorialização das políticas nacionalistas, promovidas tanto pelo endividamento externo, como pela emergência do discurso ecológico acionado por organismos multilaterais, seguida de uma reterritorialização apresentada pelo ideário neoliberal que compõe o Consenso de Washington, pautado por agências multilaterais – FMI, Banco Mundial e BID - e, não obstante, encontra esteio para seu prosseguimento nas políticas neodesenvolvimentistas absorvidas pelas contradições neoliberais.

Paradoxalmente, a crise instaurada frente ao desastre-crime não perturba a continuidade de tais políticas e a acumulação de capital. Pelo contrário, constitui-se momento oportuno para o seu aprofundamento, a partir do domínio sobre o processo de reparação, viabilizando a expansão dos interesses empresariais sobre a bacia e a acumulação de capital (HARVEY, 2014).

3.2 Os desdobramentos institucionais frente ao desastre-crime da Samarco, Vale e BHP Billiton

No contexto do desastre-crime, as relações entre os agentes envolvidos na rede, somadas aos discursos mobilizados, sustentam a atuação das empresas no território atingido. Nesta configuração, cada ator conectado à rede expande o território - econômico, político e cultural (HAESBAERT, 2004) - de influência das empresas, ao adicionar as dimensões sobre os quais exercem influência. Em atenção à complexidade de atores que configuram a rede de inserção empresarial no território atingido, vamos nos ater neste trabalho, às organizações e instituições que incidem sobre o macrocontexto da bacia, explorando as seguintes categorias: Estado, empresas, instituições do terceiro setor e prestadoras de serviços.

O Estado ingressa nesta articulação a partir da apropriação das estruturas burocráticas pelas empresas, para operacionalizar um sistema de administração do

desastre, através do controle corporativo. Como também recorre ao uso de instrumentos e estruturas disponíveis no sistema de justiça brasileiro, encaminhando decisões em benefício dos interesses empresariais, tais como:

> prorrogação de prazos para pagamento de indenizações emergenciais; adiamento e revogação de depósitos milionários; assinatura de acordos com tribunais para agilizar e padronizar as indenizações; manutenção de cláusulas abusivas nos acordos de indenização; emissão de declaração de conformidade para a retomada das operações da Samarco; substituição de promotores de justiça contrários à retomada das atividades da Samarco; suspensão de mais de 50 mil ações ajuizadas contra as empresas por danos morais e desabastecimento de água; suspensão da ACP proposta pelo MPF requerendo R$ 155 bilhões para garantir a reparação integral dos danos; e a paralisação do processo criminal que tornou rés 22 pessoas e quatro empresas por homicídio e crimes ambientais (ORDUZ, PEREIRA, 2017, p. 24)

Destaca-se neste rol de impunidades a suspensão do processo penal[52] por crimes ambientais e por homicídios decorrentes do colapso da barragem de Fundão, contra as empresas Samarco, Vale, BHP Billiton e Vogbr (empresa responsável pela emissão do laudo técnico incutido do licenciamento ambiental) e 22 pessoas que integram o corpo representativo e técnico destas. O processo foi suspenso pela Justiça Federal de Minas Gerais no dia 7 de agosto de 2017, acatando o pedido da defesa que alegou que as provas usadas na denúncia teriam sido obtidas de maneira ilegal.

Contestando o argumento da defesa, o MPF, através de nota alegou que "as interceptações indicadas pela defesa, como supostamente ilegais, sequer foram utilizadas na denúncia, dessa forma, não tendo a condição de causar nulidade no processo penal (G1, 2017)[53]. Por essa razão, em outubro de 2017, o MPF, peticionou à Justiça Federal, o retorno do andamento do processo penal, o ue foi considerado pela justiça no mês seguinte (MPF, 2017) [54].

No mesmo caminho, tais práticas vêm sendo utilizadas para postergar ou eximir as empresas do cumprimento de obrigações e do pagamento de multas (Figura 43). Desde o rompimento da barragem de Fundão até junho de 2018, contabiliza-se que mais de 65 autos de infração foram aplicados a Samarco pelos órgãos ambientais federais - o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Institiuto

[52] Ação Penal nº 2725-15.2016.4.01.3822

[53] Disponível em: < https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/justica-federal-suspende-acao-criminal-que-tornou-acusados-reus-por-homicidio-no-desastre-de-mariana.ghtml >. Acesso em: 10/06/2018.

[54] Disponível em: < http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/caso-mariana-justica-federal-retoma-andamento-da-acao-penal>. Acesso em: 10/06/2018.

Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e pelos órgãos de competência estadual, o Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA-ES) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD-MG), em conjunto com o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). O total de multas aplicadas equivale a mais um bilhão de reais.

No entanto, através da interposição de recursos, a Samarco conseguiu anular 2 delas - Auto de Infração nº 11396 (SEMAD, 2016) e Auto de Infração nº 95704 (SEMAD, 2017), diminuindo as suas obrigações em cerca de R$180 milhões. Do montante total no entanto, até o momento, apenas o Auto de Infração nº 4803 (SEMAD, 2015) foi liquidado no valor de R$112 milhões com previsão de pagamento em 59 parcelas. A multa é referente à degradação e poluição causada nos recursos hídricos pelo desastre-crime, que incluem danos causados à saúde, à segurança e ao bem-estar da população prejudicada. Além disso, os baixos valores das multas não comprometem o patrimônio da empresa, visto que a somatória delas (subtraindo as anuladas) corresponde a menos de 30% do lucro anual da Samarco referente ao ano de 2014, equivalente a R$ 2,8 bilhões, totalmente repassados aos seus acionistas (Vale e BHP Billiton).

Figura 43 - Quadro de autos de infrações aplicados por órgãos ambientais

Data	Multa	Desdobramento
11/11/2015	IBAMA aplica 5 multas a Samarco. O valor total é de R$250 milhões Fonte: G1 (12/11/2015)	A empresa recorreu de todas. Ibama nega em definitivo recursos de três delas (G1, 17/08/2017).
11/11/2015	IEMA aplica multa à Samarco/Vale/BHP de R$300 mil reais por não contratar equipe para avaliação contínua do impacto. Auto de Infração Nº 12345/2015.	A empresa recorreu da multa.
11/11/2015	IEMA aplica multa à Samarco de R$150 mil reais por não prestar apoio aos municípios atingidos do ES Auto de Multa nº 147/2015	
19/11/2015	**SEMAD aplica multa à Samarco no valor de R$112 milhões de reais** **Auto de Infração nº 4803/2015**	**A empresa parcelou a multa em 59 vezes.**
23/11/2015	SEMAD multa Samarco em R$72 mil por causar degradação ambiental Auto de Infração Nº 11395/2015	A empresa recorreu da multa, mas teve seu recurso negado e o valor da multa aumentado para R$375.634,59 em 13/12/2016.
23/11/2015	IEMA aplica multa de $50 mil reais a Samarco por dano ao meio ambiente Auto de Infração Nº 079/2015	A empresa interpôs recurso.
3/12/2015	SEMAD aplica multa de R$75 mil a Samarco por lançamento de lodo em curso d'agua tratado Auto de Infração Nº 5619/2015	A empresa recorreu da multa, mas teve seu recurso negado e o valor da multa aumentado para R$751.269,18.
19/01/2016	SEMAD aplica multa de R$19 mil a Samarco em desrespeito a lei ambiental Auto de Infração Nº 9544/2016	

19/01/2016	SEMAD aplica multa de R$9 mil a Samarco por dano a fauna Auto de Infração Nº 9538/2016	
25/01/2016	IEMA-ES multa Samarco em $400 mil por contaminação da Lagoa Monsaras Auto de Infração 026/2016	
29/01/2016	SEMAD aplica multa à Samarco no valor de R$121 mil reais por sonegar informações Auto de Infração Nº 1776/2016	A empresa interpôs recurso.
01/03/2016	**SEMAD aplica multa à Samarco no valor de R$83 mil por lançamento de lodo em curso d'agua tratado Auto de Infração Nº 11396/2016**	**A empresa recorreu e a multa foi anulada**
04/03/2016	SEMAD aplica multa à Samarco no valor de R$33 mil por dano a qualidade da água. Auto de Infração Nº 11397/2016	A empresa recorreu, mas teve seu recurso negado e o valor da multa aumentado para R$ 85.288,73 em 16/12/2016.
09/03/2016	SEMAD aplica multas a Samarco no total de R$62 milhões por causar a morte de peixes e poluir rios e córregos. Auto de Infração Nº 1783/2016	A empresa interpôs recurso.
09/03/2016	SEMAD aplica multas a Samarco no total de R$1,6 milhões por atraso na comunicação do desastre-crime Auto de Infração Nº 6847/2016	
09/03/2016	SEMAD aplica multas a Samarco no total de R$830 mil por descumprir orientações técnicas após dano ambiental Auto de Infração Nº 6827/2016	
09/03/2016	SEMAD aplica multas a Samarco no total de R$830 mil por lançamento de lodo em curso d'agua tratado Auto de Infração Nº 6829/2016	
09/03/2016	SEMAD autua a Samarco com 9 multas de R$121 mil por sonegação de informações e 1 de R$4.485,95 Autos de Infração nº 1779/2016; 6840/2016; 6842/2016; 6831/2016; 1780/2016; 6845/2016; 6826/2016; 6814/2016; 6841/2016; 1778/2016; 6844/2016	
10/03/2016	SEMAD aplica multas a Samarco no total de R$33 mil por sonegação de informações Auto de Infração Nº 89194/2016	
15/03/2016	SEMAD aplica multas a Samarco no total de R$1,6 milhões por atraso na comunicação do desastre-crime Auto de Infração Nº 11158/2016	
30/03/2016	SEMAD aplica multa à Samarco no valor de R$110 mil por sonegação de informações Auto de Infração Nº 11159/2016	
04/04/2016	SEMAD aplica multa à Samarco no valor de R$830 mil por causar poluição, com multa diária em caso de descumprimento das obrigações	
29/04/2016	IBAMA multa Samarco em R$41 milhões por destruição de área de preservação ambiental Auto de Infração Nº 88259/2016	A empresa interpôs recurso.
24/05/2016	SEMAD aplica multa à Samarco no valor de R$5 mil por dano a vegetação Auto de Infração nº 56396/2016	A empresa recorreu da multa, mas teve seu recurso negado e o valor da multa aumentado para R$ 10.990,57.
02/05/2016	IEMA aplica multa de R$ 4 mil à Samarco por informações imprecisas em relatório que trata sobre fauna impactada Auto de Multa Nº044/2016	A empresa interpôs recurso.
05/05/2016	Ibama aplica 6ª multa por destruição de Área de Preservação Permanente e diz que ações da Samarco são insuficientes, resultando num total de R$ 292 milhões em multas. Auto de Infração Nº 9091685/2016	A empresa interpôs recurso.
15/06/2016	SEMAD aplica multa à Samarco no valor de R$7.342.825,30 por provocar a morte de florestas em Área de Preservação	A empresa recorreu da multa mas teve seu recurso negado.

	Permanente Auto de Infração Nº 55978/2016	
17/06/2016	ICMBio aplica 3 multas no valor total de R$143 milhões por dano a Unidades de Consevação no ES	
05/07/2016	SEMAD aplica multa à Samarco no valor de R$1,4 mil por danificar Área de Preservação Permanente com multa diária em caso de descumprimento das obrigações. Auto de Infração Nº 56328/2016	A empresa recorreu da multa alegando atenuante, mas teve seu recurso negado.
20/08/2016	IBAMA aplica 7ª multa à Samarco no valor de R$1 milhão, desta vez por omitir existência de depósito de lama. Auto de Infração Nº 8819/2016	A empresa interpôs recurso.
27/09/2016	IBAMA multa Samarco/vale/BHP em R$51 mil por não cumprir com o plano emergencial Auto de Infração Nº 8856/2016	
27/09/2016	IBAMA multa Samarco/vale/BHP em R$101 mil por não cumprir com o plano emergencial Auto de Infração Nº 8855/2016	
27/09/2016	Ibama multa Samarco/vale/BHP em R$51 mil por não remover os rejeitos da Usina de Candonga Auto de Infração Nº 8857/2016	
30/09/2016	SEMAD aplica multa à Samarco no valor de R$1,4 mil por criar tanque de peixes sem autorização Auto de Infração Nº 8857/2016	A empresa interpôs recurso.
12/10/2016	SEMAD aplica multa à Samarco no valor de R$16 mil por operar sem autorização Auto de Infração Nº 69351/2016	
12/10/2016	SEMAD aplica multa à Samarco no valor de R$2, 9 mil por intervir em Área de Preservação Permanente Auto de Infração Nº 69353/2016	
18/10/2016	IBAMA multa Samarco/Vale/BHP em R$311 mil por não implementar programa da fauna	A empresa interpôs recurso.
19/10/2016	[Belo Horizonte, MG] Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (Copam) multa a Samarco em R$112 milhões por danos causados Fonte: G1 (19/10/2016)	
27/10/2016	IBAMA multa Samarco/vale/BHP em R$51 mil por não apresentação de cronograma referente ao manejo de rejeitos Auto de Infração Nº 9091609/2016	A empresa interpôs recurso.
31/10/2016	SEMAD multa Samarco em R$166 mil por sonegação de informações Auto de Infração Nº 11160/2016	A empresa interpôs recurso.
31/10/2016	IBAMA multa Samarco/Vale/BHP em R$31 mil por não monitoramento da fauna como determinado. Auto de Infração Nº 9111641/2016	A empresa interpôs recurso.
1/11/2016	IBAMA multa Samarco/Vale/BHP em R$201 mil por não cessar danos ambientais. Auto de Infração Nº 9091611/2016	A empresa interpôs recurso.
1/11/2016	IBAMA multa Samarco/Vale/BHP em R$151 mil por não cessar danos ambientais Auto de Infração Nº 9091610/2016	A empresa interpôs recurso.
01/11/2016	[Belo Horizonte] Ibama multa a Samarco/Vale/BHP em R$500.000 por atraso na retirada dos rejeitos Auto de Infração Nº 8874/2016	A empresa interpôs recurso.
11/11/2016	IBAMA multa Samarco/Vale/BHP em R$50 milhões por risco de dano ambiental grave. Auto de Infração Nº 9118721/2016	A empresa interpôs recurso.
14/11/2016	IBAMA multa Samarco/Vale/BHP em R$311 mil por não adotar medidas de avaliação e controle dos impactos a fauna. Auto de Infração Nº 9060972/2016	A empresa interpôs recurso.

16/11/2016	IBAMA multa Samarco/Vale/BHP em R$311 mil por não apresentar relatórios solicitados	A empresa interpôs recurso.
22/11/2016	IBAMA multa Samarco/Vale/BHP em R$400 mil por uso de produtos nocivos ao meio ambiente Auto de Infração Nº 9118722/2017	A empresa interpôs recurso.
19/12/2016	IEMA-ES multa Samarco/Vale/BHP em R$300 mil por contaminação da Lagoa Monsarás Auto de Infração Nº 032/2017	A empresa interpôs recurso.
16/01/2017	IBAMA multa Samarco/Vale/BHP em R$51 mil pelo descumprimento de obrigações visando adoção de medidas de controle para cessar a degradação ambiental relacionadas ao DIQUE S3. Auto de Infração Nº 9092911/2017	A empresa interpôs recurso.
30/01/2017	IBAMA multa Samarco/Vale/BHP em R$201.000,00 pela omissão de adoção de medidas de controle para cessar a degradação ambiental relacionadas a Usina de Candonga Auto de Infração Nº 9092912/2017	A empresa interpôs recurso.
31/01/2017	IBAMA multa Samarco/Vale/BHP em R$21.000,00 por informações omissas no programa de busca e resgate a fauna afetada pelo crime.	A empresa interpôs recurso.
07/02/2017	SEMAD aplica multa à Samarco no valor de R$26 mil por extração de água sem autorização. Auto de Infração Nº 87107/2017	A empresa interpôs recurso.
09/02/2017	IBAMA aplica R$11 mil de multa por descumprimento de prazos nas obrigações de reparação ambientais executadas pela Samarco/Vale/BHP. Auto de Infração Nº 9092914/2017	A empresa interpôs recurso.
24/02/2017	**SEMAD aplica multa à Samarco no valor de R$180 milhões por causar a morte de 200 mil peixes Auto de Infração Nº 95704/2017**	**Multa anulada após interposição de recurso pela empresa.**
05/02/2018	IBAMA multa Samarco em R$201 mil por falta de controle da turbidez do rio Auto de Infração Nº 9122382	

Fonte: Frente de Ação Cartografias do Rio Doce com referência nos autos de infração fornecidos por órgãos ambientais sistematizados no banco de dados da linha do tempo realizada pelo grupo Mobiliza Rio Doce e atualizada a partir de maio/2017 pelo grupo Indisciplinar.

Esta demora para o pagamento das multas é consequência de um modelo jurídico que permite às empresas recorrerem a pelo menos duas instâncias administrativas, no próprio órgão ambiental, e à Justiça. Nesse modelo, conforme demonstram Cláudia Orduz e Doralice Pereira (2017, p. 14), as empresas são instruídas a recorrer das multas até a última instância, pois mesmo que ao final sejam obrigadas a quitá-las, isso não determina dispêndios aos caixas da corporação. A isso, soma-se o fato de que, o tempo de curso do processo judicial possibilita que a quantia - que seria utilizada no pagamento - seja capitalizada através do emprego em fundos de investimento, e posteriormente, utiliza-se os rendimentos para liquidação da multa, sem afetar as contas das empresas.

Além das multas e da anulação de processos criminais, a dispensa das devidas penalidades às empresas, se alicerça em grande medida, na retirada da questão da arena

judicial e no encaminhamento às vias extrajudiciais situadas no campo da resolução mediada de conflitos, a partir do uso do instrumento jurídico do Termo de Ajustamento de Conduta[55]. Tal dispositivo compõe o quadro de artifícios neoliberais que reconfiguraram o sistema de justiça a partir dos anos 1980, com base na crítica à burocracia da máquina estatal, bem como na difusão do discurso de eficiência, eficácia e celeridade dos processos (VIÉGAS *et al*., 2014).

A efetivação do acordo extrajudicial no desastre-crime do Rio Doce partiu das empresas, que frente à ameaça de revogação das licenças e concessões para exploração de lavras em nome das empresas rés contida na ação civil pública[56,] ajuizada pela União e estados de Minas Gerais e Espírito em novembro de 2015, orquestraram a propositura de um acordo. A negociação se efetivou a partir da assinatura do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) em março de 2016, entre as empresas responsáveis, representantes da União e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo (UNIÃO et al., 2016).

Amparados pelas mesmas pretensões de agilidade do processo, bem como pela intenção de reparação integral do meio ambiente e das condições socioeconômicas, que o Procurador do Estado de Minas Gerais (AGE-MG) Onofre Batista Júnior e integrantes da comitiva do poder público, na negociação do acordo extrajudicial para o desastre-crime na bacia do Rio Doce, reverenciam o êxito da proposta. Para os autores o acordo é "um caso pioneiro de atuação intergovernamental" na resolução dos problemas causados às populações atingidas. Nos termos dos juristas,

> o acordo garante celeridade e suprime longas e burocráticas etapas de um processo judicial, evitando um desgaste de 10 ou 15 anos, antecipando a tomada de providências no sentido da integral recuperação do meio ambiente [...] No caso da explosão, no Golfo do México, da plataforma Deepwater Horizon, pertencente à Transocean e operada pela British Petroleum (BP), o governo federal norte-americano e dos estados do Alabama, Florida, Louisiana, Mississippi e Texas se juntaram para redigir um *consent decree*, que ficou pronto depois de mais de quatro anos do acidente. No Brasil, após a realização de inúmeros debates técnicos, reuniões e consultas às comunidades locais e aos movimentos sociais, foi finalizado um TTAC, assinado em 2 de

[55] Os Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) são considerados um instrumento de prevenção e "solução" extrajudicial de conflitos interpessoais ou de grupos. Em geral são propostos por órgãos públicos com um violador ou potencial violador de um direito trans-individual. A respeito do instrumento ver (VIÉGAS, et al, 2014).

[56] Ação Civil Pública nº 0069758-61.2015.4.01.3400

> março de 2016, antes mesmo de o desastre completar quatro meses. (BATISTA JÚNIOR et al, 2016, p.56-75)

Para além da celeridade, os autores também destacam que o acordo foi erguido de forma "transparente" (idem, 2016, p. 56). Todavia a discussão foi circunscrita às empresas e aos escalões mais altos do poder público executivo, excluindo neste processo alguns interessados: os atingidos, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os representantes dos governos municipais (MILANEZ, PINTO, 2016).

Embora aparentemente bem-intencionada, podemos questionar que por trás desse discurso recostam-se: i) os interesses empresariais de assumirem o protagonismo dos processos de reparação dos danos causados; ii) o esforço coporativo em escapar das penalidades cabíveis em via judicial e, iii) uma estratégia empresarial para garantir a renovação e prorrogação de suas licenças ambientais. Tudo isso, tende a viabilizar portanto, a continuidade de suas atividades econômicas (ROJAS, PEREIRA, 2017). É neste sentido, que opera o TTAC, ao por fim da citada ACP nº 0069758-61.2015.4.01.3400 em face da Samarco e ainda constrangendo outras ações futuras cujo objeto fosse comum (União et al, 2016, p. 6).

O acordo se desdobrou em diversas manifestações de descontentamento (ver ANEXO 1 – Linha do Tempo sobre os encaminhamentos institucionais), tais como: atos públicos de articulação local e nacional; denúncias nas Assembléias Legislativas do Espírito Santo e de Minas Gerais; nota de repúdio assinada por entidades, movimentos sociais e grupos de pesquisa; denúncia na ONU realizada por grupos de pesquisa em conjunto com o MAB, organizações internacionais de Direitos Humanos; e a ação civil pública nº 0023863-07.2016.4.01.3800 ajuizada pelo MPF, em maio de 2016, exigindo a impugnação do acordão e a condenação das empresas em R$ 155 bilhões para total reparação dos danos sociais, ambientais e econômicos causados pelo desastre (MPF, 2016).

Após esse processo de contestações, o acordo foi suspenso pela Justiça, em agosto de 2016[57], entretanto, a tratativa segue orientando os procedimentos de recuperação

[57] A Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) anulou a homologação do acordo sobre o rompimento da barragem de Fundão, firmado entre Samarco, União e estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. No mês anterior, STJ em decisão liminar suspendeu a homologação do acordo. (G1, 2016).

através da implementação de 41 programas e projetos de reparação e compensação de danos[58], assim como o sistema de administração destes programas (Figura 44).

Figura 44 - Diagrama das Definições do Acordo

Fonte: Frente de ação Cartografias do Rio Doce

Ressalta-se aqui, alguns apontamentos do MPF (2016) e dos pesquisaodores Dornelas e outros (2016); Milanez e Pinto (2016), sobre as inconsistências estruturais acerca das resoluções previstas na tratativa:

[58] Os programas estão organizados em dois eixos: (a) socioambiental e (b) socioeconômico. A) Gerenciamento programas socioambientais; Cadastro ambiental rural (CAR) e programa de regularização (PRAs); Unidades de conservação; Monitoramento Bacia do Rio Doce; Gestão de riscos ambientais; Comunic. nacional/internacional; Informação para a população; Preparação para as emergências ambientais; Educação ambiental; Melhoria sist. de abastecimento de água; Coleta e tratamento de esgoto; Fauna e flora terrestre; Recuperação da fauna silvestre Conservação da biodiversidade; Recuperação de áreas de preservação permanente (APPs); Sist. contenção dos rejeitos e tratamento dos rios e Manejo dos rejeitos B) Ressarcimento gastos públicos extraordinários; Auxílio Financeiro Emergencial; Estímulo à Contratação Local Micro e Pequenos Negócios; Diversificação da Economia Regional; Retomada das Atividades Agropecuárias; Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras; Tecnologias Socioeconômicas; Saúde física e mental da população impactada; Turismo, cultura, esporte, lazer; Memória histórica, cultural e artística; Recuperação escolas e reintegração da comunidade escolar; Recuperação das demais Comunidades e Infraestruturas; Recuperação do reservatório UHE Risoleta Neves; Reconstrução de vilas Assistência aos Animais; Diálogo Social; Proteção social; Qualidade de vida de outros povos e comunidades tradicionais; Proteção e recuperação da qualidade de vida dos povos indígenas; Ressarcimento e de indenização dos impactados; Levantamento e cadastro dos Impactados;

(i) Definição de aportes financeiros anuais limitados, cuja metodologia para cálculo do montante - apurado inicialmente em 20 bilhões de reais - não foi esclarecida. Nem mesmo houve tempo hábil para dimensionamento dos danos e montantes necessários à sua reparação, compensação e mitigação, de forma a garantir de fato, o princípio da reparação integral previsto na tratativa. (MPF, 2016; DORNELAS et al, 2016);

(ii) Condicionamento da elegibilidade dos atingidos nos programas estabelecidos ao atendimento de exigências burocráticas e extensas documentações – comprovação de renda, de trabalho e sobre a propriedade -, restringindo o acesso dos mesmos aos direitos. Tal prática tem provocado a exclusão de parcela significativa dos atingidos que fazem jus à serem contemplados pelos programas. (União ét al, 2016; MILANEZ e PINTO, 2016; MPF e MPMG, 2018);

(iii) Vaga delimitação de metas e prazos para a execução dos programas, dificultando o monitoramento pela sociedade e comprometendo a almejada celeridade do processo de recuperação. Além disso, Milanez e Pinto (2016), apontam que "existe um certo desequilíbrio entre o detalhamento relativo aos programas socioeconômicos, mais genéricos e vagos, e os programas socioambientais, mais específicos e detalhados".

Não obstante, a maior crítica refere-se ao sistema de administração do desastre-crime proposto, pois atribui às empresas – rés do processo penal por crime ambiental - lugar central na definição dos programas, já que a implementação permite a elas definirem os rumos do território, expropriando dos atingidos o direito exercer o controle sobre estes. É neste ponto que agurmenta-se que o acordo se fundamenta como *des-reterritorializador*, ao promover o rearranjo sobre o controle do território.

Este posicionamento reflete o viés tecnicista do acordo de tratamento das questões socioambientais, em que,

> os órgãos públicos parecem compartilhar a ideia de que a busca pela garantia e defesa dos direitos e interesses transindividuais é uma questão somente técnica, destinando o poder de decisão à Fundação criada pelas empresas, aos órgãos ambientais, aos especialistas a serem contratados e à burocracia estatal (MILANEZ, PINTO, 2016, sp).

Além disso, a geógrafa Simone Raquel Batista Ferreira (2016) nos mostra que a assimetria assumida entre a posição de protagonismo, conferido às empresas na tomada de decisão sobre os procedimentos de recuperação do Rio Doce, contrasta com o lugar subalterno, relegado àqueles que sofrem a violenta expropriação de seus territórios, evidenciam a colonialidade do poder[59] que perfazem essas estruturas.

Tal arranjo organizativo (Figura 45) é fundamentado por uma espécie de parceria público-privada, instituída através do Comitê Interfederativo (CIF) composto por entidades do poder público e da constituição de uma fundação privada criada e denominada Fundação Renova, mantida pela Samarco (Vale-BHP). Articulada à parceria-público privada, o arranjo organizativo do desastre-crime conta com auditorias independentes e painel consultivo de especialistas.

Figura 45 - Diagrama do sistema organizativo do desastre-crime estabelecido no TTAC

Fonte: Frente de Ação Cartografias do Rio Doce

O Painel Consultivo de Especialistas, conforme estabelecido na Cláusula 246 do TTAC (União et al, 2016) tem como objetivo sanar as possíveis divergências entre o CIF e a Fundação Renova, a partir do fornecimento de opiniões técnicas "não-vinculantes", isto é, em que não é necessária a correspondência a todos os casos sobre o mesmo tema. Sugere-se que tal definição abre espaço para arbitrariedades, sinalizando uma fragilidade do painel (MILANEZ, PINTO, 2016).

[59] "Enquanto o colonialismo alude aos processos histórico-geográficos de despejo e destruição ambiental dos povos e culturas não ocidentais e a imposição de um novo regime de relações sociais fundado na exploração sistemática dos seus territórios e seus corpos, a colonialidade por sua vez, expressa a inscrição de tais processos em solo de positividade do real (Foucault, 2002);, dando conta da eficácia performática da episteme moderna, enquanto regime de poder-saber que produz a nova realidade colonial do mundo" (ARAOZ, 2011, p. 145-146)

Já a função da Auditoria Independente, prevista na Cláusula 200 (União et al, 2016), é auditar as atividades e contabilidade dos programas implementados pela Fundação Renova. As empresas indicadas para prestar o serviço são Ernest & Young (EY), KPMG, De/Oitte, ou Pricewaterhouse Coopers (PwC), as quais Milanez e Pinto (2016), questionam a sua independência em relação às empresas contratantes.

Visto a centralidade da parceria público-privada para garantir o controle empresarial sobre o território, nos estenderemos adiante sobre seu funcionamento.

3.3 A parceria público-privada na gestão do desastre-crime

Seguindo o receituário neoliberal, recorre-se a novos modelos de administração, que sucedem de um modelo gerencial, característico do Estado a um modelo de empreendedorismo (HARVEY, 2014), ao qual opta-se por uma lógica de organização, a *governança*, que replica estruturas e mecanismos advindos da condução empresarial. Para Dardot e Laval (2016), a *governança* é colocada como uma "palavra-chave da nova norma neoliberal", uma vez que submete a ação pública e as agendas do Estado a uma normatização internacional privada, produzida por instituições políticas e jurídicas supragovernamentais. No entanto, esta configuração não implica a anulação do Estado, pois, nos termos dos autores,

> é com os recursos do Estado, e com uma retórica em geral muito tradicional (o interesse nacional, a "segurança do país", o "bem do povo" etc.), que os governos, em nome de uma concorrência que eles mesmos desejaram e de uma finança global que eles mesmos construíram, conduzem políticas vantajosas para as empresas e desvantajosas para os assalariados de seus países (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 282).

Nesta lógica, o Estado em vez de garantir a salvaguarda dos direitos dos atingidos e a reparação integral dos danos socioambientais, privilegia o resguardo à operação empresarial, alicerçados no discurso de utilidade pública.

A atuação do CIF tem o papel de respaldar o controle institucional sobre o processo reparação. A coalizão de interesses é sinalizada na falta de um posicionamento efetivo do Comitê frente à Fundação Renova, para garantir o cumprimento da deliberação nº 58, emitida pelo Comitê em março de 2017, relativa à inclusão de comunidades litorâneas nos programas de indenização e de auxílio emergencial[60]. Após quatro meses

[60] O recorte territorial utilizado pela Renova para reconhecer comunidades litorâneas é embasado na decisão judicial de proibição da pesca na foz do Rio Doce, que abrange a região de Barra do Riacho (Aracruz) até

de descumprimento da deliberação pela fundação, o CIF emitiu uma nova deliberação de nº 93, restringindo-se apenas à notificar a entidade e estabelecer um novo prazo (também descumprido) para entrega dos cadastramentos.

Entretanto, a recorrente inadimplência da Fundação Renova em relação à notificação, demandaria sanções financeiras, em respeito às comunidades que há quase 02 anos estavam desassistidas. A fixação de multa pelo não atendimento da obrigação só ocorreu em dezembro de 2017 com a deliberação nº 141.

Com isso, a primeira deliberação que gerou grandes expectativas nas comunidades do norte e sul da foz do Rio Doce (Ver Figura 1)[61] operou para arrefecer os processos de resistência até então efervescentes, mobilizados por protestos de trancamento da linha férreas e apresentação de denúncia na Assembleia Legislativa no Espírito Santo.

Ressalta-se, que tanto a inclusão das novas comunidades, como a autuação da Renova frente ao descumprimento da deliberação foram pleiteadas pela Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do Espírito Santo, embasada pela nota técnica emitida pelo TAMAR e ICMBio (NT nº 3/2017/Vitória ES/TAMAR/DIBIO/ICMBio).

Também de modo controverso à atuação estatal validadora dos interesses empresariais, situam-se algumas iniciativas do Ministério Público e Defensorias, de contestação a algumas medidas, inclusive em detrimento do próprio Estado, representado por entes federativos e instâncias reguladoras. Este é o caso da Ação Civil Pública[62] ajuizada pelo MPF em maio de 2016, contra os signatários do acordão (incluindo o Estado), exigindo a impugnação da tratativa e a condenação das empresas em R$ 155 bilhões para total reparação dos danos sociais, ambientais e econômicos causados pelo desastre (MPF, 2016).

Contudo, também não isento das contradições, o MPF é responsável por abrir processos de negociação com as empresas, em que não considerou a participação dos afetados, embora preveja mecanismos de consulta e oitiva durante a implementação. Seguindo este procedimento, foram assinados, o Termo de Ajustamento Preliminar

---

o distrito de Degredo e Ipiranguinha (Linhares), no litoral norte do ES. Mapa da delimitação área de pesca proibida disponível: < http://www.ibama.gov.br/noticias/58-2016/109-justica-proibe-pesca-na-foz-rio-doce >. Acesso em: 20/06/2018.

[61] Disponível em pág. 31

[62] ACP nº 0023863-07.2016.4.01.3800.

(TAP) em janeiro de 2017 e o Termo de Ajustamento de Conduta sobre a Governança (TAC-Governança)[63] - assinado recentemente em 25 de junho de 2018 -, postura repreendida pelos atingidos (MPF, MPMG, 2018; MAB, 2018a[64]).

Do outro lado desse arranjo de *governança*[65], a designação de uma "organização da sociedade civil sem fins lucrativos e autônoma em relação a interesses privados empresariais", na categoria de fundação privada para implementação dos programas e projetos de reparação (UNIÃO et al, 2016, p. 96), alinha-se com o recorrente esforço neoliberal de concatenar as saídas pelo terceiro setor. Pode-se questionar, que essa prática não seria central para o avanço do ambientalismo neoliberal, estimulado pelo Banco Mundial, a pretexto de que os governos - sobretudo dos países pobres, aos quais se dirigem estas políticas - são ineficientes, e portanto, a gestão ambiental deve ser gerenciada por organizações não governamentais. Neste sentido, o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2014, p.139) ressalta que a expressão *não governamental* é "significativa do universo ideológico em que opera", o próprio neoliberalismo.

Sintonizado com essa perspectiva, Roberto Waack, presidente da Fundação Renova, explica a emergência da instituição privada, justificada pela mesmo pretexto apresentado pela agência multilateral. De certo, este posicionamento reflete sua trajetória profissional, na qual possui vínculos com diversas instituições e organizações *não governamentais,* nacionais e internacionais: WWF Brasil, Global Reporting Initiative (GRI), Forest Stewardship Council (FSC), Ethos e Fundo Brasileiro para a Biodiversidade.

Em contraposição, tais ingerências estatais são consideradas passíveis de serem administradas no meio empresarial a partir de mecanismos de gestão, a exemplo do setor de *Compliance*[66] e *Ombudsman*[67] presente na linha de frente da composição da Fundação

---

[63] Ainda neste capítulo delinearemos o teor destes termos ver item 3.5 Revisões do Acordo .

[64] Disponível em: <http://mabnacional.org.br/noticia/em-novo-acordo-sobre-crime-em-mariana-empresas-criminosas-seguem-mandando >. Acesso em: 28/06/2018.

[65] A *governança* é termo suscitado na agenda urbana desenvolvida pelo Banco Mundial em 1991, com objetivo de "introduzir métodos e técnicas modernas de management e tornar o setor público menor e mais eficiente" (Price, 1991, p. 9 apud Arantes, 2006, p.68).

[66] *Compliance* é uma ferramenta de gestão organizacional para mitigação e prevenção de fraude e corrupção (SANTOS, 2011).

[67] "Pessoa nomeada pelo Estado para salvaguardar os direitos dos cidadãos, fiscalizando os serviços e instituições públicas, principalmente ouvindo as queixas dos contribuintes. [Por Extensão] Que, numa empresa pública ou privada, se responsabiliza por mediar as relações entre consumidores, empregados e

Renova (GUIMARÃES, LEMOS, 2017). A incorporação deste léxico, além de dificultar a compreensão de seus papéis, já que este vocabulário é alheio às comunidades em que operam (MPF, MPMG, 2018), podem possuir um papel legitimador dessa estrutura.

De modo contraditório, o setor de *Ombudsman*, considerado como uma ouvidoria, tem sua efetividade questionada devido à dificuldade de contato no serviço de 0800 e à demora da instituição em apresentar respostas, sugerindo a ineficácia desse mecanismo. Um caso emblemático desse descaso é trazido pelo pescador de Mascarenhas, em Baixo Guandu (ES), que ficou 127 dias esperando para receber uma resposta da Fundação. A recorrência destas reclamações transparece em relatório elaborado pelas equipes técnicas da Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA/MPF) e da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos/MPMG) em março de 2018.

No mesmo caminho, as medidas de *Compliance*, que de acordo com a Fundação objetivam "estar em conformidade com leis e regulamentos externos e internos" (FUNDAÇÃO RENOVA, 2018) são colocadas em questionamento frente às denúncias de corrupção e superfaturamento na contratação de serviços, exemplificada no seguinte apontamento levantado por um atingido do Alto Rio Doce:

> Lugar que ele sabe que gasta 5 mil para fazer uma cerca, eles trazem uma nota de 20. Eles trazem uma nota em um valor muito maior do que o que a gente gastaria pra fazer. Nós não somos engenheiros, nós não fizemos a faculdade, mas nós temos a prática [...] a gente tem uma noção. (MPF, MPMG, 2018, p. 19)

Ademais, muito embora essa *governança* defenda que através do acordo há uma relação autônoma entre a Fundação Renova e as empresas, isto é questionado devido à dependência financeira e institucional existente, uma vez que a Fundação é mantida diretamente pelas empresas culpadas pelo desastre-crime (UNIÃO *et al*, 2016, p. 101), e estas exercem influência sobre a composição dos recursos humanos da *governança* interna à Renova, da seguinte forma (Figura 46): a Vale, a Samarco e a BHP Billiton indicam seis dos sete integrantes do Conselho Curador, que por sua vez é responsável pela eleição e destituição dos três Diretores Executivos, sendo o único representante do conselho curador, indicado pelo CIF, condicionado à origem da iniciativa privada (UNIÃO *et al*, 2016, p. 98).

---

proprietários" (DICIO, 2017). Atualmente integra os mecanismos de gestão privada e pública estabelecendo-se como um canal de comunicação, a fim de gerir as críticas.

Dos atuais diretores elegidos, além de Roberto Waack e de Andrea Aguiar Azevedo[68]- também com trajetória ligada às questões ambientais - Marcelo Figueiredo possui histórico de 15 anos de trabalho na Vale, até o ano de 2017, quando passou a integrar o corpo da Renova. A estrutura organizativa interna da Fundação, possui ainda um Conselho Fiscal, para o qual as empresas realizam 3 das 7 indicações. Além disso, possui os setores de *Compliance* e *Ombusdsman,* não previstos no acordo.

Figura 46 - Diagrama da organização interna da Fundação Renova, com as respectivas indicações de composição

Fonte: Frente de Ação Cartografias do Rio Doce

Em contrapartida, a participação dos atingidos é restrita ao conselho consultivo, instância sem poder de deliberação e veto, cujos representantes não foram escolhidos pelas comunidades, "resultando em alheamento desses representantes das questões e dos problemas locais" (MPF, MPMG, 2018, p.77).

Tais impedimentos à participação social coloca em xeque a eficiência a que se justifica o uso dos termos de ajustamento de conduta, já que a falta de controle social sobre este processo exigindo o cumprimento das medidas e prazos, abre a perspectiva de

68 Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso (1995), mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente pela Universidade de Brasília (2003) e doutorado em Desenvolvimento Sustentável na Universidade de Brasília (2009). Trabalhou no Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

que estes sejam adiados sucessivamente, prejudicando a desejada celeridade (VIÉGAS *et al.*, 2014).

Como reflexo desta falta de independência entre a executora e as mantenedoras, e do cerceamento dos atingidos aos espaços de decisão, sublinha-se algumas críticas em relação a atuação da Renova, que visam o beneficiamento das empresas, a saber:

> definição arbitrária de quem é ou não atingido e dos critérios de reparação; imposição de inúmeras dificuldades para acesso às ações de reparação; abordagem fragmentada dos danos e das comunidades; baixa responsividade às demandas concretas dos atingidos; desrespeito às diretrizes e deliberações do CIF, como no caso do PIM e da inclusão das comunidades litorâneas; suspeitas de superfaturamento na contratação de serviços e uso indevido dos recursos; tratamento diferenciado e mesmo discriminatório aos atingidos; uso de técnicas de negociação empresarial na interlocução com atingidos em estado de vulnerabilidade social (PIM) (MPF, MPMG, 2018).

Diante desses apontamentos, suspeita-se que o papel da Fundação Renova na rede se apresenta fundamentalmente em três dimensões: i) permitir através de sua atuação, que as empresas tenham grande poder de deliberação sobre os critérios e as formas como serão executados os programas de reparação; ii) preservar a imagem e reputação das empresas culpadas pelo crime, ao deslocar a responsabilidade jurídica e civil e os holofotes para a Fundação; iii) legitimar a atuação empresarial. Por fim, diante das suspeitas de superfaturamento, emerge como questionamento, se a mobilização da Fundação Renova sob controle corporativo, permite às empresas mais acumulação de capital.

De modo articulado, a validação dessa estrutura institucional também se perfaz por meio da contratação de consultorias especializadas, terceirização de serviços e estabelecimento de parcerias analisadas a seguir.

3.4 Tercerizações e contratações de serviços

No âmbito jurídico, Rojas e Pereira (2017) demonstram os altos custos dos serviços de consultoria jurídica para legitimação desse arranjo, em que estas despesas são maiores do que os gastos efetuados, no mesmo período, de forma individual, em programas socioambientais e socioeconômicos, como os de conservação da biodiversidade aquática, sistema de abastecimento de água, programas de proteção social e reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, entre outros.

Tal alicerce explicita o campo assimétrico de forças em que ocorre a disputa pelo controle do processo de reparação no âmbito jurídico-institucional, sobretudo quando transpostas para o âmbito das negociações individuais, vinculadas ao Plano de Indenizações Mediadas (PIM), voltado a reparar e indenizar os impactados que comprovem prejuízos e danos (UNIÃO et al., 2016). Nesses moldes, ao retirar a questão da arena coletiva e relegá-la ao tratamento individualizado, mesmo que assistida por um defensor público ou advogado, o domínio corporativo tende a pesar sobre os encaminhamentos, visto o disparate existente entre o aparato jurídico empresarial e o disponibilizado aos atingidos.

Aprofunda-se tal assimetria, a seguinte consideração do MPF e outros (2018) na recomendação conjunta nº 10 de 26 de março de 2018:

> [...] as empresas e a Fundação Renova não estão promovendo a assistência jurídica gratuita aos atingidos que não estiverem representados por advogados, conforme preceitua a cláusula 37, caput e parágrafo único do TTAC, o que tem acarretado excessivo ônus às camadas mais pobres de custear advogado com os valores que obtêm das indenizações (MPF, 2018)

Já no campo simbólico, as terceirizações de serviços e parcerias - conceito também suscitado no âmbito do neoliberalismo ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2016) - contribuem em meio a esta rede de controle territorial, a partir das seguintes práticas: i) atribuição de imagem de cumprimento de responsabilidade social e ambiental; ii) dissimulação da participação social; iii) produção de narrativas e discursos visando a validação da atuação empresarial ou a desresponsabilização das empresas pelo crime; iv) implementação de mecanismos de monitoramento e arrefecimento das resistências.

Um dos grupos de atores articulados na rede a mobilizar um discurso a favor dos interesses empresariais, são as organizações *não governamentais* ambientalistas, configurando um modelo de gestão empresarial com roupagem verde. Esta articulação, em geral, fundamenta-se na promoção de ações superficiais de mitigação dos impactos gerados pelas atividades econômicas, que são incorporadas nas estratégias de *marketing* como instrumento de valoração monetária e de imagem.

No contexto do desastre-crime, um exemplo é a parceria entre a Fundação Renova e o Instituto Terra, cujo porta-voz é o renomado fotógrafo Sebastião Salgado. Previamente, essa relação foi tecida entre a Vale e a organização não governamental, por meio de financiamento de projetos de recuperação das nascentes do Rio Doce. A atual parceria com a Fundação, além de uma estratégia de *marketing,* para garantir uma

imagem de cumprimento da responsabilidade ambiental, também opera na disseminação de uma narrativa que negligencia as consequências do desastre-crime.

Sebastião Salgado se posicionou publicamente dizendo que “essas empresas primam pela preocupação ecológica” (ÉPOCA, 24/112015) e tenta argumentar que a degradação do Rio Doce seria anterior ao desastre. No entanto, considerar que o processo prévio de degradação, causado inclusive pela mineração, ofusca a morte instantânea de peixes das mais diversas espécies, sendo várias delas endêmicas e ameaçadas de extinção (IBAMA, 2016), além da ameaça à fonte de sobrevivência das diversas comunidades ao longo da bacia, é corroborar com a des-responsabilização das empresas pelos danos causados.

Um outro caminho de confluência entre as empresas e a chamada sociedade civil organizada - que abarca o terceiro setor - se dá pela ocupação dos espaços e formas de participação social, imprescindível para que este arranjo tenha alguma legitimidade democrática.

A ascendência de formas de organização da sociedade civil no debate das agendas públicas no Brasil emerge num contexto convergência "perversa" de avanço neoliberal com a transição democrática (DAGNINO, 2004). Assim suscita-se a emergência de um discurso de deslegitimação e otimização do aparelho estatal associado à democratização da gestão pública a fim de garantir uma "boa *governança*", viabilizada através da emergência "novos atores sociais". Sob viés tecnicista, as organizações não governamentais assumem uma posição de representatividade legítima, justificada pelos saberes técnicos que possuem, em detrimento da atuação dos movimentos populares e organizações comunitárias nesses espaços. A fragilidade dessa atuação reside nos vínculos financeiros e institucionais entre terceiro setor e grandes empresas, canalizando os espaços de participação social para a defesa dos interesses privados.

No arranjo de gestão do desastre-crime no Rio Doce, a participação social tanto no CIF, como no conselho curador da Renova, é representada por membros da sociedade civil componentes da Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, órgão colegiado constituído por representantes dos governos, empresas - incluindo a Vale S/A - e da sociedade civil - compreendendo segmentos dos usuários e entidades não governamentais, dentre elas o Instituto Terra. Não sem motivos, este mecanismo de participação social não é reconhecido pelos atingidos, por entenderem que em sua maioria

- os representantes da sociedade civil, que compõem o Comitê da Bacia do Rio Doce-, partilham de uma visão associada ao universo empresarial, sendo em muitos casos vinculados às fundações de direito privado, cujas mantenedoras são empresas mineradoras, siderúrgicas e de silvicultura (MPF, MPMG, 2018, p.59)

Ao contrário dessa atuação deslocada do território atingido, outra ação performada pelos atores em rede com a Fundação Renova avança sobre este, infiltrando o poder e o discurso das empresas a partir de suas ações, bem como levantado dados sobre os atingidos a fim de validar a atuação empresarial e monitorar as redes de resistência.

Um vetor de inserção destes atores no território é a partir dos cadastramentos, relativo ao procedimento de coleta e organização de dados que objetivam a identificação e aferição de danos. Esse processo figurou entre as primeiras medidas relativas à reparação no âmbito socioeconômico. Em caráter emergencial, os cadastros foram aplicados por diversas consultorias contratadas pela Samarco ao longo da bacia. Posteriormente, "o Cadastro Integrado, que objetiva complementar o conjunto de estudos já realizados pela Samarco, sobretudo o Cadastro Emergencial" foi implementado através da consultoria Synergia contratada pela fundação Renova (SYNERGIA, 2016, p. 40 apud GESTA, 2016, p. 75).

Os extensos questionários foram alvo de contestações dos atingidos, de grupos de pesquisa e movimentos sociais. No *Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados* (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental, produzido pelo Grupo de Estudo em Temática Ambientais (GESTA-UFMG) são levantados 24 pontos críticos do Cadastro Integrado. Em geral, os apontamentos vão no sentido da exclusão de formas de relação comunitárias e informais, da adoção de uma lógica patrimonialista, baseada na propriedade privada individualizada, na abordagem meramente quantitativa e na imposição de termos e parâmetros alheios ao cotidiano dos atingidos. A questão que se coloca é que a maior parte dessas falhas tem em sua origem, o fato de que o levantamento das afetações é feito por um mecanismo elaborado sem a participação dos atingidos, ordenado por empresas que "operam a partir da lógica de mercado e na defesa dos interesses dos contratantes" (GESTA-UFMG, 2016, p. 12) em detrimento dos atingidos.

Nesta mesma lógica, todo o processo de validação ou não do "perfil de atingido" é condicionado pelas empresas através das prestadoras de serviço contratadas e

transcorrido através de muita espera nos agendamentos das entrevistas, na aplicação do cadastro, na aprovação do perfil pela empresa responsável e pelo CIF. Todo este processo sugere um aprofundamento do desgaste emocional dos atingidos a partir do processo de reparação, pois submete-os a procedimento de comprovação de idoneidade e a decisão de terceiros acerca do enquadramento ou não no perfil de atingido (LEONARDO et al, 2017).

Para fins de análise da rede, ressaltamos a partir do relatório do GESTA (2016) que existem certas questões do cadastramento que extrapolam a finalidade de orientar os programas de reparação e abarcam o levantamento de dados sobre lideranças e mobilizações, configurando o trabalho das consultorias como uma forma de recenseamento dos atingidos, que permitem às empresas o acesso privilegiado a informação sobre o funcionamento das redes de resistência. Estas questões são encontradas nos módulos do Cadastro Integrado sobre organização social e práticas religiosas, em que é indagado nome do líder religioso responsável, e requerido a identificação de lideranças locais e organizações e instituições que atuam no território diante do rompimento da barragem.

De acordo com o GESTA (2016, p. 72),

> Entre as opções de resposta, figuram movimentos sociais como MAB e Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, o que revela que os objetivos do cadastro se relacionam ao levantamento e controle de informações para os propósitos corporativos, inclusive de mapeamento e identificação dos *stakeholders*, garantindo-lhe vantagens de atuação na relação com a crítica pública (GESTA, 2016, p. 72)

Tal trabalho de mapeamento e identificação de informações sobre as redes de resistência, em geral, prefiguram os estudos de risco social corporativo. Sobre este tema, Raquel Giffoni Pinto (2016) situa que no contexto frente a democratização das instituições sociais e ao maior acesso à comunicação no mundo globalizado, as empresas são expostas a potenciais ações de grupos contrários à sua atuação. Adicionalmente, percebe-se que frente ao atual paradigma capitalista, que avança sobre a produção cognitiva - incorporada às disputas materiais -, maximiza-se a importância da preservação da reputação e imagem das grandes corporações.

Essa ameaça à reputação corporativa é chamada de risco social, que se constitui quando "[...] um *stakeholder*[69] [traduzidos como partes interessadas] empoderado leva adiante uma questão social e pressiona a corporação (explorando sua vulnerabilidade através da reputação, da imagem corporativa)" (KYTLE, RUGGIE, 2005 apud PINTO, 2013, p. 310).

Tal prática de monitoramento social já permeava a comunidade de Bento Rodrigues antes mesmo do rompimento da barragem da Samarco (Vale-BHP), através dos estudos realizados pela consultoria YKS Serviços, realizados entre 2013 e 2014 contratados pela Samarco, através de levantamento de informações sobre as relações de vizinhança, os deslocamentos cotidianos, dados socioeconômicos e principais formadores de opinião da localidade. Este relatório constituía o *Estudo de Alternativas Locacionais,* que avaliava a possibilidade de deslocamento da comunidade e possíveis localidades para a realocação. A finalidade de tal estudo era analisar a viabilidade da implantação de uma nova estrutura de rejeitos, configurado pelo Sistema de Disposição de Rejeitos (SDR) denominado Mirandinha, com localização prevista para aproximadamente 1 quilômetro de distância do distrito de Bento Rodrigues[70], o que permitiria a expansão da capacidade de armazenamento da Samarco, assinalando o interesse prévio das empresas sobre a área.

Estes estudos estimaram o custo desse processo de remoção, caso a empresa decidisse esvaziar o distrito, o que incluía não só o valor indenizatório a ser empregado pelas casas, incorporando-se ao custo de implementação do SDR, o valor necessário para amortecimento dos riscos sociais. Nesse sentido, este levantamento traz "o número de famílias proprietárias dos imóveis quitados, a fim de diagnosticar o nível de dependência financeira e o grau de resistência dos moradores em relação à uma possível mudança do subdistrito" (RIBEIRO, PRADO, 2016, p. 26).

Nessa linha, dentre as práticas que compõem este estudo de risco social corporativo, estão a identificação dos *stakeholders* com maior potencial de influência e representatividade, bem como suas contestações, com a finalidade de definir o empenho empresarial necessários a fim de dissolver tais críticas.

---

[69] Edward Freeman, (1984, p.25) formulador da "*Stakeholder theory*", explica que *Stakeholder* é "Qualquer indivíduo ou grupo que pode influenciar ou ser influenciado pelos atos, decisões, práticas, ou objetivos de uma organização".

[70] Informação obtida de conversa com integrante da equipe técnica que realizou o estudo.

A respeito da contenção dos riscos, a metodologia de mapeamento de *stakeholders* estruturadas no âmbito da gestão de projetos e difundida no meio empresarial, estabelece que as ações e valores mobilizados pelas empresas em resposta aos riscos promovidos por determinados *stakeholders* devem ser orientadas em função do grau de risco que cada um desses grupos oferece (MITCHELL, AGLE, WOOD, 1997). Desse modo, o tratamento diferencial entre localidades, grupos ou pessoas, adotado por vezes pelas empresas para questões similares, são estratégicos e condicionados pelo teor crítico que cada grupo apresenta.

Um exemplo dessa diferenciação de tratamento pode ser sinalizado pela proximidade com a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) controlada pela Vale, palco de diversas manifestações de descontentamento com a atuação da Samarco e da Fundação Renova. O potencial de risco que as comunidades próximas à linha férrea oferecem com a paralisação da via é denotado pelos prejuízos acarretados a Vale, com a interrupção do fluxo de cargas em larga escala inserido no sistema mundial de circulação de matérias-primas.

As paralisações são importantes mecanismos de pressão popular que efetivaram decisões assertivas referente ao citado processo de inclusão de novas comunidades nos programas executados pela Renova, como também viabilizaram o acesso ao auxílio financeiro mensal para atingidos de localidades como Mascarenhas, em Baixo Guandu (COUZEMENCO, 2016) e Maria Ortiz, em Colatina (Figura 47), margeadas pela linha férrea. Contudo, os atingidos de Mascarenhas relatam que tais manifestações foram alvo de repressão policial e culminaram em um processo de criminalização das resistências, no qual, mais de 10 pessoas foram processadas, ressaltando aqui o papel repressivo do Estado de operacionalização dessa parceria público-privada.

Em correspondência, o MPMG e o MPF (2018, p. 80, grifo nosso), na sessão do relatório referente ao baixo Rio Doce, apontam que "para determinados segmentos sociais a exclusão [da participação social] é mais profunda - caso dos habitantes, ribeirinhos ou não, localizados na margem esquerda do Rio Doce -, onde não passam os trilhos da Vale".

Figura 47 – Foto aérea de Maria Ortiz, em Colatina (ES) e mapa chave de localização de Colatina.

Fonte: Arquivo Pessoal

Da mesma forma, para além das adequações com as normativas que balizam o tratamento de povos e comunidades tradicionais, a proximidade com a linha férrea pode ser um dos vetores que explicam a distinção entre os valores da verba de manutenção concedidos ao povo indígena Krenak, estimado em sete mil reais por família (PÚBLICA, 2017)[71], e aos índios Tupinikim Guarani de Aracruz (ES), fixado em R$ 723 por família (SÉCULO DIÁRIO, 2016b)[72]. Evidentemente, para uma análise mais assertiva, seria preciso considerar também a visibilidade e as redes de apoio em que essas comunidades estão articuladas.

Outra situação que representa esse tratamento diferenciado é a contração de certos grupos de atingidos pelas empresas, para execução de atividades emergenciais. Se por um lado tais ações de incorporação dos atingidos no processo de reparação tem por efeito minimizar os impactos socioeconômicos deflagrados pelo desastre-crime, por outro, temos como hipótese que a escolha aparentemente arbitrária de determinados grupos para tal ação e, por conseguinte a exclusão de outros, tem como desdobramento a fragmentação socioespacial.

Nesta perspectiva que Flávia Amboss, Aline Trigueiro e Eliana Creado (2017) explicam a contratação informal de alguns pescadores artesanais na região da foz do Rio Doce pelas empresas para prestação de serviços de mitigação dos danos. Para além do

[71] Disponível em: < https://apublica.org/2017/04/watu-morreu >. Acesso em: 12/06/2018.
[72] Disponível em: < http://seculodiario.com.br/29140/10/samarcovale-bhp-pagara-auxilio-emergencial-a-indios-de-aracruz >. Acesso em: 10/06/2018.

problema da informalidade e falta de garantia dos direitos trabalhistas, a contratação priorizou os pescadores que integravam a associação de pesca local, excluindo os demais. Sob a perspectiva do risco social corporativo, sugere-se que tal critério é direcionado pela capacidade de articulação que um grupo de pescadores organizados em uma associação têm a mais que pescadores "informais". Com efeito,

> essa ação de priorizar pescadores associados gerou uma série de embates na região, tendo em vista que havia uma ampla quantidade de pescadores, marisqueiras e ribeirinhos não associados que não conseguiram se integrar a essa ação de imediato e vivenciaram (e vivenciam) enormes dificuldades financeiras decorrentes da interrupção forçada das suas atividades (LEONARDO, TRIGUEIRO, CREADO, 2017, p. 15).

Sob a mesma lógica excludente, atingidos do Alto Rio Doce identificam que há uma conduta mais ativa pela Renova quando diz respeito à resolução das questões dos atingidos mais instruídos ou mais influentes financeiramente, do que em relação aos problemas dos menos esclarecidos.

> A forma deles tratarem uma pessoa não é igual à outra. Se eles pegam um grande fazendeiro, um cara formado, um cara que tem esclarecimento, eles tratam ele, eles arrumam o terreno dele, eles fazem tudo para o cara. Se eles pegam um cara incapaz, eles cometem abusos [...] (MPF, MPMG, 2018, p. 19).

Vale enfatizar que a mira destes questionamentos não são as contratações de mão de obra locais. Mas o que se coloca em contestação é a arbitrariedade em que estão fundados os critérios de contratação. É também, a partir dessa lógica excludente e arbitrária, que prossegue a concessão do auxílio emergencial através do cartão, abrindo possibilidades de fragmentação entre grupos de atingidos e intrafamiliares. De modo que, numa perspectiva alarmante, grupos atingidos "com cartão"[73] muitas vezes sejam incorporados na rede de legitimação da atuação empresarial.

Embora esse contexto nos dirija a uma percepção artificial de que as comunidades vêm sendo fragmentadas e destruídas frente à atuação desta rede de interesses controversos, e precisem ser resguardadas. Outra perspectiva é trazida por Simone Tostes (2012) no texto *"Arte, espaço e comunidade: modos de endereçamento e produção de singularidade"*, no qual a comunidade não é algo a ser preservado frente aos interesses capitalistas, mas produzida ativamente por eles.

[73] O cartão de verba de manutenção é concedido aos atingidos que perderam parte ou total fonte de renda frente ao rompimento da Barragem de Fundão e integra o Programa de Auxílio Financeiro Emergencial.

No entanto, utilizamos a noção comunidade, visto o apelo político e jurídico que este termo desempenha, contrapondo-se a segmentação constituinte das práticas empresariais.

No caso do território atingido pelo desastre-crime, esta produção da comunidade está intimamente ligada ao uso das estratégias de marketing para conferir uma imagem de cumprimento de responsabilidade social e à concessão da verba de manutenção. A entrada do cartão no território atingido se reflete na imposição de novos valores e práticas, na qual a questão da água e da pesca vem perdendo sua importância e conferindo centralidade ao cartão fornecido pelas empresas às famílias atingidas (FERREIRA, 2016). De outro lado, possibilitou às empresas o acesso à diversas localidades onde não exerciam influência, já que boa parte dos atingidos que perderam suas rendas se encontram dependentes do auxílio financeiro.

Desse modo, a emergência do auxílio financeiro, traduz-se na *des-reterritorialização* da riqueza atrelada aos atributos ambientais e convenções morais pré-estabelecidas pela abstração monetária trazida pelo cartão, produzindo formas de existência "civilizadas", moldadas à contínua acumulação de capital (ARAOZ, 2011).

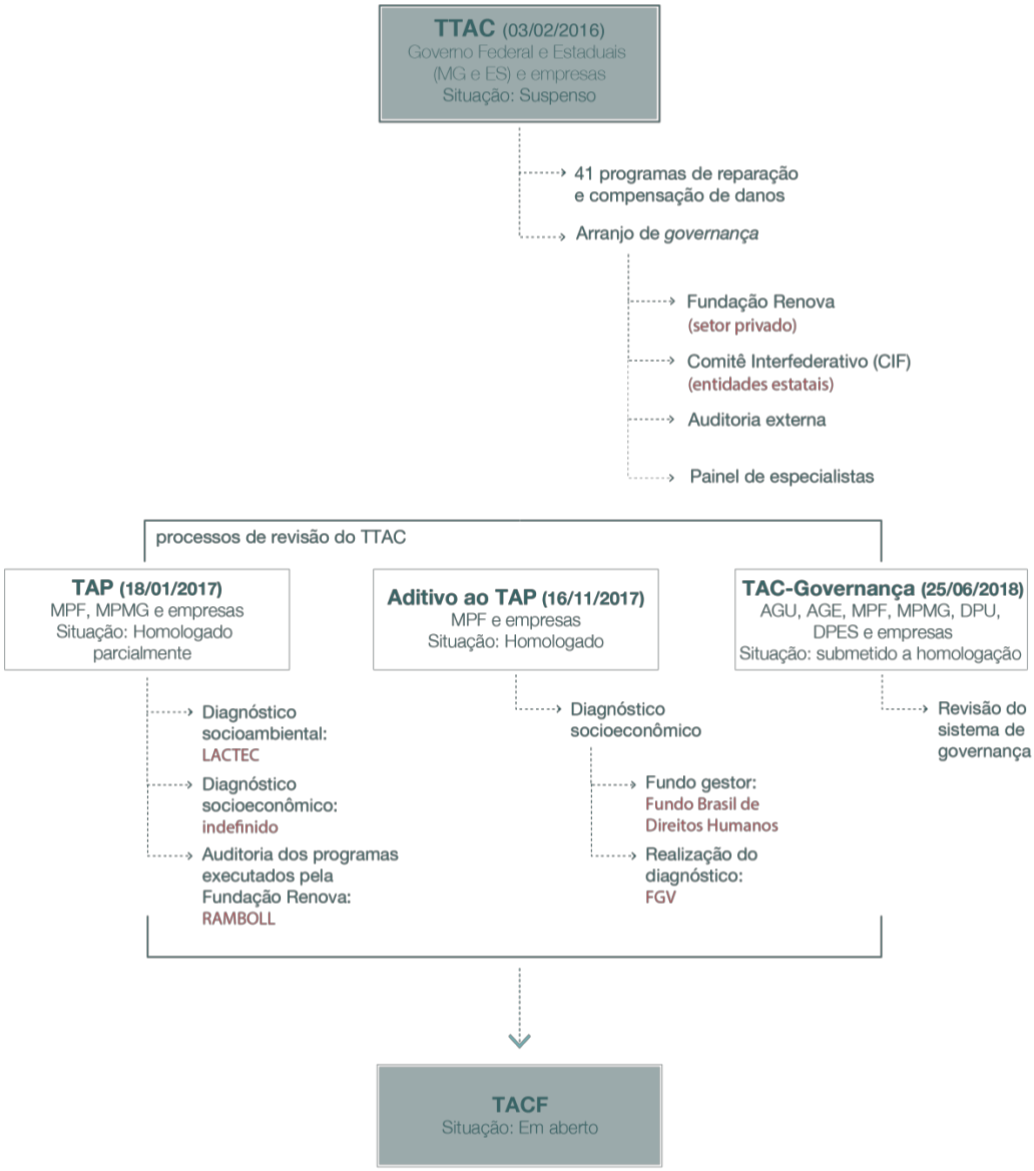
Mediante o exposto, esta articulação em rede envolvendo consultorias jurídicas, organizações não governamentais e prestadoras de serviços convalidam o controle empresarial sobre o território. Ora reproduzindo-o, ora dissimulando-o, ora legitimando-o no âmbito jurídico e simbólico.

Diante das inúmeras manifestações de descontentamento em relação ao acordo e da falta de credibilidade da Fundação Renova pelos atingidos, a legitimidade do sistema organizativo vem sendo colocado em xeque pela falta de participação social. Em contrapartida, a partir da ameaça de prosseguimento da referida ação civil pública, ajuizada pelo MPF em maio de 2016 e que exigia R$155 bilhões para a reparação dos danos do desastre-crime, desde janeiro do ano passado novos acordos vêm sendo arquitetados pelo MPF em conjunto com as empresas, com a finalidade de revisar o sistema administrativo do desastre-crime, bem como as medidas previstas no TTAC a fim de promover uma adequação que busque incluir os atingidos no arranjo de *governança*.

3.5 Revisões do Acordo

Este processo de revisão do TTAC está estruturado em três termos (Figura 48 e ANEXO 01): o Termo de Ajustamento Preliminar, o Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar e Termo de Ajustamento de Conduta sobre a Governança (TAC-Governança).

Figura 48- Diagrama dos encaminhamentos institucionais envolvendo o TTAC



Fonte: Frente de Ação Cartografias do Rio Doce

O acordo tem por objetivo a realização de diagnóstico socioambiental, diagnóstico socioeconômico e avaliação dos programas desenvolvidos pela Fundação Renova, visando definir medidas e iniciativas que possam contribuir para a celebração de um acordo final, o Termo de Ajustamento de Conduta Final (TACF). A tratativa foi assinada em janeiro de 2017, pelo Ministério Público Federal, Vale, Samarco e BHP. Nela ficou estabelecido a contratação das seguintes organizações:

- LACTEC[74], para o diagnóstico socioambiental;
- INTEGRATIO[75], para o diagnóstico socioeconômico e assistência aos atingidos;
- RAMBOLL[76], para a avaliação e monitoramento dos Programas de Reparação executados pela Fundação Renova;

O TAP ainda recomendava a contratação do Banco Mundial, ou outra entidade definida pelas partes, para coordenação dos trabalhos e consultoria ao MPF. No mais, a tratativa prevê como forma de participação dos atingidos, a oitiva através de onze audiências públicas e três consultas prévias a povos e comunidades tradicionais, sendo que cinco seriam em Minas Gerais, mais uma audiência pública com os Krenak, três no Espírito Santo, mais duas audiências públicas com os povos Tupinikim e Guarani. Assim como no acordão, a participação popular foi suplantada mais uma vez do processo de negociação e restringiu sua implementação ao eixo socioeconômico, sendo alijada a questão dita socioambiental, mantida sob a perspectiva técnica.

---

[74] O Lactec, com razão social Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento é um centro de pesquisas privado brasileiro, sem fins lucrativos da categoria OSCIP, que atua a serviço do mercado e da sociedade oferecendo soluções a partir da ciência, da tecnologia e da inovação. Disponível em: < http://www.lactec.org.br/ >. Acesso em 01/06/2018

[75] Empresa de consultoria mineira, "Especializada na gestão de impactos sociais, oportunidades de desenvolvimento local e gestão integrada do território, a Integratio atua a partir de referenciais de desempenho e *compliance* socioambiental adotados nacional e internacionalmente, como a Agenda 21, os Princípios do Equador, os Padrões de Desempenho da International Finance Corporation (IFC) e do Banco Europeu e a Gestão de Parcerias para o Desenvolvimento do International Council on Mining & Metals (ICMM)". Compõem a carteira de clientes da empresas: SAMARCO, VALE, Anglo American, AngloGold Ashanti, Bahia Mineração, BeloSun Mining, Crusader, CSN, Ferrous, Gerdau, Kinross, Mineração Rio do Norte, Mirabela, MMX, MPX, Rio Novo, Rio Tinto, SAM, Votorantin e Yamana Gold, assim como outras empresas associadas ao ramo da mineração. Em 2014, a INTEGRATIO prestou consultoria para a própria Samarco em Bento Rodrigues para mapear possíveis "riscos sociais" que ameaçariam a atividade da empresa na região. Disponível em: < http://integratio.com.br/institucional.php>. Acesso em 04/05/2018.

[76] A Ramboll é uma consultoria multinacional especializada em engenharia e projetos multidisciplinares, de origem dinamarquesa. No Brasil, a Ramboll atua nos mercados de Petróleo & Gás, Meio Ambiente, Saúde e Segurança, Água, Energia, Transporte e Planejamento Urbano. Disponível: <http://www.ramboll.com/>. Acesso em: 04/05/2018.

Em março de 2017, o Termo foi homologado apenas parcialmente (G1, 2017b)[77] devido às contestações em relação a indicação pelas empresas mineradoras, da empresa de consultoria Integratio Mediação Social e Sustentabilidade, a qual ficaria responsável pelo eixo socioeconômico previsto no acordo, e que ficará a cargo dos instrumentos de participação popular. Diante das manifestações sociais contrárias e devido ao vínculo institucional prévio da consultoria com as empresas Samarco e Vale (RACISMO AMBIENTAL, 2017)[78], o Ministério Público propôs a exclusão do item de contratação da Integratio, e a elaboração de uma proposta complementar, o Termo Aditivo ao TAP, referente ao diagnóstico socioeconômico.

Feito isso, os procuradores e promotores do MPF e MPMG, integrantes da Força Tarefa do Rio Doce, juntamente com pesquisadores e representantes do MAB, criaram um grupo de trabalho (GT)[79] que elaborou um Termo de Referência contendo princípios norteadores e desenho institucional para o eixo socioeconômico. No entanto, na tentativa de exercer o controle da reparação dos danos causados, por meio de nota, as empresas deslegitimaram a articulação do GT caracterizando, "a participação de entidades do terceiro setor e do GT [...] deve ser meramente orientativa". Em contrapartida, atingidos e apoiadores mobilizaram uma nota de repúdio contra a incidência das empresas sobre o processo de reparação (MAB, 2017)[80].

A proposta recomenda que a execução do diagnóstico fosse dividida entre uma entidade gestora, que administraria os recursos, e uma entidade operacional, que seria responsável pelas audiências públicas e pela realização do diagnóstico. Este arranjo visa que a primeira atenda as exigências das empresas – considerando as regras de *compliance* por elas impostas –, mas não exerça ingerência sobre a metodologia de trabalho da segunda, que estaria em contato direto com os atingidos.

---

[77] Disponível em: < https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/justica-homologa-parte-do-acordo-preliminar-entre-mpf-vale-samarco-e-bhp-sobre-desastre-em-mg.ghtml >. Acesso em: 18/03/2018

[78] Nota de repúdio "É indecente a empresa Integratio ser cogitada como consultora no Acordo Prévio do MPF com Samarco/Vale/BHP". Disponível em: https://racismoambiental.net.br/2017/02/24/nota-de-repudio-e-indecente-a-empresa-integratio-ser-cogitada-como-consultora-no-acordo-previo-do-mpf-com-samarcovalebhp/ > Acesso em: 05/04/2018.

[79] Participaram desse grupo integrantes do Pólos de Cidadania-UFMG, GESTA-UFMG, GEPSA-UFOP, ORGANON-UFES, PoEMAS-UFJF e ADAI.

[80] Disponível em: < http://www.mabnacional.org.br/noticia/pesquisadores-entidades-e-atingidos-pelo-rompimento-da-barragem-rejeitos-em-mariana-mgrepu-0 >. Acesso em: 18/06/2018

Além disso, foi proposto a instituição do Fórum de Observadores. A instância possui natureza consultiva, formado por representantes dos atingidos, da sociedade civil e das comunidades tradicionais, que se fundamenta como uma "instância de participação e controle social, cujo objetivo é acompanhar os trabalhos e analisar os resultados do diagnóstico e das avaliações realizados".

Ao longo de um extenso processo de negociação com as empresas, em que munidas de um equipe jurídica ampla determinavam limitações conceituais e a escolha das instituições[81], chegou-se a indicação do Fundo Brasil de Direitos Humanos[82] pelo GT, que somente foi aceita pelas empresas condicionada à contratação casada da Fundação Getúlio Vargas (FGV), designadas de modo inverso ao proposto previamente pelo GT. Desse modo, a entidade de Direitos Humanos (o Fundo Brasil) foi designada na condição de Gestora e a entidade de perfil corporativo a FGV, ficou a encarregada da elaboração do diagnóstico e contratação das assessorias técnicas.

Contrariados com a aceitação da contratação casada do Fundo Brasil e da FGV pelo Ministério Público, os grupos de pesquisa se desligaram do GT, ressaltando a subversão das propostas iniciais e o controle das empresas causadoras do desastre-crime sobre os processos de negociação. Ainda assim, em novembro de 2017 a Força Tarefa do Rio Doce e as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton assinaram o aditamento ao TAP[83] (MPF, 2017).

Posteriormente, o Ministério Público e fundações do Rio de Janeiro, contestaram judicialmente a contratação da FGV, devido ao alinhamento de interesses econômicos entre a instituição e a Vale, que integrava o Conselho Curador da FGV desde 2011. À

[81] Relato de pesquisador participante do GT.

[82] "O Fundo Brasil de Direitos Humanos é uma fundação independente, sem fins lucrativos, com a proposta inovadora de construir mecanismos sustentáveis para canalizar recursos destinados aos defensores de direitos humanos. A fundação impulsiona as atividades de pessoas e organizações não governamentais voltadas à defesa dos direitos no país. Faz isso por meio de um modelo de apoio a projetos que estimula o investimento social e desenvolve a filantropia nacional voltada para a justiça social". A fundação foi criada sob a orientação de ativistas e acadêmicos respeitados e recebeu apoio inicial da Fundação Ford. Além da Fundação Ford, são financiadores da instituição: Open Society Foundations, OAK Foundation, Instituto Betty e Jacob Lafer e Climate and Land Use Alliance. Disponível em: <http://www.fundodireitoshumanos.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 04/05/2018

[83] Disponível em: < http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-mg-e-mpmg-firmam-acordo-com-samarco-vale-e-bhp-na-area-socioeconomica >. Acesso em: 18/03/2018

revelia da recomendação do MP-RJ, em maio a Justiça Federal autorizou a contratação da Fundação (G1, 2018)[84].

Adicionalmente, em meados de 2017 por iniciativa do MPF, MPMG, DPU e DPES em conjunto com as empresas, iniciou-se a discussão sobre o Termo de Ajustamento de Conduta sobre a Governança (TAC-Governança). O acordo objetiva aprimorar o sistema de gestão, acompanhamento e controle das ações de reparação previstos no TTAC.

A discussão sobre o TAC-Governança culminou na elaboração de uma minuta, que foi apresenta aos atingidos durante o processo de avaliação participativa conduzida pelas equipes técnicas da Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA/MPF) e da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos/MPMG). Este trabalhou resultou em um balanço crítico sobre a percepção dos atingidos a respeito da minuta do TAC-Governança e do modelo de *governança* atual.

Os apontamentos levantados neste trabalho pericial estão dispostos no relatório *Avaliação participativa da minuta do Termo de Ajustamento de Conduta sobre a Governança (TAC-Governança).* Um dos principais questionamentos assinalados pelos atingidos na avaliação do acordo de *governança,* refere-se ao fato da proposta ter sido novamente elaborada sem participação deles. Outra questão abordada, é que o processo de negociação deste acordo foi iniciado antes que as Assessorias Técnicas Independentes[85] fossem contratadas para todas as localidades, prejudicando a participação efetiva dos atingidos no processo de reparação, já que a assessoria técnica cumpre o papel de dissolver a assimetria de poderes no processo reparatório.

Em 25 de junho de 2018 o TAC-Governança foi assinado e devido ao seu caráter recente, não conseguimos incorporá-lo a este trabalho, de modo a detalhar as alterações

---

[84] Disponível em: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/justica-federal-autoriza-que-a-fundacao-getulio-vargas-seja-contratada-para-fazer-diagnostico-do-desastre-de-mariana.ghtml >. Acesso em: 20/03/2018.

[85] Os atingidos do município de Mariana contam com apoio de Assessoria Técnica desde setembro de 2016. A entidade escolhida pelos atingidos foi a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, organismo da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), com atuação no estado de Minas Gerais no campo da ação social e assistência técnica. O valor total do projeto é de R$ 9.531.874,57, terá duração de 04 (quatro) anos e os profissionais não possuirão qualquer vínculo com as empresas rés (Samarco, Vale e BHP). A responsabilidade das empresas será de apenas custear a assistência técnica. A contratação foi viabilizada pelo MPMG, através do processo n. 0400.16.003473-4. (MINAS GERAIS, 2016). Seguindo os êxitos precedentes, em junho de 2017, Barra Longa-MG conquistou a contratação da assessoria técnica coordenada pela Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS).

propostas pelo mesmo. A tratativa prevê diretrizes como o reconhecimento de comissões locais, a constituição de câmaras regionais, bem como a inserção de atingidos no CIF e na constituição interna da Renova, que são importantes avanços para democratização do processo de reconstrução.

Mas destacamos as seguintes ressalvas realizada pelo MAB (2018, grifo nosso)[86], que diz respeito a manutenção da presença majoritária das empresas no corpo institucional da Fundação Renova:

> Destacamos, no entanto, que a participação [dos atingidos] é sempre minoritária nos espações de decisão, o que inviabiliza que os atingidos definam os caminhos para a reconstrução de suas vidas [...]
>
> [...] Para nós, a reparação integral só será efetivada quando as vítimas se reconhecerem e forem reconhecidas como protagonistas da recuperação do Rio, e em nenhum momento as comunidades colocaram a necessidade de criar uma *governança*, e sim pediram a imediata implementação da assessoria técnica para equalizar a assimetria de poderes no processo indenizatório. A governança foi imposta às comunidades, por cabeças que nunca pisaram ao longo da bacia, construída e firmada em escritórios longe das necessidades das comunidades, e em descompasso com suas necessidades. Nosso posicionamento não é novo, a oposição ao debate da *governança* já havia sido expressa ao MPF em consulta realizada por peritos em 2017, manifestação não acolhida pela entidade.

Ademais, ainda se questiona a provisão de recursos limitados, visto que o TAC-Governança prevê uma garantia judicial de apenas 2,2 bilhões de reais, quantia aquém da estimada – os R$155 bilhões previstos na ACP ajuizada pelo MPF em face às empresas[87] - necessária para reparação dos danos do desastre-crime. Além disso, delatam que os atuais programas e as ações da Fundação Renova não correspondem em proporção aos danos causados, e por vezes "sua execução aprofunda ainda mais as violações de direitos", tal qual acontece diante das irregularidades referentes ao Programa de Cadastramento e ao Programa de Auxílio Emergencial, apontadas nesta dissertação.

Emerge desse processo institucional algumas considerações. A manutenção da postura visivelmente coercitiva das empresas no processo de elaboração dos divergentes termos e com diversos atores: na construção do TTAC com representantes da União e dos estados, do TAP com o Ministério Público; e do Termo aditivo ao TAP associado a Força Tarefa do Rio Doce e grupos de pesquisa integrantes do GT; e agora com TAC-

[86] Disponível em: < http://mabnacional.org.br/noticia/em-novo-acordo-sobre-crime-em-mariana-empresas-criminosas-seguem-mandando>. Acesso em: 27/03/2018.
[87] Ação Civil Pública nº 0023863-07.2016.4.01.3800

Governança incorporando diversos escalões da Defensoria Pública. Esta recorrência enfatiza a assimetria de poder em que situam as negociações, e que se assumem ainda mais incisivas no interior dos territórios, deliberando ações e critérios de reparação.

De tal conjuntura, emerge como apontamento que a saída institucional é via de regra concatenada pela ação empresarial, que se torna evidente, visto o aparato jurídico das empresas. Em contrapartida, ressalta-se a efetividade das ações institucionais articuladas à ação direta organizada pelos movimentos de resistência e à atuação acadêmica. De modo relevante, a atuação da Força Tarefa somou esforços a pressão social e garantiram a contratação de assessoria técnica - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) - escolhida pelos moradores de Barra Longa, em meio ao embate acirrado com as empresas, que têm ao seu favor a atuação de cerca 600 funcionários da Fundação Renova ao longo do território, canalizando para uma exacerbação do dissenso no interior das comunidades em benefício das empresas. Sobre este processo, Simone Silva relata:

> Ao seguir dos meses, o que nós vimos foi a Samarco boicotar de todos os jeitos nossa pauta. Fizeram todos os tipos de exigências, insinuaram que a AEDAS não conseguiria prestar o serviço, mentiram dizendo que ela poderia carregar nosso dinheiro, convenceram atingidos a ser contra a Assessoria e a Comissão, etc. Aconteceu de tudo. Mas, como prova da nossa clareza e organização, nós conquistamos (MAB, 2018b)[88].

Do mesmo modo, no referido processo de inclusão de novas comunidades nos programas de indenização, cadastramento e auxílio emergencial, as Defensorias Públicas da União e do Espírito Santo fundamentaram-se importantes aliados das redes de resistência. Contudo, a efetividade de sua atuação se mostrou limitada quando desarticulada das mobilizações. Um exemplo disto foi a repercussão da nota referente ao reconhecimento do norte e sul da foz, emitida pelo Grupo Interdefensorial do Rio Doce ao Comitê Interfederativo em novembro de 2016[89], que não foi validada pelo CIF. Uma primeira decisão favorável só veio a ocorrer após um processo de mobilizações envolvendo o bloqueio de linha férrea, a ocupação da reunião do Comitê e a efetivação de denúncias na Assembléia Legislativa do Espírito Santo.

---

[88] Disponível em: < http://www.mabnacional.org.br/noticia/assessoria-t-cnica-um-direito-dos-atingidos-pela-samarco-0> . Acesso em: 20/05/2018

[89] Nota técnica do CIF nº 02/2016. Disponível em: < http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/notas-tecnicas/CT-OS/2016/CIF-NT-002-CT-OSCIF-GIRD-Forum-Norte-e-Barra-do-Sahy-1.pdf>. Acesso em: 12/05/2018.

Desse modo, parece cabível considerar que frente aos processos de *des-reterritorialização* sob domínio empresarial e atuação controversa dos agentes institucionais, é possível afirmar que as ações que ocorrem a partir da esfera isolada de negociação tendem ao privilégio dos interesses empresariais. Encaminhá-los para decisões que assegurem a efetivação de direitos, necessita articulá-los à organização popular. Tais apontamentos justificam o lugar atribuído pelo MAB à ação direta nos processos de reivindicação, que é de priorização desta, ante aos processos de negociação, visto que "a luta e a mobilização da base constituem a única possibilidade de conquistar uma negociação justa" (VAINER, 2003).

Não obstante a atuação acadêmica também tem sido um importante ator na efetivação de denúncias em diversas escalas, através do engajamento em moções de repúdio, de ocupação dos espaços institucionais como foi o GT, produção de documentos técnicos, com o referido Parecer Técnico sobre o cadastramento elaborado pela GESTA-UFMG, através da promoção de textos com caráter de denúncia, abertura de espaços acadêmicos e fortalecimento dos espaços de luta, o que se revelou através de nossa atuação e à de outros grupos, programas, projetos e pesquisadores envolvidos.

Nesse sentido, consideramos que frente à articulação em rede por interesses controversos, organizada pelas empresas, se faz indispensável a ativação de ações de resistência articuladas nos diversos espaços institucionais, acadêmicos e de ação direta no território.

Por último, sublinhamos que embora a arranjo institucional, bem como as medidas implementadas previstas no TTAC tenham passado por um processo de revisão, a ideia em si de uma parceria público-privada não está em questão. Visto que a dissolução não é posta como possibilidade, a célere estruturação desse arranjo foi o grande êxito institucional para a configuração da gestão do desastre-crime sob a égide empresarial. Questiona-se ainda, se inclusão da participação tem por função principal validar o sistema organizativo ou efetivamente, garantir o controle social sobre a reparação.

CAPÍTULO IV - *DES-RETERRITORIALIZAÇÕES* DO CONTEXTO GEOGRÁFICO

As desterritorializações[90] sobre o contexto geográfico, imediatas ao rompimento da barragem de Fundão, compreendem o processo de profunda degradação ambiental que afetam as condições de reprodução dos modos de vida e de trabalho, das comunidades viventes às margens do Rio Doce e do litoral atingido e, também correspondem ao deslocamento compulsório de moradores de comunidades soterradas pela lama em Mariana (MG) e Barra Longa (MG). Tais desterritorializações aprofundam-se e derivam-se em outras, a partir de práticas empresariais de fragmentação socioespacial, de fechamento dos territórios, de encobrimento dos vestígios do desastre-crime e também de alocação provisória dos atingidos em um território submetido ao controle corporativo.

É importante ressaltar que não só a alteração das condições de moradia, como decorreu no epicentro do desastre-crime, implica nos deslocamentos populacionais. A falta de condições de sobrevivência em determinadas localidades também tem implicado em alguns níveis de êxodo, como observou Bianca de Jesus Silva (2018) em Regência e o MPF e MPMG ao relatar casos de migração de família residentes em comunidades litorâneas onde o acesso aos programas indenizatórios e de auxílio subsistências são dificultados pela Fundação Renova para localidades próximas, onde a atuação da Renova tem sido mais ativa no reconhecimento dos direitos.

O processo de precarização territorial, derivado da contaminação do Rio Doce e da porção do litoral atingido pela lama de rejeitos se traduz na dissolução das condições materiais e imateriais da reprodução social de muitos grupos em uma localidade. Pois os cursos d'água, além de fonte de água para consumo e de onde se extraí o próprio alimento, constitui elemento central para o desenvolvimento das práticas de trabalho, de lazer e religiosas. Bem como, também modifica as relações com a terra pelo cessar do abastecimento de água e por meio do soterramento de quintais, roças, pastagens e benfeitorias.

Assim descreve Ferreira (2016, p. 270),

[90] Aqui mencionamos desterritorializações e não a *des-reterritorialização*, porque se refere particularmente ao movimento de ruptura e não ao processo *continuum* de territorialização-desterritorialização-reterritorialização.

> Comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, de pescadores artesanais e camponeses tradicionais mantêm uma relação intrínseca de diálogo com a natureza, a partir da qual produzem a própria existência material, simbólica e afetiva. Convivem diretamente com as dinâmicas dos ciclos naturais e possuem saberes importantíssimos a respeito da biodiversidade que vivenciam. Nessas terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2011), a apropriação e o uso comum dos recursos constituem modelos culturalmente específicos da natureza (ESCOBAR, 2005). Seu vivido territorial constitui a morada dos valores materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos que perpassam as histórias de vida, selam cumplicidades, identidades e o sentimento de pertença em relação ao território.

Neste sentido, a manutenção desses modos de vida está atrelada a riqueza relacionada aos atributos ambientais. Ao longo do Rio Doce estas práticas se manifestam na agricultura e pecuária, na pesca, nas atividades de extração mineral em pequena escala realizada por garimpeiros, faiscadores e areeiros.

Tais transformações afetam tanto as atividades produtivas em regime de comercialização de excedentes, como aquelas ligadas as experiências de economia solidária e de auto-sustento. Em Bento Rodrigues, por exemplo, pessoas que praticavam a agricultura familiar, num sistema auto-gestionado e baseado em cooperativismo e que fomentaram a Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues (AHOBERO)[91], tiveram suas fontes de renda extinguidas pela lama (GONÇALVES *et al*, 2016).

Bem como, a perda dos quintais, das hortas, árvores frutíferas e de benfeitorias como poços de peixes, pastagens e currais nas comunidades soterradas refletem no incremento significativo sobre as despesas mensais de algumas famílias, conforme traz Ananda Martins Carvalho (2018), a partir de sua dissertação *Memórias de Rio e gente* alocada em Mariana (MG),

> A abundância remetida àquilo que se plantava na terra é frequente entre os moradores. Todos aqueles que entrevistei mantinham, em seu quintal, uma horta ou pés de fruta para consumo próprio e distribuição entre os vizinhos. Aquilo que antes era doado, agora, no centro de Mariana, é comprado (e com pouca qualidade, segundo afirmam moradores), o que faz com que os gastos básicos sejam incrementados.

No Espírito Santo, Ferreira (2016, p. 275) identifica que para as pequenas comunidades ribeirinhas de Mascarenhas, em Baixo Guandu e Maria Ortiz, em Colatina (Figura 49),

91 A AHOBERO produz pimenta biquinho, da qual se fabrica a geléia de pimenta, e tem na agricultura familiar a fonte de emprego e renda dos seus associados. Atualmente, é composta por doze integrantes responsáveis por todo o procedimento de fabricação, que se dá, basicamente, pelo plantio/colheita, preparo das pimentas, cozimento, higienização e enchimento dos potes, rotulagem/ embalagem e estocagem (CURI FILHO et al., 2015, p. 45-46, apud GONÇALVES *et al*, 2016).

> o Rio Doce representava a quase exclusiva atividade de produção de alimento e de renda, que era realizada por homens e mulheres. Para as crianças, era o verdadeiro quintal, onde se podia brincar e jogar bola nos bancos de areia formados nos períodos da estiagem. Para todos, uma "válvula de escape" à convivência cotidiana com o minério; outro horizonte possível.

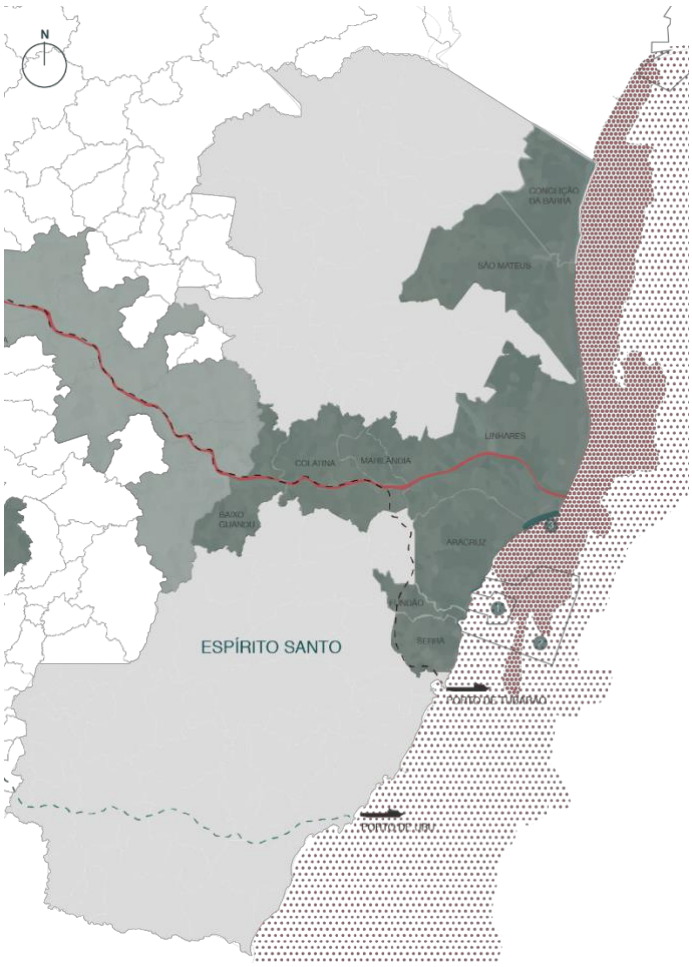
Destaca-se que a renda média semanal dos pescadores destas comunidades chegava a R$ 600,00 (FERREIRA, 2016, p. 275), contrastando com o valor do auxílio financeiro mensal concedido aos moradores fixado em um salário mínimo, com acréscimo de 20% por dependente. Além disso, em Itapina, também localizada em Colatina (ES), boa parte da população não era pescador profissional, mas mantinha a prática para subsistência. Não peculiar, este contexto ilustra a realidade de muitas pessoas ao longo da bacia. A falta de registro profissional dificulta o reconhecimento dos atingidos nos moldes realizados no citado Programa de Auxílio Emergencial. Tais impedimentos prosseguidos pela Renova, levaram ao MPF e outros (2018) enfatizarem na recomendação conjunta que,

> deve ser reconhecido como pescador (i) seja quem comprove o exercício da atividade de pesca pela apresentação de carteira emitida pelo Ministério da Pesca e Agricultura ou de protocolo de solicitação da carteira ao aludido Ministério, emitidos até 5.11.2015; (ii) seja quem, não possuindo os referidos documentos, declare o exercício da atividade de pesca, mediante declaração escrita, a ser realizada sob as penas da lei. (MPF, 2018)

Nas comunidades litorâneas atingidas e recentemente incluídas nos programas de indenização como as situadas nos municípios São Mateus (ES) e Conceição da Barra (ES) (Figura 49), a contaminação do oceano somada a atuação empresarial reverbera numa situação de extrema vulnerabilidade vivenciada por pescadores, marisqueiros e catadores de caranguejo e agricultores. Apesar da Fundação Renova ter chegado às localidades no início de 2018, prossegue com uma política aparentemente arbitrária de inclusão dos atingidos nos programas indenizatórios e de concessão do auxílio financeiro, de modo que "Reconhecem um pouquinho aqui, um pouquinho ali" conforme traduzido pelo atingido José Martins Pereira[92]. Configurando um cenário de fragilização social, pois "tem gente passando necessidade, que depende da pesca". Acentua-se este quadro de vulnerabilidade com a dificuldade de acesso a informação em relação à qualidade da agua e do pescado, que tem produzido questionamentos acerca da segurança alimentar dessas populações (MPF, MPMG, 2018).

[92] Disponível em: http://jornalasirene.com.br/espirito-santo/2018/04/24/fomos-reconhecidos-mas-nao-fomos. Acesso em: 20/06/2018

Figura 49 – Municípios Capixabas atingidos



Fonte: Frente de Ação Cartografias Emergentes

Diante de tais afetações é possível compreender que a precarização territorial irrompe as condições de reprodução social de alguns grupos. Tais rupturas se traduzem de modo explícito na dinâmica de abandono deste território a partir do deslocamento compulsório e de modo menos visível na impossibilidade de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios ou na perda dos referenciais simbólicos.

De forma mais complexa, se entendemos o homem “como ser que se constrói historicamente a partir da relação com a natureza” (CARLOS, 2001, p.76) é compreensível quando a matriarca da comunidade, também conhecida como a Sereia do Rio Doce, descreve a contaminação do curso d’água como “a perda de um ente querido". Tão familiar ao rio, a matriarca foi responsável por ensinar muitas mulheres a pescar. Assim, a pesca, bem como tear de redes, a comercialização do pescado, se constituíram

como atividades que agrupava as mulheres da comunidade. A pescadora conta que muitas vezes que "enchia o balaio de peixe, colocava em cima da bicicleta e ia até a cidade pra vender", e foi assim que "criou" os filhos[93]. Muito mais do que a garantia de independência financeira, o rio era uma ocupação e elemento constitutivo da subjetividade.

Figura 50 – Pescador de Maria Ortiz mostra os objetos de pesca, hoje objetos de memória. Ao fundo está o Rio Doce, o quintal de todas as casas na comunidade.

Fonte: Arquivo pessoal da autora

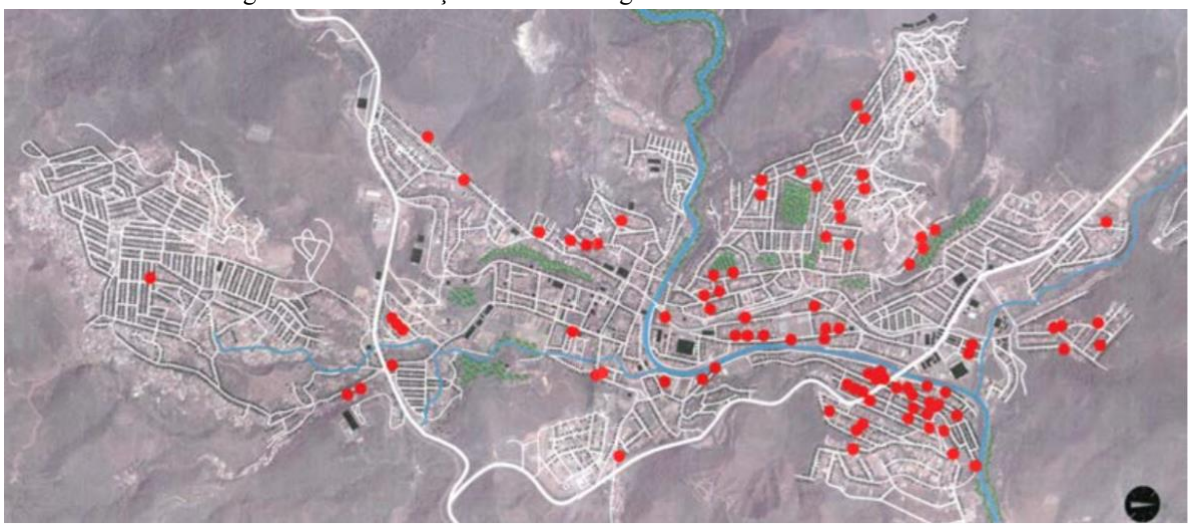
Quem conhece Maria Ortiz, em Colatina (ES), entende essa relação tão próxima entre a comunidade e o rio, afinal é o quintal de todas as casas (Ver Figura 43[94]). Assim, o desastre-crime enclausurou a localidade, em meio a um cenário tóxico, entre o rio contaminado e os trilhos do trem controlados pela Vale. Se anteriormente o rio era uma infinidade de possibilidades, de lazer, de sustento e de destinos, hoje se reduz a uma fronteira geográfica a não ser ultrapassada. Da mesma forma, após o rompimento de Fundão, o rio se constitui em um impedimento ao atravessamento entre Cachoeira Escura,

93 Relato do caderno de campo de novembro de 2016, durante a Arena Itinerante ORGANON-UFES.
94 Disponível em pág. 123.

no município de Belo Oriente (MG) e São Lourenço, no município do Bugre (MG), mencionado no relato da *Marcha de 01 ano de Lama e Luta.*

Em outros níveis, o isolamento também é vivenciado pelas pessoas deslocadas compulsoriamente das localidades soterradas em Mariana, e que foram realocadas em casas alugadas na área central do município, distribuídas espacialmente de forma dispersa, o que fragiliza a sustentação dos laços de vizinhança que interligavam os moradores.

Figura 51 - Localização das casas alugadas na cidade de Mariana.



Fonte: Jornal "A Sirene – Para não esquecer", Edição número zero, 2015.

Aprofundam este isolamento dos atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo uma série de hostilizações das quais eles têm sido alvos no centro do Município, em que se atribui a eles a culpa pelo cenário de desemprego que acomete a cidade de Mariana-MG. Segundo Carvalho (2018, p. 123) "muitos entendem que a paralisação da empresa está ligada aos custos que a mineradora está tendo para manter os alugueis e os salários mínimos mensais dos atingidos. As hostilizações ocorrem por meio de insultos variados". Assim, sugere-se que por detrás desta saída de alocação dos atingidos desterritorializados no centro de Mariana-MG, onde a empresa nutriu o seu domínio historicamente através da dependência econômica, recostam-se os interesses corporativos de exercer o controle biopolítico sobre os atingidos.

Outro fator que também contribui para essa sensação de reclusão e de confinamento, é a inserção destes moradores em casas e apartamentos apertados, sendo

que antes muitos dispunham de áreas externas. Assim, Martins (2018, p. 123) traz o relato da moradora Angélica Peixoto, atingida de Paracatu de Baixo,

> E outra coisa, essas casas todas fechadas. A gente lá tinha essa liberdade, de contato mesmo, com a natureza, a gente tinha uma porteira, mais pra impedir os animais de entrar no quintal, né, o objetivo dela lá era só esse, impedir que alguma vaca passasse, que algum cavalo passasse para o quintal. E aqui não, é tudo fechado, a gente tem que ficar o tempo todo com chave, tem também a campainha, né. Então, são mudanças bem significativas.

Da mesma forma, a falta de espaços de lazer e equipamentos comunitários tem concentrado o cotidiano dos moradores de Paracatu de Cima, em Mariana-MG, aos espaços de vida privados, distanciados das relações de sociabilidade, como citamos durante o relato da disciplina *UNI 009 Cartografias Emergentes*. De igual maneira, a contaminação do próprio rio e do mar, enquanto espaços de lazer, produzem a dissolução das relações socioespaciais que se davam sobre estes.

O acirramento desses distanciamentos e, por conseguinte, do desastre-crime que segue em curso, se dá através das investidas das empresas – e da Fundação Renova – de domínio sobre o território por meio de estratégias de fragmentação, sejam elas a fim de cristalizar as divergências socioespaciais, como também de segmentar e criminalizar as resistências. É nessa perspectiva que se fortalecem as separações entre os direitos de reassentamento dos moradores de Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima, em Mariana-MG.

Seguindo a mesma lógica, que aparentemente as empresas conduzem as negociações até a exaustão, a fim de exacerbar os dissensos, como muito bem exemplificado no processo de definição do terreno do reassentamento em Gesteira, Barra Longa-MG. Neste distrito, parte da comunidade que morava às margens do rio Gualaxo teve seus territórios, casas e modos de vida soterrados. Ao todo foram nove casas destruídas, uma escola municipal, campo de futebol, a igreja Nossa Senhora da Conceição, os espaços comunitários, 11 lotes nas margens do rio Gualaxo do Norte, onde eram cultivados alimentos em uma agricultura para autoconsumo. Embora não invadida pela lama, a parte alta de Gesteira, na área chamada de Mutirão foi afetada pela perda dos espaços comuns e das relações de vizinhança (MAB, 2017)

O impasse na localidade foi produzido pelas empresas ao inviabilizarem a compra do terreno adequado às necessidades de todos os moradores, ofertando apenas saídas incompatíveis com as necessidades da população a ser reassentada. O desgaste do

processo acabou gerando cisões internas entre aqueles que, angustiados por soluções definitivas, cogitaram receber indenização em dinheiro, aqueles que não abrem mão do reassentamento e ainda outros que devido a falta de informação não sabiam decidir (MAB, 2017b)[95]. Por conveniência das empresas, não foi cogitada a possibilidade de recorrer ao poder estatal para desapropriação, que nem seria necessária, visto que o proprietário do terreno anunciou posteriormente a disponibilidade de venda, conforme explica o atingido Julio César Gilberto da Silva "o próprio dono dos terrenos disse para nós, moradores, que nunca se opôs a essa venda. A questão é que ele nunca foi procurado" (A SIRENE, 2017)[96].

Na contramão dos empenhos empresariais, a organização dos atingidos em conjunto com as comissões locais e com apoio do MAB e posteriormente, fortalecidas pela assessoria técnica dos atingidos, coordenada pela Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), ajudou a esclarecer dúvidas técnicas e articular as mobilizações, a partir da construção dos grupos de base e de uma pauta de reivindicações[97]. O encaminhamento do reassentamento é resultado deste processo. Para a atingida e militante do MAB, Marta Rola,

> A assessoria nos deu condições de entender muita coisa que não estava claro para nós, além de ajudar a trazer os atingidos para as reuniões. Antes não tínhamos como mobilizar tanta gente nem reunir em pequenos grupos. Isto está sendo fundamental e agora vamos avançar (MAB, 2018b)[98]

Em setembro de 2017, com a mediação do MPMG e do MPF e a atuação da AEDAS, a comunidade de Gesteira assinou o Termo de Compromisso com o proprietário do terreno escolhido, estabelecendo obrigações referentes à definição precisa da área que será destinada ao reassentamento das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de

---

[95] Nota assinada pelo MAB e os grupos de pesquisa ORGANON-UFES, PoEMAS-UFJF, GEPSA-UFOP e HOMA-UFJF. Disponível em: < http://www.mabnacional.org.br/noticia/samarco-atua-para-n-fazer-reassentamento-gesteira >. Acesso em: 20/06/2018

[96] Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/moradia/2017/11/17/reassentamento-das-comunidades-atingidas >. Acesso em: 20/05/2018

[97] A Pauta de Reivindicações dos Atingidos e Atingidas de Barra Longa foi entregue às empresas em fevereiro de 2017 em assembleia na Câmara dos Veredores de Barra Longa. O documento foi estruturado em 6 eixos: 1) Direito à moradia digna e infraestrutura; 2) Direito ao trabalho digno, geração de renda e desenvolvimento socioeconômico; 3) Direito a participação, poder de decisão e acesso à informação; 4)Direito à saúde, à qualidade de vida e à convivência familiar e comunitária; 5) Direito ao ambiente saudável; 6) Direito a indenização justa. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/assessoria-t-cnica-um-direito-dos-atingidos-pela-samarco-0>. Acesso em: 20/05/2018

[98] Disponível em: < http://www.mabnacional.org.br/noticia/assessoria-t-cnica-um-direito-dos-atingidos-pela-samarco-0>. Acesso em: 20/05/2018

Fundão. Tal definição ajudou a dar prosseguimento as discussões do reassentamento de forma organizada.

Neste contexto do epicentro do desastre-crime, a desterritorialização de moradores de áreas soterradas e o movimento de reterritorialização constituindo novos territórios abre espaço para a seguinte problematização: a reterritorialização relativa (referente ao *socius*) não implica a retomada aos territórios originais, nem está circunscrita a um sentido positivo, de retomada dos enlaces locais ou do controle sobre o território (HAESBAERT, 2004). Pois é também possível, que a reterritorialização seja condicionada por interesses alheios à população que ali se reproduz, configurando uma territorialização precária, em condições há pouco controle da população sobre seus espaços de vida. E é justamente neste domínio sobre o processo *continuum* de *des-reterritorialização* que se efetiva a acumulação de capital.

No interior desses processos de reterritorialização precária, segundo Haesbaert (2004, p. 335) é possível que ocorra escapes ou reterritorializações simbólicas que se apresentam na constituição de laços de sociabilidade entre a população e seu espaço vivido, mas que se distingui de um controle efetivo. Estes escapes se apresentam no contexto do desastre-crime, nas reuniões entre atingidos, nos festejos comunitários no território atingido no epicentro do desastre-crime, o que pressupõe não só reencontrar os antigos vizinhos, como também o processo de revisitar o território devastado. Essa dinâmica traz à tona a importância do espaço para a manutenção dos laços de sociabilidade.

Em contraposição a essas tentativas de reterritorialização simbólicas, as empresas tentam cercear esses enlaces locais exercendo o controle sobre o acesso e a circulação no território atingido, estratégia que se associa a outra, relativa ao apagamento dos rastros do crime que abordaremos agora.

4.1 Cercamentos e encobrimento dos rastros do desastre-crime

O controle empresarial sobre a organização espacial do território atingido e o encobrimento dos vestígios do desastre-crime se apresentam de forma exacerbada no epicentro do desastre-crime, com o alagamento de parte da comunidade de Bento Rodrigues, mas é também possível percebê-lo em outros níveis ao longo da bacia.

Me atentei a este processo a partir da fala de uma herdeira de terreno no citado povoado, que remonta o processo de tentativa de impedir os atingidos em re-visitar a localidade, e a emergência do plano de transformação de parte do povoada em área alagada.

> No dia 18 de dezembro [de 2015] a empresa fecha, constrói uma guarita e a partir daí começa a tentativa de afastar os moradores de Bento Rodrigues da localidade, e se apropriar. Janeiro, aquele período chuvoso e uma série de questões que se alegava né? Falta de segurança, então criou uma série de processos, um processo muito burocrático para as pessoas conseguirem acessar. Em fevereiro, no dia 26 de fevereiro [de 2016] a gente começou tendo denúncias de moradores da localidade de que a empresa tava começando obras nas nossas terras, sem qualquer comunicado. E aí seguiu em algumas conversas do meu tio e posteriormente a gente teve conhecimento das obras que já estavam em curso - dique s1, s2 e s3 - nas áreas de propriedade da empresa e já tinha o interesse do dique s4 na nossa propriedade, e que era uma obra bastante problemática[99].

Esse processo de impedimento as visitações, abarcou a reorganização do espaço, impondo fechamentos e contenções de circulação nas ruínas das edificações soterradas, alocação de avisos de segurança e implementação de guaritas, portaria e cancelas de responsabilidade da Samarco, visando controlar o acesso à localidade. A justificativa exposta pelas empresas com respaldo da Defesa de Civil de Minas Gerais e da Prefeitura de Mariana é prezar pela segurança das pessoas que estivessem visitando a localidade, confrontada pelo interesse dos atingidos em revisitar a área. Em meio a esse contexto vigiado, relatam-se que algumas casas que não foram atingidas pela lama foram saqueadas, restando sem portas, janelas, telhas e totalmente vazias por dentro. (NALON; CERQUEIRA; CHIAVEGATTO, 2019). Esta circunstância levanta questionamentos sobre a efetividade da segurança do povoado conduzida pela Samarco.

[99] Relato extraído de apresentação no Seminário do Balanço de 1 ano do Rompimento da Barragem de Fundão, realizado em novembro/2016. Registro da autora.

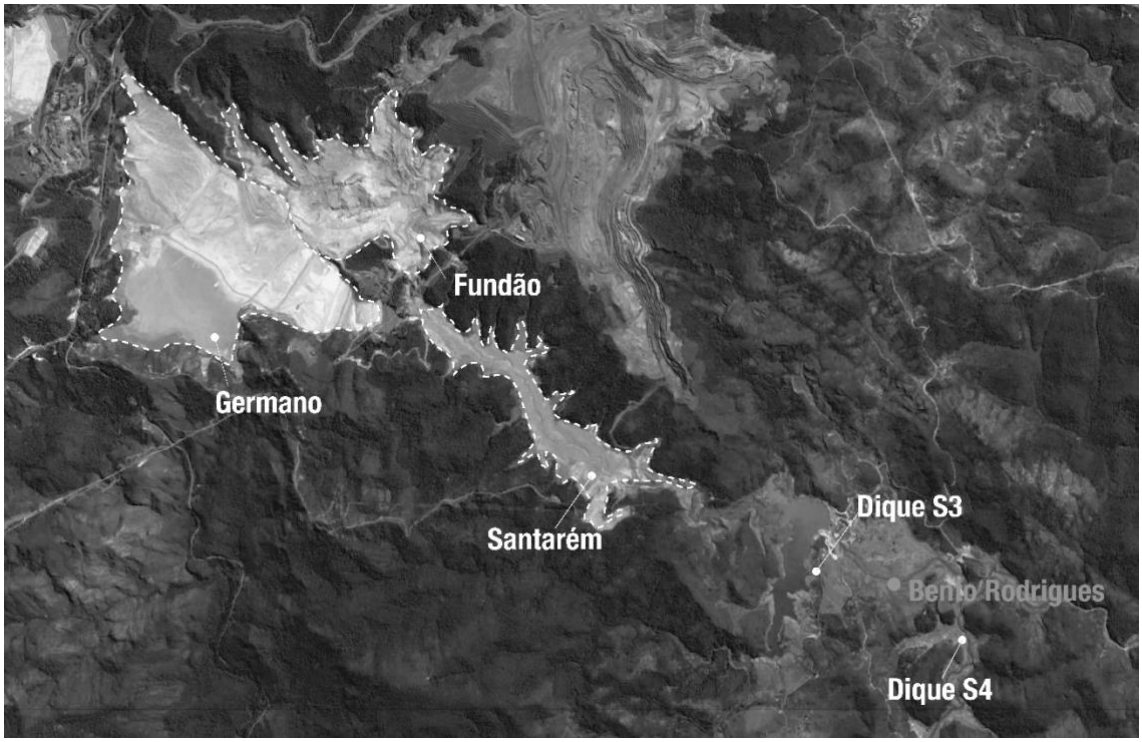
Figura 52- Impedimentos a entrada em Bento Rodrigues e avisos de segurança para não ultrapassar a área demarcada

Fonte: Arquivo Pessoal

Posteriormente como afirma a atingida, concretizou-se as obras dos Diques S1, S2 e S3 em fevereiro de 2016, como parte do Programa de Sistema de Contenção dos Rejeitos[100], visando a retenção dos resíduos que vazavam da Barragem de Fundão após a sua ruptura. Em março de 2016 a empresa iniciou a construção do Dique S4 sem licença ambiental e sem autorização prévia dos moradores (A SIRENE, 2017)[101].

Figura 53 – Foto aérea do Complexo de Barragens de Germano e identificação da localização dos diques S3 e S4 e da localização de Bento Rodigues

[100] O Programa nº 24, "Sistema de Contenção dos Rejeitos" é um programa socioambiental de caráter reparatório previsto no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (UNIÃO et al., 2016, p. 71-72).
[101] Disponível em: http://jornalasirene.com.br/patrimonio/2017/04/19/terras-alagadas-direitos-violados. Acesso em: 20/05/2018



Fonte: Frente de Ação Cartografias do Rio Doce

Muitos foram os entraves institucionais ao prosseguimento da obra do Dique S4: i) o embargo pela Polícia Militar de Meio Ambiente por desmatamento de Mata Atlântica em 03/06/2016 (G1, 2016b)[102]; ii) a autorização negada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para construção da estrutura, por reconhecer o direito à preservação da memória do distrito de Bento Rodrigues em 08/06/2019 (G1, 2016c)[103] b); iii) o questionamento do Conselho Municipal do Patrimônio de Mariana (COMPAT); iv) a apresentação de ação criminal e de uma ação cível pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por violação de propriedades.

> Quem acompanha sabe bem como é. Os representantes da mineradora avisam que 44 proprietários já assinaram e que, se você não concordar, não vai fazer diferença, pois eles vão judicializar. Então, o sentimento que se tem é o de que todos estão sendo obrigados a negociar seus pedacinhos de terra [..] (PASCHOAL, 2018, sp.)

[102] Disponível em: http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/06/samarco-e-flagrada-desmatando-area-de-mata-atlantica-em-mg.html. Acesso em: 20/05/2018

[103] Disponível em: http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/06/iphan-nega-autorizacao-samarco-para-construcao-de-dique-diz-mp.html. Acesso em: 20/05/2018

Figura 54– Alagamento de parte do povoado de Bento Rodrigues pelo Dique S4

Fonte: Ananda Carvalho

Nestes moldes relatados, a construção do Dique S4 aciona a dupla estratégia de controle territorial da empresa: a dominação da propriedade privada e a apropriação da sua dimensão subjetiva (HAESBAERT, 2004). De um lado, recorre-se ao domínio sobre a propriedade, de outro, há a tentativa de impedir a reaproximação afetiva com o território. Para isso, as empresas lançam mão de artifícios jurídicos do Estado, exposto no decreto que concede às empresas o direito de uso das terras a serem alagadas por 36 meses, sem apresentarem garantias que sejam desmontadas as estruturas do dique.

Na prática, significou uma proposta de indenização aos donos das terras pelo uso temporário que a empresa requisita, podendo o prazo ser estendido sem mais indenizações. Ressalta-se que a área do Dique S4 já era alvo do interesse das empresas anteriormente ao rompimento, conforme atesta o citado Estudo de Alternativas Locacionais para implementação do Sistema de Deposição de Rejeitos de Mirandinha[104], cujo o Estudo de Impacto Ambiental foi protocolado em 2014 junto a SEMAD e confrontado na época pela resistência dos moradores, embasada pelo valor histórico do povoado e pelos altos impactos ambientais que geraria.

No alagamento de parte de Bento Rodrigues, associa-se a tentativa de coibir a reaproximação com o território atingido à estratégia de encobrimento dos rastros do desastre-crime. Este apagamento pode ser percebido de maneira gradual, com a demolição e desconfiguração de casas e também, em outras localidades com a elaboração

[104] Mencionado no capítulo anterior.

de uma “maquiagem verde”, a partir do plantio de vegetação sobre a área invadida pelos rejeitos, chegando ao absurdo de se pintar de verde gramas secas no centro de Barra Longa-MG às vésperas do desastre completar um ano[105]. As empresas alegam que o objetivo da recuperação vegetal executada nos municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado (MG) seja a contenção de processos erosivos. No entanto, suscita-se o questionamento de que a medida seja apenas uma estratégia de camuflar os efeitos do desastre, tendo em vista os atrasos sucessivos para cumprimento das medidas de contenção dos rejeitos, medida eficaz para impedir o assoreamento dos cursos d’água e, a ampla divulgação de imagens das áreas revegetadas nos relatórios empresariais, a fim de propagandear a imagem de cumprimento das medidas de reparação.

Figura 55– Captura de Tela do e-book contendo Relatório da Samarco referente ao “Um Ano do Rompimento de Fundão” noticiando as medidas de reparação, dentre elas a revegetação do Rio Carmo, próximo a Barra Longa ilustrada nessas páginas.

SAMARCO

RECUPERAÇÃO INTEGRADA

Após o rompimento da barragem de Fundão, dois núcleos de trabalho principais foram estabelecidos, um socioeconômico e outro socioambiental. As ações para mitigar os danos ambientais ao longo do trecho impactado estão reunidas em um documento único, denominado Plano de Recuperação Ambiental Integrado (PRAI).

Elaborado inicialmente pela Samarco, o documento demonstra que as atividades realizadas, aquelas em curso e as que ainda estão sendo planejadas, estão interligadas e convergem para a recuperação dos rios e do meio ambiente. O arquivo está alinhado ao Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado, em março de 2016, entre Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil e os governos federal e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Em caráter emergencial, foram realizadas iniciativas referentes à segurança das estruturas remanescentes da empresa – localizadas na Unidade de Germano, em Mariana –, impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão. Também no primeiro momento, a Samarco se concentrou em outras duas frentes: a ampliação da capacidade de armazenamento de rejeitos e a contenção e controle da erosão das áreas impactadas ao longo dos rios.

Paralelamente ao trabalho inicial, entraram em cena duas vertentes do PRAI assumidas no último mês de agosto pela Fundação Renova, criada em conformidade com o TTAC para conduzir as medidas de reparação dos impactos causados pelo rompimento. A primeira é o embasamento científico da análise de riscos e do processo de recuperação, constituído por uma série de avaliações científicas e sociais que visam orientar a tomada de decisões relativas à remediação a médio e longo prazos. A segunda diz respeito às ações que irão contribuir para a recuperação dos rios. Essas duas frentes de trabalho encontram-se em andamento.

As medidas são tomadas considerando as melhores alternativas e metodologias, com o menor risco, além de serem alinhadas e acompanhadas pelos órgãos ambientais competentes. As iniciativas estão sendo desenvolvidas a curto, médio e longo prazos, de acordo com a complexidade de cada projeto.

MANEJO DE REJEITOS

O manejo dos rejeitos liberados no rompimento da barragem consiste na realização de estudos ambientais para tomada de decisão quanto à remoção dos materiais e recuperação das áreas impactadas. A evolução das atividades nessa frente depende da avaliação dos potenciais impactos ambientais decorrentes da remoção e destinação do rejeito, caso ele tenha que ser retirado.

Estudos geomorfológico e biogeoquímico da bacia, entre Fundão e a foz do Rio Doce, permitiram à empresa definir os pontos prioritários para a contenção e retenção de sedimentos, além de fornecer informações para o plano de recuperação das Áreas de Proteção Permanente (APPs) atingidas. Esse plano prevê o reflorestamento de 10 mil hectares e a condução de revegetação natural de 30 mil hectares ao longo de dez anos.

CONTENÇÃO E TRATAMENTO

De caráter emergencial, o plano prevê a construção e operação de estruturas de contenção de sedimentos e/ou sistemas de tratamento entre a Unidade de Germano e a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (Candonga). O sistema de urgência é composto pelos diques S1, S2 e S3, além das barragens Eixo 1 de Fundão e Nova Santarém, cujas obras já foram iniciadas, e do dique S4, que teve o projeto aprovado pelo governo de Minas Gerais em setembro e as obras iniciadas na sequência.

Recuperação das margens do Rio do Carmo, próximo a Barra Longa (MG), em dois momentos: durante processo de limpeza, em março deste ano, e o resultado da revegetação, em junho (o rio)

44

45

Fonte: Captura de Tela do E-book da

Da mesma forma, elucida-se tal preocupação de obscurecimento das marcas do desastre-crime a rapidez em que empresa agiu para retirar os peixes asfixiados, ainda de

[105] Citado no relato da Marcha de 01 ano de Lama e Luta.

madrugada com a chegada lama de rejeitos na lagoa de Terra Alta em Linhares, no Assentamento Sezínio Fernandes (MST), evitando que no dia seguinte se difundisse na imprensa imagens da mortandade de peixes[106]. Ressalta-se nessas situações que existe na ação empresarial uma discrepância entre a agilidade para executar medidas que teriam intuito de promover a preservação da imagem empresarial e a demora, para desenvolver outras, que não tem esse apelo.

É interessante observar que de modo análogo, um dos procedimentos em resposta ao desastre do Golfo México, deflagrado pela explosão da plataforma *Deepwater Horizonda,* da petrolífera inglesa *British Petroleum* em 2010, foi a aplicação de dispersante de óleo, tanto à superfície do mar quanto ao ponto do vazamento diretamente. O pesquisador Joseph Grant (2014) alega que em decorrência desse procedimento os danos ambientais se agravaram, pois, os dispersantes eram potencialmente tóxicos e prejudiciais ao ambiente. No entanto, cumpriu a função de amenizar os vestígios do desastre, a fim de associar a imagem das empresas envolvidas a ideia de reparação.

Nesses moldes, muito longe de garantir uma recuperação efetiva esses procedimentos operam de um lado na garantia da validação da atuação empresarial e de outro na continuidade do desastre-crime.

No caso do desastre-crime do Rio Doce, tais estratégias articulam as *des-reterritorializações* do contexto geográfico, se amparam nas *des-reterritorializações* institucionais e lançam mão de estratégias de preservação de imagem e a produção subjetividade. De tal modo que estas práticas implicam na persistência do desastre-crime sobre as vidas atingidas e permitem às empresas o controle sobre o processo de reparação e sobre o território atingido.

[106] Relato do Caderno de Campo de novembro de 2016, durante a Arena Itinerante Organon-UFES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - DESDOBRAMENTOS

Adentrar uma realidade ou um fenômeno socioespacial a partir de uma prática investigativa, carrega o desafio de percorrer uma dinâmica movente, construindo os próprios métodos em meio ao seu processo. De igual maneira, imergir no contexto do desastre-crime a partir desta pesquisa, prescindiu da abertura a redefinição de seus caminhos a partir do encontro com o território e com o coletivo de forças que engendramos. Neste processo cartográfico, reconhecemos no território três premissas que nos orientaram ao longo desse trabalho: a processualidade do desastre-crime, a heterogeneidade do território atingido e a trans-ecalaridade que envolve as problemáticas e os atores.

A partir dessa abertura à processualidade, emergiu o entendimento que nossos objetivos se direcionavam às ações e práticas empresariais que fazem com que o desastre-crime se desdobre e se aprofunde no tempo, sobretudo através da negação da primazia dos atingidos nos espaços de decisão e do controle sobre seus territórios. Assim, a pesquisa de mestrado atentou-se ao reconhecimento das estratégias empresariais de controle territorial de forma ampliada no território atingido. Reconheceu-se atores, discursos e artefatos jurídicos-estatais recorridos nos processos de reparação de forma panorâmica. À despeito de qualquer totalização, avançamos no debate, levantando as controvérsias que permeiam o Estado e os divergentes atores articulados na rede de interesses empresariais.

Além disso, a compreensão da processualidade, nos defrontou com um contexto potencialmente atravessável, reivindicando da pesquisa, meios de intervenção na realidade. Assim, em meio a este percurso, ultrapassamos a dicotomia entre teoria e prática orientados pelo método cartográfico, nos implicando em meios aos seus processos a partir de um trabalho em rede, que não se acanhou aos espaços acadêmicos, mas ocupou também os espaços de luta e institucionais. Certamente este foi um dos maiores empenhos empreendidos neste percurso.

Por sua vez, da heterogeneidade compreendemos a necessidade de atentar-nos a multiplicidade de afetações, de reivindicações e de formas de reparação necessárias a comtemplar a diversidade de sujeitos. Desta premissa suscitou a premência dos debates sobre o lugar de fala e quanto a invisibilização dos sujeitos, subalternos obscurecidos nos acordos, negociações, discursos convencionais e até mesmo nas pesquisas acadêmicas.

Posto isso, intentamos abrir espaço para que nessa pesquisa transparecesse a multiplicidade de perspectivas que nos atravessaram neste processo investigativo iminentemente coletivo. De certo esta, diversidade foi circunscrita aos lugares que percorremos, mas nos abstemos de generalizações.

Por último, nos desafiamos a empreender uma tática investigativa transescalar, que se delineia de modo inicial nesse trabalho por meio da identificação dos divergentes atores que transitam entre as escalas e na criação de dispositivos cartográficos - à exemplo da Linha do Tempo transescalar - que permitem a visualização e conexão dos diversos platôs escalares que permeiam o contexto.

A escolha por essa leitura panorâmica nos escapou por vezes a profundidade de algumas questões. Mas de outro lado agimos num dos pontos cegos da luta que é a dificuldade de articular as questões locais com aquelas referentes ao conjunto representado pelo macrocontexto da bacia do Rio Doce, politizando o debate. Este problema tem sido um empecilho para se debater o sistema organizativo e as formas de endereçamento a uma participação social efetiva no mesmo (MPF, MPMG, 2018). Na prática investigativa, este empenho se traduziu na criação de dispositivos gráficos para compreender os encaminhamentos institucionais do desastre-crime, na organização de um banco de dados em linha do tempo e na elaboração (em curso) da Plataforma Cartografias do Rio Doce, contribuindo, em certa medida, para a democratização da participação social nos processos de reparação do desastre-crime. Da mesma forma, a exposição da temática de modo ampliado também percorreu os texto-denúncia, visibilizando a temática em diversos canais de informação.

Na busca por um conceito que nos auxiliasse nessa tarefa nos amparamos nas formulações acerca das des-reterritorializações trazidas por (DELEUZE, GUATTARI, 1972; HAESBAERT, 2004). Esta conceituação nos possibilitou atravessar as desterritorializações imediatas ao dia do colapso da Barragem de Fundão, para visualizá-las como um processo mais amplo, em que a acumulação de capital se efetiva a partir do controle sobre o processo *continuum* de *des-reterritorialização.* Delineamos que estas *des-reterritorializações* operam tanto sobre o contexto geográfico, como sobre os encaminhamentos institucionais e ambas se associam a uma produção de narrativas.

Identifica-se que o maior obstáculo ao protagonismo dos atingidos sobre a definição dos rumos dos territórios a que lhes pertencem é a gestão empresarial do

desastre-crime, configurada sob a égide neoliberal, que atribui lugar central às empresas transnacionais e relegam os atingidos aos espaços sem poder de deliberação.

Recentemente, apesar deste arranjo ter passado por um processo de reconfiguração, a sua base permanecesse sustentada pela parceria público-privada representada pela Fundação Renova e o Comitê Interfederativo. Neste sentido, retomo o seguinte questionamento: a inclusão da participação social tem por função principal conferir ares democráticos a este sistema ou efetivamente garantir o controle popular sobre a reparação? Seguimos acompanhando!

Uma lacuna que se abre nesta dissertação e de modo geral no contexto, refere-se a discussão sobre os contrapontos e perspectivas de reterritorialização que garantam efetivo controle dos atingidos sobre seus espaços de vida, a partir do controle sobre a construção dos reassentamentos e sobre os rumos do território de modo ampliado (HAESBAERT, 2004). Para caminhar neste sentido da construção de resistências, sublinhamos a potência das articulações entre as ações institucionais, acadêmicas e de ação direta para efetivação de direitos. Tal apontamento fundamenta-se uma aposta política e seu acompanhamento engendra uma linha de continuidade para esta cartografia que ainda segue.

Outras linhas em aberto se apontam para o desdobramento deste trabalho: uma em direção às particularidades da configuração assumida pela rede de atores e discursos mobilizados por estes na escala local e outra, vislumbra a complexificação dos atores internacionais conectados a rede. O que se busca com tais perspectivas é aprimorar a ação e a análise transescalar delineadas *a priori* nesta dissertação.

Mediante as linhas não arrematadas, o prosseguimento desta cartografia é sinalizado pela disciplina de Formação em Extensão pela Frente de Ação Cartografias Emergentes, em parceria com a assessoria técnica dos atingidos e atingidas de Barra Longa, coordenada pela AEDAS e prevista para os dois semestres seguintes e, também, pelo meu ingresso no doutorado no NPGAU-UFMG a partir de agosto/2018, pretendendo dar continuidade às questões aqui iniciadas.

REFERÊNCIAS BIBILIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Liberalização da economia e flexibilização das leis - o meio ambiente entre o mercado e a justiça. Revista de Educação, Ciências e Matemática v.3 n.3 set./dez. 2013a. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/2549>. Acesso em: 04 mar. 2016

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce: Rompimento da barragem em Mariana/MG. Brasília - DF 2016. Disponível em: http://www.cbhdoce.org.br/wpcontent/uploads/2016/03/EncarteRioDoce_21_03_2016_1.pdf

ARANTES, Pedro Fiori. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. Pós-: Revista do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da fauusp, São Paulo, nº 20, p. 60- 74, dez. 2006.

ARAOZ, H. El auge de la minería transnacional en América Latina: de la ecología política del neoliberalismo a la anatomía política del colonialismo. In: ALIMONDA, H. (Ed.). La naturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 135-179.

A SIRENE. Reassentamento das comunidades atingidas? Até hoje nada!, 17 de novembro de 2017. Disponível em: < http://jornalasirene.com.br/moradia/2017/11/17/reassentamento-das-comunidades-atingidas >. Acesso em: 25/05/2018

A SIRENE. Fomos reconhecidos, mas na verdade não fomos, 24 de abril de 2018. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/espirito-santo/2018/04/24/fomos-reconhecidos-mas-nao-fomos. Acesso em: 20/06/2018.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; VIEIRA, Renato Rodrigues; ADAMS, Luis Inácio Lucena. O Desastre de Mariana: Atuação Interfederativa para superação dos impactos da maior tragédia da História do Brasil. Revista da AGU, Brasília-DF, v. 16, n. 02, p. 45-76, abr./jun. 2017

BRONZ, D. Empreendimentos e Empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, sec. XXI. Tese em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2011.

CARLOS, Ana F. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Editora Contexto, 2001

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNEIRO, Karine. SOUZA, Tatiana Ribeiro de. Impactos da Mineração na Dimensão Socioespacial. Sessão livre no XVII ENANPUR,2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/SL_Sessoes_Livres/SL%204.pdf

CARVALHO, Ananda Martins. Memórias de Rio e de Gente. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

COELHO, Tádzio Peters; MILANEZ, Bruno; PINTO, Raquel Giffoni. A Empresa, O Estado e as Comunidades. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. 2016. Antes Fosse Mais Leve A Carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton. Marabá-PA: Ed. iGuana, 2016

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH. Relatório sobre o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco e seus efeitos sobre o Vale do Rio Doce. Brasília-DF, 2017.

COUZEMENCO, Fernanda. Arena itinerante reúne relatos de perseguidos pela Samarco/Vale-BHP. Século Diário. Vitória, 2016

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). Políticas de cidadania y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004a, p. 95-110.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política, Florianópolis, n. 5, p. 139- 164, out. 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 413 p.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assírio & Alvim, 1972

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DORNELAS, R.; LIMA, L.; ZANOTELLI, A.; AMARAL, J.; CASTRO, J.; DIAS, T. "Ações Civis Públicas e Termos de Ajustamento de Conduta no caso do desastre ambiental da Samarco: considerações a partir do Observatório de Ações Judiciais". In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. 2016. Desastre no vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Ed. Folio Digital: Letra e imagem, 2016, p. 339-372

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 133-168.

ESCÓSSIA, Liliana da, TEDESCO, Silvia. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. Pistas do método da cartografia: Pesquisa- intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. P.92-108

FERREIRA, Simone Raquel Batista. "Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce" In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. 2016. Desastre no vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Ed. Folio Digital: Letra e imagem, 2016, p. 39-91.

FERREIRA, SIMONE RAQUEL. "Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce" In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. 2016. Desastre no vale do Rio Doce: antecedentes,

impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Ed. Folio Digital: Letra e imagem, 2016, p. 39-91.

FIORI, José Luís Brasil. América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011.

FOUCAULT, MICHEL. Nascimento da Biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. Segurança, Território, População. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FREEMAN, R. Edward. Strategic Management: A Stakeholder Approach. Boston: Pitman, 1984.

FUNDAÇÃO RENOVA. *Compliance*. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/quem-faz-parte/>. Acesso em: 02 jun. 2018.

G1. Justiça anula homologação de acordo para recuperar Rio Doce, 18 de agosto de 2016. Disponível em: < http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/08/justica-declara-nula-homologacao-de-acordo-para-recuperar-rio-doce.html. Acesso em: 21/06/2018

G1. Samarco é flagrada desmatando área de mata atlântica em MG, 03 de junho de 2016b. Disponível em: < http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/06/samarco-e-flagrada-desmatando-area-de-mata-atlantica-em-mg.html >. Acesso em: 20/05/2018

G1. Iphan nega autorização à Samarco para construção de dique, diz MP, 09 de junho de 2016c. Disponível em: < http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/06/iphan-nega-autorizacao-samarco-para-construcao-de-dique-diz-mp.html > . Acesso em: 20/05/2018

G1. Justiça Federal suspende ação criminal que tornou acusados réus por homicídio no desastre de Mariana, 07 de agosto de 2017. Disponível em: < http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/justica-federal-suspende-acao-criminal-

que-tornou-acusados-reus-por-homicidio-no-desastre-de-mariana.ghtml >. Acesso em: 10/06/2018.

G1. Justiça homologa parte do acordo preliminar entre MPF, Vale, Samarco e BHP sobre desastre em MG, 16 de março de 2017b. Disponível em: < https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/justica-homologa-parte-do-acordo-preliminar-entre-mpf-vale-samarco-e-bhp-sobre-desastre-em-mg.ghtml >. Acesso em: 18/03/2018

G1. Justiça Federal autoriza que a Fundação Getúlio Vargas seja contratada para fazer diagnóstico do desastre de Mariana, 03 de maio de 2018. Disponível em: < http://g1.globo.com/mg/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/justica-federal-autoriza-que-a-fundacao-getulio-vargas-seja-contratada-para-fazer-diagnostico-do-desastre-de-mariana.ghtml >. Acesso em: 20/03/2018.

GESTA. Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental. 2016

GONÇALVES, Ricardo; PINTO, Raquel Giffoni; WANDERLEY Luiz Jardim. "Conflitos Ambientais e Pilhagem dos Territórios na Bacia do Rio Doce". In: ZONTA, M.; TROCATE, C. 2016. Antes Fosse Mais Leve A Carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton. Marabá-PA: Ed. iGuana, 2016

GOONEWARDENA, Kanishka. (2005) The Urban Sensorium: Space, Ideology and the Aestheticization of Politics. Antipode, [s.l.] v. 37, n. 1, p. 46-71.

GRANT, Joseph Karl. What can we learn from the 2010 BP oil spill?: five important corporate law and life lessons, 2011.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: SCHULDT, Jürgen et al. (Orgs.). Extractivismo, política y sociedad. Quito: Caap; Claes, 2009. p. 187-225.

GUIMARÃES, P. O crime da Samarco (Vale-BHP Billiton), a fragmentação geográfica e as fronteiras socioespaciais. Belo Horizonte: InDebate, 2017. Disponível em: <http://indebate.indisciplinar.com/2017/06/19/com-cartao-sem-cartao-as-

fragmentacoes-como-estrategia-de-controle-do-territorio-pela-samarco-vale-bhp/>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

GUIMARÃES, P; SANTOS, R. L. Caso Rio Doce: propostas de reparação levam ao avanço neoliberal sobre a bacia" Paula Guimarães e Raul Lemos. Belo Horizonte: InDebate, 2017. Disponível em:

http://indebate.indisciplinar.com/2017/09/11/compliance-e-stakeholders-o-lexico-empresarial-e-o-avanco-neoliberal-sobre-a-bacia-do-rio-doce>. Acesso em: 17 jan. 2018.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da desterritorialidade à multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 6774-6792.

HARVEY, D. O Neoliberalismo: História e Implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. O Novo Imperialismo. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Fronteiras entre ciência e saberes locais: arquiteturas do pensamento utópico. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. Los problemas del mundo actual: soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. Barcelona: Ed. Universidad de Barcelona; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007. Não paginado. Disponível em: http://www.ub.es/geocrit/9porto/cahissa.htm>. Acesso: Junho 2012.

IBAMA. Nota Técnica nº 001/2016 – Presid/IBAMA Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta Relativo ao Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana/MG// Brasília-DF/IBAMA.2016

IBRAM. Congresso Tocantinense de Engenharia e mineração – Gestão para a sustentabilidade na mineração - 20 anos. Palmas, 13/05/ 2014.

ICMBio. Nota Técnica nº3/2017/ Vitória- ES/TAMAR/DIBIO/ICMBio. 2017

INSTITUTO SAÚDE E SUSTENTABILIDADE. Avaliação de Saúde da População de Barra Longa afetada pelo Desastre de Mariana, Brasil. São Paulo, 2018

LATOUR, Bruno. Reagregando o social. Uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012

LEFEBVRE, H. The production of space. USA: Ed. Blakweel, 1991. 464p.

LEONARDO, F.; IZOTON, J.; VALIM, H. CREADO, E. TRIGUEIRO, A. SILVA, B. DUARTE, L. SANTANA. N. Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES). Relatório de pesquisa. GEPPEDES. 2017

LEONARDO, F; TRIGUEIRO, A.; CREADO, E. Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES). Relatório de pesquisa. GEPPEDES. 2017.

LOSEKANN, Cristiana; MILANEZ, Bruno (orgs). Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016.

MAB. Pesquisadores, Entidades e Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Rejeitos em Mariana (Mg) Repudiam Tratamento Dado às Vítimas pela Samarco (Vale/Bhp Billiton), 04 de abril de 2017a. Disponível em: < http://www.mabnacional.org.br/noticia/pesquisadores-entidades-e-atingidos-pelo-rompimento-da-barragem-rejeitos-em-mariana-mgrepu-0 >. Acesso em: 18/06/2018

MAB. Samarco Atua para não fazer o reassentamento de Gesteira, 01 de abril de 2017b. Disponível em: < http://www.mabnacional.org.br/noticia/samarco-atua-para-n-fazer-reassentamento-gesteira >. Acesso em: 20/06/2018

MAB. Em novo acordo sobre o crime em mariana, empresas criminosas seguem mandando, 26 de junho de 2018a. Disponível em: < http://mabnacional.org.br/noticia/em-novo-acordo-sobre-crime-em-mariana-empresas-criminosas-seguem-mandando Acesso em: 20/05/2018

MAB. Assessoria técnica: um direito dos atingidos pela Samarco, 19 de fevereiro de 2018b. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/assessoria-t-cnica-um-direito-dos-atingidos-pela-samarco-0 > . Acesso em: 20/05/2018

MACKE, J. Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta firmado entre Governo Federal, Governo do Estado de Minas Gerais, Governo do Estado do Espírito Santo, Samarco Mineração S.A., Vale S. A. e BHP Billiton Brasil LTDA. Tese de doutorado em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pelotas, 2005.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

MANSUR, Maíra Sertã; WANDERLEY, Luiz Jardim; MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; PINTO, Raquel Giffoni; Gonçalves, Ricardo Junior de Assis Fernandes; COELHO, Tádzio Peters. "Introdução Aos Argumentos e Recomendações Referente ao Desastre Da Samarco/Vale/Bhp Billiton". In: ZONTA, M.; TROCATE, C. 2016. Antes Fosse Mais Leve A Carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton. Marabá-PA: Ed. iGuana, 2016

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MEDEIROS, Manaira. Organizações denunciam acordo firmado com a Samarco/Vale-BHP à ONU. Século Diário. Vitória, 2016. Disponível em: http://seculodiario.com.br/28750/10/entidades-denunciam-acordo-firmado-com-a-samarcovale-bhp-a-onu

MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. Desastre no vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Ed. Folio Digital: Letra e imagem, 2016

MILANEZ, B.; PINTO, R. Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta firmado entre Governo Federal, Governo do Estado de Minas Gerais,

Governo do Estado de Espírito, Samarco Mineração S.A, Vale S.A. e BHP Billiton LTDA. UFJF, POEMAS, 2016

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). Ação Civil Pública, Autos nº 60017-58.2015.4.01.3800 e 69758.61-2015.4.01.3400, Belo Horizonte, 28 abr. 2016

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF); MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG). Parecer nº 279/2018/SPPEA. PGR, Brasília/DF, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF); MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG); MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO (MPES); MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT); DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU); DEPENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS (DPMG); DEFENSORIA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO (DPES). Recomendação Conjunta nº 10 de 26 de março de 2018 Belo Horizonte/MG e Linhares/ES, 26 de março de 2018.

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; e WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: defininf the princple of who an what really counts. Academy of Management Review, 1997.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). Em novo acordo sobre o crime em Mariana, empresas criminosas seguem mandando. 2018. Disponível em: < http://mabnacional.org.br/noticia/em-novo-acordo-sobre-crime-em-mariana-empresas-criminosas-seguem-mandando >. Acesso em: 28/06/2018.

NEVES, B. ; LOPES, M. S. B. ; MARQUES, L. H. ; RENA, N. S. A. . Lutas Territoriais: resistências ao avanço do urbanismo neoliberal. In: Raquel Rolnik, Paula Freire Santoro, Denise Morado Nascimento, Daniel Medeiros Freitas, Natacha Rena, Luiz Renato Bezerra Pequeno. (Org.). Cidade Estado Capital: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo. 1ed.São Paulo: FAUUSP, 2018, v. , p. 222-241.

O TEMPO. PF indicia Samarco, Vale e sete executivos por tragédia. Crimes Ambientais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://www.otempo.com.br/cidades/pf-indicia-samarco-vale-e-sete-executivos-por-trag%C3%A9dia-1.1211431

PASCHOAL, Janaína. “Não dá para confiar na Samarco”. Jornal A Sirene. Mariana, 2018. Disponível em: http://jornalasirene.com.br/direitos-humanos/2018/01/25/nao-da-para-confiar-na-samarco

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. Pistas do método da cartografia: Pesquisa- intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. P.150-171

PELBART, P. P. Vida capital. Ensaios de biopolítica. Ed. Iluminuras: São Paulo. 2003

PENIDO, Marina de Oliveira ; PEREIRA, D. B. ; LAGES, Anabelle . CONTRADIÇÕES E IMPROVISAÇÕES NO TRATO DOS ATINGIDOS DE NOVO SOBERBO: IMPASSES E PERMANÊNCIAS. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). As tensões do Lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. 1ed.Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, v. 1, p. 183-217.

PINTO, R. G. O Poder da Crítica: um estudo sobre a relação entre empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental. Estudos de Sociologia, vol. 10, n. 35, 2013.

PINTO, R. G. O Poder da Crítica: um estudo sobre a relação entre empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental. Estudos de Sociologia, vol. 10, n. 35, 2013.

PoEMAS – Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 182.

POZZANA, Laura e KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. P.150-171.

PÚBLICA. Watú Morreu, 22 de abril de 2017. Disponível em < http://apublica.org/2017/04/watu-morreu>. Acesso em: 12/06/2018.

RACISMO AMBINETAL. Nota de Repúdio: É indecente a empresa Integratio ser cogitada como consultora no Acordo Prévio do MPF com Samarco/Vale/BHP, 24 de fevereiro de 2017. Disponível em: < http://racismoambiental.net.br/2017/02/24/nota-de-repudio-e-indecente-a-empresa-integratio-ser-cogitada-como-consultora-no-acordo-previo-do-mpf-com-samarcovalebhp/ > Acesso em: 05/04/2018.http://www.dicio.com.br/ombudsman/ >. Acesso em: 01/06/2018.

RENA; SÁ; BRUZZI; QUINTÃO. Cartografias Emergentes e Cultura: relatório da pesquisa Cartografias Emergentes: a distribuição territorial da produção cultural em Belo Horizonte. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7X1-JNexXRaU3pJOVdaRUhLR0U/view>. Acesso em: 28 Jun, 2017.

ROJAS, C.; PEREIRA, D. O rompimento da barragem de Fundão/MG: reflexões preliminares sobre o modus operandi da Samarco (Vale/BHP Billiton). In: 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2017. Caxambu: Anpocs, 2017. p. 1 - 31. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt06-14/10642-o-rompimento-da-barragem-de-fundao-mg-reflexoes-preliminares-sobre-o-modus-operandi-da-samarco-vale-bhp-billiton/file >. Acesso em: 07 nov. 2017.

ROLNIK, S. Cartografia sentimental. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. Psicol. Soc., Florianópolis , v. 21, n. 2, p. 166-173, Aug. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822009000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Feb. 2017.

SANTOS, Renato de Almeida. Compliance como ferramenta de mitigação e prevenção da fraude organizacional [dissertação]. São Paulo (SP): PUC-SP; 2011.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; WANDERLEY, Luiz Jardim. "Dependência de Barragem, Alternativas Tecnológicas e a Inação Do Estado: Repercussões Sobre O Monitoramento De Barragens E O Licenciamento Do Fundão". In: ZONTA, M.;

TROCATE, C. 2016. Antes Fosse Mais Leve A Carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton. Marabá-PA: Ed. iGuana, 2016

SÉCULO DIÁRIO. Samarco/Vale-BHP pagará auxílio emergencial a índios de Aracruz, 11 de junho de 2016a. Disponível em: http://seculodiario.com.br/29140/10/samarcovale-bhp-pagara-auxilio-emergencial-a-indios-de-aracruz >. Acesso em: 10/06/2018.

SÉCULO DIÁRIO. Arena itinerante recebe relatos de pessoas processadas pela Vale. 16 de novembro de 2016b. Disponível em: < http://seculodiario.com.br/31539/10/arena-itinerante-recebe-relatos-de-pessoas-processadas-pela-vale >. Acesso em: 21/06/2018

SILVA, Bianca de Jesus. RISCO E CONTAMINAÇÃO: Alguns desdobramentos sobre as águas do rio Doce e do Oceano Atlântico após a chegada dos rejeitos de mineração da Samarco na foz do rio Doce - ES. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

SILVA, Simone, DOMINGOS, Andrea. Saúde Contaminada. Jornal A Sirene. Mariana, 2018. Disponível em: http://jornalasirene.com.br/saude/2018/06/18/saude-contaminada

SVAMPA, M. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. Revista del Observatorio Social de la América Latina, Buenos Aires, ano XVIII, n. 32, p. 15-38, 2012.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. Revista del Observatorio Social de la América Latina, Buenos Aires, ano XVIII, n. 32, p. 15-38, 2012.

SVAMPA, Maristella. e ANTONELLI, Mirta. Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales. 1a. ed. Buenos Aires: Biblos, 2009.

SVAMPA, Maristella. Modelos de desarrollo, cuestión ambiental y giro eco-territorial. In: ALIMONDA, H. (Coord.) La Naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina. CLACSO, Buenos Aires, pp. 181-215, 2011

TAVEIRA, Vitor. Camaroeiros de Vitória são reconhecidos como atingidos pelo crime da Samarco. Século Diário. Vitória, 2018. Disponível em:

http://seculodiario.com.br/38381/10/depois-de-luta-camaroeiros-de-vitoria-sao-reconhecidos-como-atingidos-pela-lama-da-samarco (matéria de jornal, online)

TONUCCI FILHO, João B. M. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. Revista Espinhaço, v. 2, p. 41-51, 2013.

TOSTES, S. P. . Arte, espaço e comunidade: modos de endereçamento e produção de subjetividade. In: Natacha Rena; Bruno Oliveira; Maria Helena Cunha. (Org.). Arte e espaço ? uma situação política no século XXI. 1ed.Belo Horizonte: Duo Editorial, 2015, v. , p. 76-98.

UNIÃO et al. Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta. Brasília. 2016. Disponível em: https://goo.gl/yayTAY. Acesso em: 17/03/2017.

URIARTE, Urpi Montoya. Podemos todos ser etnógrafos? Etnografia e narrativas etnográficas urbanas. ReDobra, Salvador, ano 3, n. 10, p. 171-189, 2012.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, ano XV, n. 2, ago./dez. 2001, ano XVI, n. 1, jan./jul. 2002, p. 13-32.

VAINER, Carlos. B. Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: Henri Acselrad; Selene Herculano; José Augusto Pádua (Org.). Justiça Ambiental e Cidadania. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VIÉGAS, R.; PINTO, R.; GARZON, L. Negociação e acordo ambiental – O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2014

WANDERLEY, L.; MANSUR, M.; PINTO, R. "Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)" In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. 2016. Desastre no vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Ed. Folio Digital: Letra e imagem, 2016, p. 39-91.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N.; TEIXEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; LASCHEFSKI, K. ; SANTOS, A. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. Ciência e Cultura, v. 68, p. 36-40, 2016.

ZUCARELLI, M. "Efeitos institucionais e políticos dos processos de mediação de conflitos". In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. 2016. Desastre no vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Ed. Folio Digital: Letra e imagem, 2016, p. 311-339

Websites

http://blog.indisciplinar.com/. Acesso em 03/07/2018.

http://cdn.knightlab.com/libs/timeline3/latest/embed/index.html?source=1wqVYHQ4gkUXnfvmYCslKUhm96jo_oHNnyCmRzRYyaU&font=Default&lang=en&initial_zoom=2&height=650 >. Acesso em: 20/06/2018

http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/Gepsa. Acesso em 03/07/2018

http://indebate.indisciplinar.com/2017/06/19/com-cartao-sem-cartao-as-fragmentacoes-como-estrategia-de-controle-do-territorio-pela-samarco-vale-bhp/>. Acesso em: 20/06/2018.

http://integratio.com.br/institucional.php>. Acesso em 04/05/2018.

http://sistemas.ufmg.br/siex/AuditarProjeto.do?id=46706 . Acesso em: 20/03/2018.

http://www.fundacaorenova.org/quem-faz-parte/>. Acesso em: 02 jun. 2018.

http://www.fundodireitoshumanos.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 04/05/2018

http://www.ibama.gov.br/noticias/58-2016/109-justica-proibe-pesca-na-foz-rio-doce >. Acesso em: 20/06/2018.

http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/notas-tecnicas/CT-OS/2016/CIF-NT-002-CT-OSCIF-GIRD-Forum-Norte-e-Barra-do-Sahy-1.pdf>. Acesso em: 12/05/2018.

http://www.lactec.org.br/ >. Acesso em 01/06/2018

http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/caso-mariana-justica-federal-retoma-andamento-da-acao-penal>. Acesso em: 10/06/2018.

http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-mg-e-mpmg-firmam-acordo-com-samarco-vale-e-bhp-na-area-socioeconomica >. Acesso em: 18/03/2018

http://www.ramboll.com/>. Acesso em: 04/05/2018.http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/justica-homologa-parte-do-acordo-preliminar-entre-mpf-vale-samarco-e-bhp-sobre-desastre-em-mg.ghtml >. Acesso em: 18/03/2018

http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/2549>. Acesso em: 04 mar. 2016

ANEXOS

ANEXO 01: Linha do tempo

LEGENDA

MUNICÍPIO
Ações do Poder Público: ação institucional, ações formativas e mobilização social.

ASSOCIAÇÃO
Ações: maior de negócios e ações institucionais

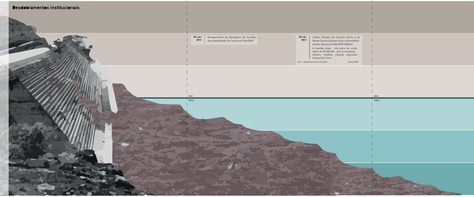
INSTITUIÇÃO
Ações: ações institucionais, formativas, SIPD, Super SIPD e mobilização social e ações institucionais

GRUPO
Ações: formação das empresas, grupos, redes, bonsais e rede institucional de crédito

EMPRESA
Ações: ações institucionais, ações de gestão, formação e mobilização social

AÇÃO CIDADÃ
Ações: ações institucionais, ações de gestão, formação e mobilização social

Breakdrainnies institucionais



1º set 1994 Pronunciamento do Ministério da Fazenda, Rubens Ricupero, sobre o Plano Real

26 ago 1994 Criação, Estatuto do Esporte Santos e de Associação Esporte Clube Santos (Lei Pelé 8672/94) – Lei Pelé – Lei 8672/94 – Art. 27 – Os clubes de futebol, por ser de interesse público, poderão constituir associações civis, sem fins lucrativos.
Fonte: MPF

10 jul 1995 Criação, Estatuto, Regimento Interno e Regimento Interno Eleitoral do Conselho Nacional do Esporte (Lei 9615/98) – Art. 1º – Criação do Conselho Nacional do Esporte, como órgão deliberativo, normativo, consultivo e educacional do Sistema Desportivo Brasileiro, e de caráter de assessoramento ao Ministro de Estado do Esporte e Turismo.
Fonte: MPF

12 mar 1996 Criação da Câmara Setorial do Esporte (Portaria 1.000/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Esporte, com a finalidade de promover o desenvolvimento do esporte nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.001/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.002/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.003/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.004/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.005/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.006/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.007/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.008/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.009/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.010/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.011/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.012/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.013/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.014/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.015/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.016/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.017/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.018/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.019/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.020/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.021/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.022/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.023/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.024/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.025/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.026/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.027/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.028/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.029/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.030/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.031/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.032/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.033/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.034/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.035/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.036/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.037/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.038/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.039/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.040/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.041/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.042/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.043/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.044/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.045/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.046/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.047/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.048/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.049/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.050/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.051/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.052/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.053/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.054/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.055/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.056/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.057/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.058/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.059/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.060/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.061/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.062/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.063/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.064/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.065/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.066/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.067/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.068/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.069/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.070/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.071/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.072/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.073/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.074/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.075/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.076/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.077/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.078/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.079/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.080/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.081/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.082/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.083/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.084/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.085/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.086/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.087/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.088/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.089/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.090/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.091/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.092/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.093/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.094/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.095/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.096/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.097/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.098/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.099/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.100/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.101/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.102/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.103/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.104/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.105/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.106/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.107/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.108/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.109/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.110/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.111/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Câmara Setorial do Futebol (Portaria 1.112/96) – Art. 1º – Criação da Câmara Setorial do Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futebol nacional, de forma sistêmica, de maneira a assegurar a democratização e a ampliação da prática desportiva.
Fonte: MPF

1º ago 1996 Criação da Comissão Nacional de Futebol (Portaria 1.113/96) – Art. 1º – Criação da Comissão Nacional de Futebol, com a finalidade de promover o desenvolvimento do futeb

14 jul 2017 Justiça Federal pede ao TCU análise diagnóstico socioeconômico

Fonte: G1

26 mar 2018 TCU homologa 3 acordos para MPF, MPDFT e Advocacia Geral da União

Fonte: MPF

26 mar 2018 MPF cria grupo de trabalho para atuar em acordos de leniência

Fonte: Folha de S.Paulo

02 ago 2018 Ministério Público Federal e Advocacia-Geral da União firmam acordo com empresas J&F

Fonte: MPF

02 ago 2018 MPF abre ação contra ex-diretor da Petrobras por lavagem de dinheiro

Fonte: Folha de S.Paulo

02 ago 2018 MPF ajuda Receita a cobrar mais de R$ 1 bilhão de empresas

Fonte: Folha de S.Paulo

02 ago 2018 MPF recebe recurso